

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES – ILA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DA LINGUAGEM**

CAROLINA PANTOJA SOARES

**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS CRÍTICAS NO SUL GLOBAL:
O LUGAR DO MULTILINGUISMO DOS PALOPS EM DOCUMENTOS OFICIAIS DE
AGÊNCIAS COOPERATIVAS TRANSNACIONAIS**

Rio Grande – RS

2024

CAROLINA PANTOJA SOARES

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS CRÍTICAS NO SUL GLOBAL:
O LUGAR DO MULTILINGUISMO DOS PALOPS EM DOCUMENTOS OFICIAIS DE
AGÊNCIAS COOPERATIVAS TRANSNACIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras

Orientador(a): Prof^a Dr^a Letícia Cao Ponso

Rio Grande – RS

2024

Ficha Catalográfica

S676p Soares, Carolina Pantoja.
Políticas linguísticas críticas no sul global: o lugar do multilinguismo dos PALOPs em documentos oficiais de agências cooperativas transnacionais / Carolina Pantoja Soares. – 2024.
191 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio Grande/RS, 2024.
Orientadora: Dra. Letícia Cao Ponso.

1. Políticas Linguísticas Críticas 2. PALOPs 3. Multilinguismo
4. Documentos oficiais 5. Transnacionalidade do português I. Ponso, Letícia Cao II. Título.

CDU 81'1

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS




ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO nº 06/2024


No dia cinco de abril de dois mil e vinte e quatro, através de videoconferência, realizou-se a 267ª defesa de dissertação no PPGL-FURG, da mestranda **Carolina Pantoja Soares**, intitulada "**Políticas Linguísticas Críticas no Sul Global: o lugar do multilinguismo dos PALOPs em documentos oficiais de agências cooperativas transnacionais**". A sessão foi aberta às catorze horas pela Profa. Dra. Letícia Cao Ponso (FURG), orientadora da dissertação e presidente da Comissão de Avaliação que também foi composta pela Profa. Dra. Kelli Machado da Rosa (FURG) e Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (UNILAB). Depois da apresentação, arguição e respostas, a Comissão decidiu que **APROVA** a mestranda neste requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em Letras, na área de concentração em Estudos da Linguagem. A banca ressalta a relevância do tema, a qualidade, criticidade e consistência do texto, bem como a fluidez da leitura. Após isso, a presidente publicou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

Documento assinado digitalmente
 LETICIA CAO PONSO
Data: 10/04/2024 14:48:34-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Letícia Cao Ponso (orientadora – FURG)

Documento assinado digitalmente
 KELLI MACHADO DA ROSA
Data: 10/04/2024 17:11:53-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Kelli Machado da Rosa (FURG)

Documento assinado digitalmente
 ALEXANDRE COHN DA SILVEIRA
Data: 11/04/2024 09:40:38-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido chegar até aqui, alcançando a realização de mais um sonho.

À minha família, que incansavelmente incentivou os meus projetos, compreendeu os meus esforços e acolheu os meus sentimentos durante todo o processo.

À minha fortaleza, meus pais Sonia Pantoja e Celso Soares, por acreditarem em mim quando nem eu mesma acreditava, por apoiarem meus sonhos, mesmo que para realizá-los eu tivesse de me mudar para o outro lado do país, pelo colo, pelo carinho e pela escuta quando eu mais precisei e por todo incentivo, vocês foram imprescindíveis nessa jornada. A vocês, toda a minha gratidão!

À minha avó, Fileonila Souza, que com a sua fé me ensina todos os dias, quanta honra poder conviver e aprender com a senhora.

À minha fiel escudeira, Mel, a pinscher mais dócil que eu conheço e que esteve dormindo em meu colo durante muitas páginas dessa dissertação.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Letícia Cao Ponso, por compartilhar comigo a sua sabedoria, seu conhecimento e com muita paciência e competência me guiar para a concretização dessa pesquisa.

Aos membros da banca avaliadora, Prof.^a Dr.^a Kelli da Rosa e o Prof. Dr Alexandre Silveira, por aceitarem o convite para participar de minha defesa.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Letras da FURG, pelos aprendizados e conhecimentos que fizeram a diferença em minha jornada acadêmica e de crescimento pessoal e à secretária Isabel pelo trabalho atencioso e humano.

À minha dupla e querida amiga Emanuele Krewer, por juntas termos enfrentado a saudade de casa, os desafios acadêmicos e o medo do novo, por ter me apresentado sua cultura, pelo companheirismo e pela amizade que construímos.

À CAPES, pela concessão de bolsa de pesquisa.

Não há uma língua portuguesa. Há línguas em português.

(José Saramago)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar o lugar do multilinguismo em documentos oficiais, nomeadamente os Estatutos, de quatro instituições de cooperação transnacionais, a saber: a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa), a AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa) e a UNILAB (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). A grande riqueza etnolinguística dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) foi considerada como obstáculo nos primórdios dessas nações recém independentes, e as Políticas Linguísticas desenvolvidas na década de 1980 buscaram consolidar uma unidade política em torno do monolingüismo estatal. Porém, até hoje a característica desses países é o multilingüismo societal. Nesse contexto, à luz das Políticas Linguísticas Críticas (Pennycook, 2010; Makoni; Pennycook, 2015; Severo, 2016), com foco no Sul Global (Santos; Meneses, 2011) a presente dissertação propõe compreender o discurso difundido pelos documentos normativos oficiais de instituições que regem a cooperação internacional baseada na língua portuguesa em comum. Metodologicamente propõe-se um diálogo com a Análise Dialógica do Discurso a partir da mobilização dos conceitos bakhtinianos de *gêneros discursivos*, com a análise dos Estatutos enquanto uso concreto da língua; *cronotopo*, buscando compreender o espaço e o tempo situados de criação dos documentos; e *exotopia* a partir de uma perspectiva responsiva ativa do pesquisador. Os resultados apontam para a reenunciação de um discurso em defesa do monolingüismo nos Estatutos das Instituições de cooperação analisadas, sob ação de forças centrípetas que prezam pela unificação, em detrimento da heterogeneidade. A perspectiva por nós defendida é a importância de uma Política Linguística que reconheça e valorize o multilingüismo como riqueza da Comunidade, contribuindo para a justiça social e para a própria discussão acerca do conceito de língua, buscando desinventá-lo (Severo; Silveira, 2020; Makoni; Pennycook, 2015). Assim, a partir de Políticas Linguísticas pensadas para a realidade multilíngue, poderemos transformar “ausências em presenças” (Souza Santos, 2018). Nesse sentido, concluímos que a presente pesquisa pode contribuir para os estudos da área, especialmente em seu viés crítico e na reflexão acerca dos próximos passos para a valorização e o reconhecimento do multilingüismo.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas Críticas. PALOPs. Multilingüismo. Documentos oficiais. Transnacionalidade do português.

ABSTRACT

The general aim of this research is to investigate the presence of multilingualism in official documents, specifically the Statutes, of four transnational cooperation institutions, which are: CPLP (Community of Portuguese Speaking Countries), IILP (International Institute of the Portuguese Language), AULP (Association of Portuguese Speaking Universities) and UNILAB (University for the International Integration of Afro-Brazilian Lusophony). The rich ethnolinguistics diversity of the Portuguese Speaking African Countries (PALOPs) was considered an obstacle in the beginning of these newly independent nations and the Language Policies developed in the 1980s aimed to consolidate a political unity around state monolingualism. However, to the current day, the characteristic of these countries is societal multilingualism. In this context, from the perspective of Critical Language Policies (Pennycook, 2010; Makoni; Pennycook, 2015; Severo, 2016), with focus on the Global South (Santos; Meneses, 2011), this dissertation proposes to understand the discourse disseminated by the official normative documents of institutions that guide international cooperation based on the common Portuguese language. Methodologically, a dialogue with Dialogical Discourse Analysis is proposed, based on the mobilization of Bakhtinian concepts of *discursive genres*, with the analysis of the Statutes as a concrete use of language; *chronotope*, aiming to understand the situated space and time in which the documents were created; and *exotopia* from the researcher's active responsive perspective. The results indicate the re-enunciation of a discourse in defense of monolingualism in the Statutes of the cooperation institutions analyzed, under the action of centripetal forces that value unification to the detriment of heterogeneity. The perspective we defend is the importance of a Language Policy that recognizes and values multilingualism as a Community richness, contributing to social justice and to the discussion about the concept of language, aiming to disinvent it (Severo; Silveira, 2020; Makoni; Pennycook, 2015). Thus, through Language Policies designed for multilingual realities, we will be able to transform "absences into presences" (Souza Santos, 2018). In this context, we conclude that this research can contribute to studies in the area, especially in a critical view and in reflecting on the next steps for the valorization and recognition of multilingualism.

Keywords: Critical Language Policies. PALOPs. Multilingualism. Official documents. Transnationality of Portuguese.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOPs.....	47
Figura 2: Línguas mais faladas em Angola.....	48
Figura 3: Descrição das línguas por províncias.....	50
Figura 4: Mapa do arquipélago de Cabo Verde.....	53
Figura 5: Mapa político de Guiné-Bissau.....	59
Figura 6: Mapa político de Moçambique.....	66
Figura 7: Mapa político do arquipélago de São Tomé e Príncipe (STP).....	72
Figura 8: Cooperação brasileira na África em 2014.....	86
Figura 9: Origens dos estudantes que vieram para o Brasil em 2021.....	91
Figura 10: Distribuição de matrículas em cursos de graduação e o continente de origem.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Línguas faladas por etnias.....	63
Tabela 2: Porcentagem de falantes de português (LP) e de línguas bantu (LB).....	70
Tabela 3: Número de falantes por língua entre 1981 e 2012.....	74
Tabela 4: Gastos do governo com a cooperação internacional por modalidade nos anos de 2019 e 2020.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABC – Agência Brasileira de Cooperação
- ADD – Análise Dialógica do Discurso
- ALUPEC – Alfabeto Unificado Para Escrita do Crioulo
- AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCB – “crioulo” cabo-verdiano
- CELPE-Bras – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNS – Cooperação Norte-Sul
- COBRADI – Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
- CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CSS – Cooperação Sul-Sul
- CTPD – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
- FRELIMO - Frente pela Libertação de Moçambique
- IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LBSE – Lei de Base do Sistema Educativo
- LCB – Língua Cabo-Verdiana
- MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- MEC – Ministério da Educação
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- OIs – Organizações Internacionais
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde

PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEC-G – Programa de Estudantes Convênio de Graduação

PEC-PG – Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação

PLE – Português Língua Estrangeira

PPPLE – Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna

RAEM - Região Administrativa Especial de Macau

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

RGPH – Recenseamento Geral da População e Habitação

RILP – Revista Internacional em Língua Portuguesa

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

VOC – Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. TRANSNACIONALIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA E VISÃO CRÍTICA DA LUSOFONIA	19
1.1 COLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA: PORTUGAL E SUAS COLÔNIAS NA AMÉRICA E NA ÁFRICA.....	20
1.2 DESCOLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA: AS COLÔNIAS CONTRA A HEGEMONIA DA METRÓPOLE.....	26
1.3 AS INSTITUIÇÕES DE PROMOÇÃO TRANSNACIONAL DA(S) LÍNGUA(S) PORTUGUESA(S).....	33
2. SÓCIO-HISTÓRIA LINGUÍSTICA E EDUCACIONAL DOS PALOPS	37
2.1 AS RELAÇÕES LINGUÍSTICAS ASSIMÉTRICAS EM CONTEXTO DE CONTATO.....	37
2.2 O MOSAICO SÓCIO-HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DO PALOPS.....	45
2.2.1 Angola.....	48
2.2.2 Cabo Verde.....	52
2.2.3 Guiné-Bissau.....	59
2.2.4 Moçambique.....	66
2.2.5 São Tomé e Príncipe.....	71
3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL SUL-SUL E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS: BRASIL E OS PALOPS	77
3.1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL SUL-SUL ENTRE O BRASIL E OS PALOPS EM ÁREAS ESTRATÉGICAS.....	80
3.2 COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE O BRASIL E OS PALOPS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.....	87
3.3 AS LÍNGUAS PORTUGUESAS NO CENÁRIO TRANSNACIONAL.....	93
4. SUPORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO	96
4.1 POLÍTICA LINGUÍSTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO: MODOS DE VER.....	96
4.1.1 Da diversidade linguística como “problema”	97
4.2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS CRÍTICAS: UMA VISÃO DESDE O SUL GLOBAL.....	104
4.2.1 Da língua como “invenção”.....	104
4.2.2 Da desinvenção.....	106
4.3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS CRÍTICAS E ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA UMA ANÁLISE.....	109
4.4 PESQUISA DOCUMENTAL EM DOCUMENTOS OFICIAIS.....	124
4.4.1 As instituições selecionadas.....	124
4.4.2 Os documentos que compõem o <i>corpus</i>	125

5. ANÁLISE DIALÓGICA DE DOCUMENTOS OFICIAIS E O MITO DA HOMOGENEIDADE.....	128
5.1 COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP.....	128
5.2 INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA – IILP.....	141
5.3 ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA – AULP.....	152
5.4 UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB.....	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS.....	179

INTRODUÇÃO

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) são caracterizados como multilíngues, devido às políticas de expansão coloniais e ao contato com diversas línguas durante sua formação. Colônias portuguesas desde o século XV, a base sociocultural dos PALOPs é fortemente marcada pela invasão colonial e a exploração que se deu em decorrência desse projeto político, pois, para além de políticas linguísticas coloniais de assimilação e “civilização” dos povos africanos, o colonialismo se caracterizou também como uma dominação epistemológica (Santos; Meneses, 2009, p.7), suprimindo uma série de crenças, culturas e saberes dos povos nativos colonizados.

Após o árduo processo de luta pela independência de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a língua do colonizador foi oficializada nesses territórios, visando o desenvolvimento econômico e a comunicação internacional das, então, repúblicas recém independentes. Entretanto, os PALOPs dispõem de línguas africanas, crioulos de base lexical portuguesa e variedades do português que vêm se nativizando. Com vistas a não homogeneizar tal contexto, o desenvolvimento da pesquisa se encarrega de construir um panorama acerca do contexto e da situação linguística de cada um deles.

A globalização, somada às perdas políticas e econômicas de Portugal como potência europeia, resultou nas discussões que fundamentaram a união dos países de língua oficial portuguesa com base no passado em comum e na língua compartilhada na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (doravante CPLP) em 1996. A Comunidade é uma das principais responsáveis por difundir o conceito de *lusofonia*, ou seja, etimologicamente países falantes de fonias portuguesas, mas que na atualidade carrega acepções de viés econômico, político e ideológico. Nesse sentido, o termo é alvo de uma análise que parte de uma postura crítica frente ao termo ufanista europeu, em lugar do qual preferimos transnacionalização do português, para nos referirmos à difusão do idioma.

Assim, à luz das Políticas Linguísticas Críticas (Pennycook, 2010; Makoni; Pennycook, 2015; Severo, 2016), com foco no fortalecimento do Sul Global (Santos; Meneses, 2011) a presente dissertação, inserida no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), na área de concentração em Estudos da Linguagem, tem como **objetivo geral** investigar o lugar do multilinguismo

característico dos PALOPs em documentos oficiais de agências cooperativas transnacionais, a saber: CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa), a AULP (Associação das Universidade de Língua Portuguesa) e a UNILAB (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). O objetivo geral desdobra-se nos seguintes **objetivos específicos**: a) reconstituir o contexto sócio-histórico do surgimento de agências cooperativas no contexto transnacional da língua portuguesa; b) analisar os documentos oficiais de instituições cooperativas da *lusofonia*, com foco sobre o multilinguismo dos PALOPs; c) investigar o reconhecimento e a valorização do multilinguismo e o fortalecimento das relações Sul-Sul, especialmente entre Brasil e os PALOPs; d) discutir e problematizar a homogeneização do conceito de *lusofonia*.

As motivações pessoais que suscitaram a pesquisa enquadrada na presente temática estão intimamente relacionadas com minha trajetória acadêmica. Ainda durante o curso de graduação em Letras – Língua Portuguesa no Instituto Federal do Pará (IFPA), realizei mobilidade acadêmica internacional no Instituto Politécnico de Bragança (IPB), Portugal, integralizando disciplinas do curso de Relações Lusófonas e Língua Portuguesa, voltado para a saída de profissionais para intermediar as atividades de organizações da *lusofonia*. O ambiente acadêmico multicultural, permitiu o contato e a troca de experiência com estudantes oriundos dos PALOPs, de Portugal, de outros estados do Brasil e ainda da China, contribuindo para a compreensão da riqueza linguística e cultural intrínseca à Comunidade.

O enriquecimento das perspectivas de estudo do português, a dimensão do estudo da *lusofonia* e as discussões empreendidas tiveram valor inestimável para minha formação acadêmica e profissional. Por conseguinte, meu trabalho de conclusão da graduação em Letras abordou a variação linguística do português nos países em que é língua oficial. Apesar de tal pesquisa ter se desenvolvido a partir de um viés eurocêntrico, representou minha introdução nessa temática. Nesse contexto, o ingresso na pós-graduação *stricto sensu* exerceu papel relevante na construção de uma visão crítica acerca dos estudos da área, que está em pleno crescimento atualmente. Além disso, minha formação acadêmica dentro do PPG-Letras da FURG também foi fundamental, tendo em vista que o aprofundamento nos estudos acerca das políticas linguísticas em seu viés crítico e o contato com as disciplinas de Análise Dialógica do Discurso (ADD) possibilitaram primeiramente de modo pessoal a

compreensão de novas formas de ler meu objeto de pesquisa e, posteriormente, como proposta de interface teórico metodológica a ser inserida na pesquisa.

Sendo assim, a presente pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental se organiza da seguinte forma: O primeiro capítulo intitulado “Transnacionalidade da língua portuguesa e visão crítica da *lusofonia*” tem como referencial teórico Severo (2016), Severo e Silveira (2020), Faraco (2016), Ponso (2014 e 2019), Mariani (2004) e se divide em dois momentos para abordar a *lusofonia*, primeiramente uma visão **histórica**, intitulada “Colonização Linguística: Portugal e suas colônias na América e na África” e, posteriormente uma visão **contemporânea**, intitulada “Descolonização linguística: as colônias contra a hegemonia da metrópole”. O capítulo ainda apresenta de forma breve as instituições que terão seus Estatutos analisados, no subcapítulo “As instituições de promoção transnacional da(s) língua(s) portuguesa(s)”.

O segundo capítulo, intitulado “Sócio-história linguística e educacional dos PALOPs” apresenta as relações de assimetria linguística e a hierarquização entre as variedades linguísticas no subcapítulo “As relações linguísticas assimétricas em contexto de contato”. O segundo subcapítulo “O mosaico sócio-histórico e linguístico do PALOPs” empreende a construção de um panorama acerca das categorias a) Demografia, b) Sócio-história e c) Políticas Linguísticas e Educacionais acerca dos cinco países que compõem os PALOPs, com o objetivo de destacar suas diferenças enquanto riqueza cultural e linguística. Em se tratando do foco no multilinguismo, o presente capítulo busca contribuir para a compreensão da realidade individual de cada país que compõe os PALOPs, por isso então que se constitui um dos maiores capítulos da dissertação, mas que é fundamental para embasar o resultado das análises. Para tanto, mobilizamos uma vasta referência na área, para citar alguns: Caniato (2002), Bandeira (2017), Djaló (2023), Ponso (2017), Swaan (2001), Faraco (2016), Makoni e Pennycook (2015), Severo e Nhampoca (2022), Roncarati, Silva e Ponso (2012), Sassuco (2016), Severo, Sassuco e Bernardo (2019), Torquatto (2016), Veiga (2015), Namone (2014), Cá (2015), Firmino (2015), Gonçalves (2012), Nhampoca (2015), Gonçalves e Hagemeyer (2015) e Balduino *et al* (2022).

O terceiro capítulo, intitulado “Cooperação Internacional Sul-Sul e Políticas Linguísticas Educacionais: Brasil e os PALOPs” faz uma revisão e situa as modalidades de cooperação estabelecidas pelo Brasil, a partir de dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento

Internacional (COBRADI) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O primeiro subcapítulo “Cooperação internacional Sul-Sul entre o Brasil e os PALOPs em áreas estratégicas” retoma o histórico da cooperação internacional a partir de Milani (2017) e de fontes diretamente fornecidas pelos sites institucionais das agências. O segundo subcapítulo “Cooperação Sul-sul entre o Brasil e os PALOPs na área da Educação”, tem como foco o âmbito educacional enquanto política externa buscando analisar a participação dos PALOPs nos gestos de políticas de cooperação externa brasileira, também a partir de fontes e documentos institucionais como o COBRADI e o IPEA. Por fim, o subcapítulo “As línguas portuguesas no cenário transnacional” discorre acerca das Epistemologias do Sul, com Souza Santos (2018).

O quarto capítulo, intitulado “Política Linguística e Planejamento Linguístico: modos de ver”, segmenta-se em duas perspectivas, primeiramente histórica com “Da diversidade linguística como ‘problema’” acerca da gênese da área e posteriormente com “Políticas Linguísticas Críticas: uma visão desde o Sul Global” com a abordagem da categoria de língua como “invenção” que necessita de uma intervenção para desinvenção. Abordamos como referências na área Calvet (2002, 2007), Severo (2013), Silva (2013), Makoni e Meinhof (2006), Makoni e Pennycook (2015), Makoni (2018). O subcapítulo intitulado “Políticas Linguísticas Críticas e Análise Dialógica do Discurso: caminhos possíveis para uma análise” aborda os procedimentos metodológicos e o estudo da interface com a ADD. O subcapítulo promove uma base para que os pesquisadores que não são da área possam compreender do que se trata a interface proposta com a teoria do Círculo, a partir da abordagem aos conceitos bakhtinianos de *gêneros discursivos*, *cronotopo* e *exotopia*, tomando como base Bakhtin (1997), Brait (2006, 2018), Amorin (2012), Machado (2021) e Fiorin (2022). O capítulo ainda se encarrega de descrever a metodologia abordando os critérios para desenvolver “A pesquisa documental em documentos oficiais”.

Para finalizar, o quinto capítulo, intitulado “Análise dialógica de documentos oficiais e o mito da homogeneidade”, apresenta uma perspectiva de responsividade ativa dos enunciados produzidos pelo Estatuto das quatro instituições cooperativas selecionadas, localizando-o em um espaço e tempo definidos e partindo para a análise dialógica a partir das categorias: Razões; Objetivos, O conceito de língua, Status da Língua Portuguesa e O lugar do multilinguismo. Entre as referências mobilizadas, podemos citar: Leviski (2015), Tosatti (2021), Oliveira (2019), Malomalo, Lourau e Souza (2018), Silveira, Leviski e Balsalobre (2022) e Malomalo (2018).

1. TRANSNACIONALIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA E VISÃO CRÍTICA DA LUSOFONIA

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), contexto geográfico e sócio-histórico do presente trabalho, apresentam um passado de dominação colonial europeia que resultou em cicatrizes ainda presentes nos dias atuais. Dentre os âmbitos da dominação portuguesa em África, destaca-se a colonização linguística na tentativa de imposição da língua portuguesa em um conjunto de países extremamente multilíngue e heterogêneo: Angola; Cabo Verde; Guiné Bissau; Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Assim, o projeto colonial português ultrapassou os limites de uma dominação geográfica, militar e político-econômica, caracterizando-se também como uma dominação cultural e epistemológica, como apontam Santos e Meneses (2009). Nesse sentido, a política colonial do governo ultramarino concebia a heterogeneidade cultural característica do continente africano como um empecilho para uma sociedade civilizada. Por isso, o plurilinguismo deveria ceder lugar à escolha de uma língua europeia, no caso, a língua do colonizador, a exemplo do que também aconteceu nas colônias africanas governadas por França, Inglaterra, Bélgica e outros.

Diante disso, o presente trabalho aborda uma visão crítica da *lusofonia* (termo usado em itálico quando se refere ao projeto lusófono, ufanista) e adota o termo “transnacionalização do português” para se referir à difusão da língua portuguesa para além do Atlântico. Nesse viés, Severo (2016) destaca que a *lusofonia* pode ser abordada tanto em seu viés homogeneizante, como uma possibilidade de manifestação da globalização, quanto sob a ótica da diversidade, no contexto multicultural dos continentes em que a língua portuguesa aportou.

Severo e Silveira (2020) delineiam duas perspectivas para compreender as posições tomadas pela língua portuguesa em diferentes tempos e contextos, configurando-se uma perspectiva **histórica** e outra **contemporânea**, partindo de uma reflexão crítica da ideia de *lusofonia* na atualidade e do lugar ocupado pela língua portuguesa nos países colonizados por Portugal. Adotaremos os mesmos critérios dos autores para analisar a *lusofonia*. No que se refere à perspectiva histórica, evidenciaremos como se deu a construção do conceito ao longo dos anos e como se se estabeleceram algumas relações de poder que predominam até os dias atuais. Usaremos como referencial teórico nessa parte, principalmente, a obra “História sociopolítica da língua portuguesa” de Carlos Alberto Faraco (2016). A perspectiva

contemporânea visa compreender, no tempo presente, as tensões e conflitos decorrentes desse encontro colonial.

1.1 Colonização Linguística: Portugal e suas colônias na América e na África

A perspectiva **histórica** ressalta a importância de conhecer histórica e politicamente o passado colonial para compreender os espaços colonizados e o papel da língua nesse contexto, em particular, o lugar da língua portuguesa nas colônias portuguesas frente às línguas locais. Dessa forma, vale analisar criticamente o processo constitutivo que influi diretamente em como o discurso acerca do termo *lusofonia* é propagado até a atualidade.

A partir do século XV, o império português empreendeu esforços em expandir seus domínios territoriais pelo mar, as chamadas “grandes navegações”, levando consigo a difusão de sua língua, cultura e religião. Com a expansão marítima portuguesa estabeleceram-se territórios coloniais na África, América e Ásia, movidos pela busca de riquezas, mão-de-obra e territórios para sustentar a posição imperialista. Faraco (2016, p. 58), considerando Ferro (2008), explica que duas poderiam ser as funções exercidas pelas colônias: de entreposto e de portos de apoio. No século XV, os portugueses ocuparam as ilhas de Cabo Verde em 1444, bem como São Tomé e Príncipe e as ilhas do golfo da Guiné em 1470, estabelecendo a função de entreposto comercial para o tráfico de africanos escravizados. No Brasil, o colonialismo português objetivou a exploração e o povoamento. Economicamente, a colônia era fortalecida pela agricultura, primeiramente com o pau-brasil e, posteriormente com a cana de açúcar, sustentada pelo trabalho escravo de indígenas e africanos (Faraco, 2016, p. 59). Angola e Moçambique, por sua vez, tiveram ocupação da costa e tinham como principal função o fornecimento de escravizados para o tráfico (Faraco, 2016, p. 60). Dessa forma, pode-se visualizar o funcionamento do colonialismo como mecanismo de expansão portuguesa ultramarina.

Nesse âmbito, Severo (2016, p. 1323) assinala a expansão mercantil como um dos grandes fatores decisivos para a globalização, principalmente, do século XVI em diante. As grandes navegações de expansão além-mar dos portugueses são modelos dessa relação em que está em debate não apenas a invasão de territórios até então

inexplorados, mas a dominação política, linguística, religiosa, cultural e econômica, visando agregar poder para os colonizadores europeus.

A autora destaca ainda que a língua portuguesa estabeleceu-se como signo colonial ao constituir relações de poder para com as colônias, como por exemplo: as missões jesuíticas, que utilizavam o português para evangelização e construção de uma unidade linguística ao homogeneizar em “línguas gerais” as línguas faladas pelos indígenas e unidade política em torno do português; o âmbito burocrático, que ao utilizar o português em documentos e registros oficiais estabelecia certo controle colonial por meio da administração; produções culturais realizadas em língua portuguesa dispostas em diversos gêneros literários, representando estilos de vida, estereótipos e difundindo preconceito, por vezes; e a escravização, impulsionada pelos setores políticos e econômicos. (Severo, 2016, p. 1324)

Severo (2016), ao relacionar historicamente o processo de globalização à colonização, aponta, sob a perspectiva decolonial de Quijano (2005) e Mignolo (2007), a possibilidade de se perceber quatro eixos de colonialidade que estabelecem relações entre si, buscando observar o movimento para se compreender a língua portuguesa como “signo político” (p. 1323) e o lugar que a *lusofonia* ocupa hodiernamente, são eles:

(i) a colonialidade do poder, centrada na ideia de raça como critério classificatório e hierarquizador; (ii) o capitalismo, como modelo econômico de exploração dos sujeitos; (iii) O Estado, especialmente na forma de Estado-nação, tomado como modelo de gestão política e territorial; (iv) o eurocentrismo, tomado como referência cultural, epistêmica e política do contexto geopolítico Europeu [...] (Severo, 2016, p. 1323)

A colonialidade advém do colonialismo e alicerça-se no etnocentrismo. Ela pode ser observada na ideologia de superioridade perante o outro propagada e imposta pela colonização. Dessa forma, esse fenômeno deixou cicatrizes em diversos povos colonizados que passaram pelo processo de uma dita civilização, baseada na cultura europeia. Quijano (2005, p. 117), analisando o contexto da América Latina, define colonialidade de poder baseando-se no capitalismo moderno e no eurocentrismo, tendo em vista uma classificação da população com o critério de raça.

Severo e Silveira (2020) apontam ainda que a política colonial também incluía como ferramenta a língua. Pode-se citar como exemplo, a proibição do uso das línguas locais, fato observado tanto no Brasil quanto nos países africanos, enquanto colônias e a obrigatoriedade do conhecimento da língua portuguesa com o caráter de

“aquisição” de civilidade em prol da difusão da língua portuguesa baseada em uma política colonialista que teve como uma de suas ferramentas um conjunto de categorias impostas pelo Estatuto do Indigenato (1926-1961) (Severo, 2016, p. 1326). Severo e Silveira (2020, p. 33) apontam ainda que a língua foi fundamental para construção de uma identidade nacionalista nas colônias após a independência, no que se refere aos nove países que compõem hoje a CPLP, tanto para um ideal de união interno quanto para uma política externa que considerasse o uso da língua portuguesa como um ponto positivo.

Mariani (2004, p. 23) caracteriza a *colonização linguística* como “[...] a coexistência de povos com histórias e línguas distintas em um dado momento histórico. Colonizar supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos.”. A autora analisa o contexto de colonização linguística no Brasil e pontua duas perspectivas do impacto da história produzida pelo colonizador e pelo colonizado. No discurso do colonizador, o confronto não é uma questão, pois sendo ele movido por ideais eurocêntricos, o colonialismo é justificado pelos objetivos econômicos, a defesa do território e a civilização dos habitantes, enquanto o discurso do colonizado, quando passa a existir a partir do século XIX, vislumbra a busca de uma identidade e ressignificação por meio da língua enraizada pela colonização. Dessa forma, a colonização está intimamente ligada à unificação entre língua e nação (Mariani, 2004, p. 24). Vale destacar, contudo, que o contexto de colonização e de pós-independência brasileiro apresenta grandes discrepâncias históricas quando comparado ao contexto de colonização dos PALOPs.

No Brasil a independência da metrópole se deu em 1822, ou seja, a língua portuguesa apresentou uma trajetória histórica que possibilitou a sua consolidação como língua materna da população brasileira já há várias décadas (Mariani, 2004; Severo, 2016; Faraco, 2016) Além disso, o contexto pós-colonial trouxe eventos que permitiram a consolidação do idioma em sua variante escrita, como o desenvolvimento da literatura e da imprensa, a Biblioteca Nacional, as universidades e a perspectiva de descrever uma história genuinamente brasileira, ao passo que as línguas indígenas e africanas, apesar de contribuírem para o que hoje se conhece como a variedade do português brasileiro, não foram valorizadas.

Nos PALOPs, Ponso (2019) ressalta que a língua portuguesa passou por modificações de sentido durante os períodos pré e pós independência em sua relação com as línguas africanas. Durante a colonização, a língua portuguesa era imposta

para os diversos grupos etnolinguísticos que tiveram ainda suas línguas proibidas de serem utilizadas. Como exemplo, pode-se citar o Decreto nº77 de 1971, publicado em Angola, que reforçava ainda o ensino obrigatório do português, no Artigo 1º do Decreto elencado por Barbosa (1986, p. 139 *apud* Ponso, 2019, p. 37) que se segue “Artigo 1º (ponto 3): É **obrigatório**, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa; (ponto 4): É **vedado** o ensino de qualquer língua estrangeira;”. Posteriormente, contudo, após as independências, mudou-se a concepção e a língua portuguesa passou a ser ferramenta de luta política, unificadora e capaz de estabelecer relações com o exterior. (Ponso, 2019, p. 37)

Dessa forma, a língua portuguesa, durante a luta pela independência era meio de opressão colonial, contudo posteriormente passou a ferramenta de libertação sendo oficializada no pós-independência na década de 70. Entretanto, retoma o passado colonial e busca homogeneizar a heterogeneidade dos países que compõem os PALOPs e possuem línguas africanas utilizadas em maior ou menor grau pela população, tendo em vista que há inúmeros grupos etnolinguísticos inseridos nessa sigla que os representa. Nos PALOPs, a política linguística colonial foi impositiva no uso do português para superação do multilinguismo, visto à época como obstáculo. Assim, no pós-independência recente, essa perspectiva foi mantida visando a unidade nacional, gerando assim um contexto conflitante para com as línguas africanas, sem contar o estigma e preconceito atribuídos a elas em decorrência do prestígio da língua portuguesa. Tais circunstâncias são dificultadoras para que a colonização a partir do ponto de vista dos colonizados fosse contada e a língua de fato ressignificada (Essa questão será aprofundada no item 2.2). Atualmente, em contrapartida às políticas linguísticas coloniais, já existem estudos que problematizam o prestígio entre as línguas e que valorizam a heterogeneidade dos PALOP, como destaca Ponso (2017):

[...] reconhecer a complexidade linguística que caracteriza tais países, a qual prevê o uso *tanto* das línguas ex-coloniais, que garantem o acesso a bens culturais e inserção no mercado de trabalho, *quanto* das línguas nativas, que têm uma função identitária, étnica, de lealdade à família e aos valores tradicionais. Não seria uma questão de minimizar diferenças culturais e linguísticas entre os falantes, mas de reconhecê-las como traços da estrutura política e econômica da sociedade, que justamente permitem o dinamismo da disputa pelos recursos sociais. (Ponso, 2017, p. 192-193)

Nesse sentido, Mariani (2004), ao abordar a língua durante o processo de colonização linguística, aponta que há uma espécie de encontro e desencontro: enquanto a língua do colonizador se encontra com a(s) língua(s) do colonizado, essa

mesma língua passa por ressignificações, tendo em vista o meio e os sujeitos com que se depara, ou seja, se desencontra de si mesma. Nesse viés, a colonização linguística se estabelece por meio de políticas linguísticas que conferem prestígio e visibilidade para uma língua, a língua do colonizador. No entanto Mariani (2004, p. 28) ressalta que as políticas não são capazes de descontinuar o uso das línguas menos prestigiadas frente à do colonizador.

O linguista brasileiro Carlos Alberto Faraco em “História sociopolítica da língua portuguesa” (2016) destaca pilares que foram importantes para que o projeto da *lusofonia* alcançasse a importância que tem hoje, ao menos em território português. São eles importantes figuras históricas que contribuíram para a construção das bases epistemológicas da *lusofonia*, a saber: Padre Antônio Vieira, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva.

Padre Antônio Vieira é personagem marcante quando se discute a história de Portugal; se por um lado, ele amparou os povos originários e os negros africanos diante da violência dos colonizadores, por outro defendeu a propagação da fé católica na expansão colonial portuguesa por meio da catequização dos indígenas e de sua conversão ao catolicismo. Segundo Faraco (2016), Vieira tem como característica principal atrelar possíveis glórias vindouras a se realizarem em Portugal baseando-se nos desígnios religiosos cristãos. Não é para menos, pois após um período de sucesso em meio ao pioneirismo marítimo em que às custas de suas colônias “Portugal era maior que Portugal” (Faraco, 2016, p. 229), o reino se deparou com a crise instalada após perdas políticas e administrativas. Logo, acreditar que ventos melhores soprariam as velas das naus portuguesas funcionava como uma válvula de escape para enfrentar a realidade difícil.

Em Fernando Pessoa, também elencado por Faraco (2016, p. 235) como personagem importante da história da língua portuguesa, começa a se delinear a importância da língua como instrumento de promoção da união e criação de um *Império da Língua Portuguesa*. Em decorrência do Ultimato¹ britânico em 1980, que exigia a retirada de forças militares do território entre Angola e Moçambique, sob pena de encerrar as relações entre Reino Unido e Portugal, o país encontrava-se imerso em crise política e econômica, assim o Reino historicamente vislumbrava um Quinto

¹ Para saber mais, acesse: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Ultimato-britanico.aspx#:~:text=Em%2011%20de%20janeiro%20de,o%20apoio%20do%20rei%20D>. Acesso em: mar. De 2024.

Império alicerçado na língua e na cultura, o *Império da Língua Portuguesa* (Faraco, 2016, p. 235). Daí surge a célebre frase do poeta português Fernando Pessoa, sob seu heterônimo Bernardo Soares, “Minha pátria é a língua portuguesa” que de início soa um tanto quanto ufanista, porém Faraco (2016, p. 240) adverte que essa foi retirada de seu contexto original² e explica o mal entendido:

Embora pátria seja um termo que carrega uma carga semântica bastante negativa por estar muito associada a discursos nacionalistas exacerbados, homogeneizantes, xenófobos e autoritários (e, nesse sentido, o texto de Soares/Pessoa pode ser lido, em parte, como uma recusa desse tipo de nacionalismo), o termo tem também uma carga semântica positiva: por ele se identifica a terra em que se nasce, em que se estabelecem relações socioculturais e políticas, desenvolvendo-se um senso de pertença comunitária pela partilha de costumes, instituições e valores. (Faraco, 2016, p. 241)

Assim, a língua como pátria, de acordo com Faraco (2016, p. 241) é a língua-mito trazida por Bakhtin (1994), ou seja, concebida como estática, abstrata e uniforme, em lugar de concreta e heterogênea. Dessa forma, o Quinto Império, ou o Império da Língua Portuguesa, seria imaterial, composto pelos aspectos espiritual e cultural formando a unidade entre os países por meio da língua portuguesa.

As ideias de Pessoa ressoam em Agostinho da Silva, um dos protagonistas quando se trata de abordar a gênese da *lusofonia*, pois levantou discussões políticas importantes que deram embasamento para a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Segundo Faraco (2016, p. 244), a perspectiva do filósofo abrange duas vertentes, a *nostálgica*, que retoma o passado idealizado de Portugal, e a *esperança mística*, que vislumbra o futuro livre de atribulações liderado pelos povos de língua portuguesa a ser consolidado na chamada Era do Espírito Santo. Logo, retomando o ideologema do Quinto Império, ou o Império da Língua Portuguesa, Agostinho da Silva defende, em 1959, a criação de uma Comunidade Luso-Brasileira e posteriormente em 1968, a Confederação de Povos de Língua Portuguesa.

Assim, a língua em Agostinho tem uma missão. Com a bagagem de um passado que pretende ser retomado, a língua é ferramenta para reconstruí-lo e idealizar um futuro promissor, ou nas palavras de Faraco: “A língua portuguesa surge aqui como portadora exclusiva de uma determinada cosmovisão redentora da humanidade enraizada na experiência medieval da sociedade portuguesa.” (Faraco, 2016, p. 248). Nesse contexto, compreende-se a importância da contribuição do

² Para se aprofundar ver Faraco (2016, p. 240)

filósofo que, apesar de não ter se utilizado do termo *lusofonia*, foi imprescindível para o que hoje se conhece como *lusofonia* e a sua gênese.

As discussões políticas que futuramente dariam início à criação da CPLP, dessa forma, segundo Faraco (2016, p. 249) seriam a união de dois ideogramas imperiais que marcaram a trajetória histórica de Portugal, são eles: o político-econômico e o linguístico-cultural.

- (a) o ideograma do Quinto Império (na linha Bandarra/Vieira), ou seja, o prognóstico místico-maravilhoso das glórias futuras de Portugal, de um Portugal maior que Portugal porque Império Universal, a consumação do império de Cristo conduzida pelos portugueses — o povo eleito por Deus desde o “milagre” de Ourique para cumprir a missão de salvação e unificação da humanidade;
- (b) o ideograma do “império rearticulado” (na linha D. Luís da Cunha/D. Rodrigo de Sousa Coutinho), um grande projeto geopolítico que, por meio de profundas reformas econômicas e administrativas, buscava garantir um Portugal bem posicionado no jogo de poder internacional, um Portugal maior que Portugal que resultaria basicamente de um redesenho do “pacto colonial”, abandonando-se a dicotomia metrópole/colônias pela ideia de um todo imperial integrado, tendo seu centro no Brasil. (Faraco, 2016, p. 276)

Compreendendo os alicerces históricos que embasam as discussões acerca da lusofonia, partiremos para a perspectiva contemporânea.

1.2 Descolonização linguística: as colônias contra a hegemonia da metrópole

A perspectiva **contemporânea** apontada por Severo e Silveira (2020), por sua vez, enfoca o conceito de *lusofonia* tendo em vista a difusão atual da língua portuguesa. A *lusofonia* como conceito nos dias de hoje representa um esforço em prol de uma união, seja ela linguística, cultural e/ou política. Contudo, os milhares de falantes da língua portuguesa estão dispersos geograficamente, por um lado aumentando a importância internacional do idioma e por outro confrontando-se com acepções distintas de *lusofonia* a depender do contexto sociocultural dos países que têm o português como língua oficial. Assim, é natural que perspectivas distintas aflorem em meio a essa discussão.

Do propósito de união e de uma língua que representasse a nação, une-se o prefixo “luso” remetendo a Portugal e o sufixo “fono” para se referir à língua dos falantes surgindo assim, o conceito de falantes lusófonos, para os falantes de língua portuguesa. Margarido (2000) aponta que frente ao conceito de *francofonia* amplamente utilizado para a abrangência do francês não apenas como idioma, mas

como um termo que ecoa nos âmbitos políticos, econômicos e sociais, Portugal cria o termo *lusofonia* em 1974. O autor português traz opiniões um tanto quanto ácidas aos esforços empreendidos na construção da *lusofonia* enquanto movimento sociopolítico constituído visando o imperialismo linguístico, ou a falta deles, visto que percebe a *lusofonia* como a mera difusão da língua portuguesa em decorrência da colonização ao invés de um projeto estruturado e pensado para o contexto pós-colonial (p.12). Dessa forma, conclui, já em 2000, a necessidade de se revisar criticamente o conceito e seu funcionamento na sociedade.

Não basta ser “lusófono”, nem “francófono”, nem “hispanófono” para ter o direito de aceder à Europa do capitalismo burocratizado. Só uma leitura mítica pode ainda pretender construir um “espaço lusófono” quando as regras europeias não prevêm que baste falar português para se poder circular livremente. O mesmo de resto se verifica no que se refere ao francês e ao espanhol. Parece-me por isso conveniente, quando não indispensável, proceder à revisão de alguns conceitos e de alguns acontecimentos históricos, para recusar tanto o mito como a mística da *lusofonia*. (Margarido, 2000, p. 15)

Em relação ao contexto pós independências, por sua vez, Margarido (2000) aponta a língua como o elo antes estabelecido pelos territórios como forma de dominação, e Portugal, apesar de pequeno país europeu, busca reafirmar-se como potência através da influência e alcance da língua portuguesa nas terras ora colonizadas. Exemplo disso é a criação da sigla PALOPs para se referir aos países africanos de língua oficial portuguesa por Carmo Vaz, e assevera “É a língua portuguesa, e não a *lusofonia* que designa o cimento que, mesmo frágil, permite manter a união destes países.” (Margarido, 2000, p. 28)

Conforme Faraco (2016, p. 315), o termo tem expressividade distinta nos países que têm a língua portuguesa como língua oficial. Enquanto em terras lusas sua presença é marcante, no Brasil dificilmente figura na imprensa ou em estudos da área, assim como nos países africanos, que ainda possuem ressalvas quanto ao uso do conceito. Para Portugal, é vital a difusão da *lusofonia* e o cumprimento dos objetivos da CPLP, tendo em vista seu fortalecimento como potência europeia no mundo globalizado, motivo pelo qual é corriqueira a presença de assuntos voltados à *lusofonia* na mídia. Ou ainda como forma de reforçar que, apesar de pequeno territorialmente, o país ainda possui um elo com suas ex-colônias por meio da língua compartilhada.

Faraco (2012, p. 32) define *lusofonia* como um termo polissêmico que se refere ao caráter internacional da língua portuguesa. Assim, pode representar desde o

sentimento ufanista por parte dos portugueses até o conceito sociopolítico envolto em projetos de cooperação entre os países que têm a língua portuguesa como língua oficial. Dessa forma, o autor compara outras *fonias* para compreender as relações entre as principais potências europeias na busca de recuperar o poder e a influência após as independências de suas colônias, o que o autor chama de “poder soft”. A partir da concepção de *francofonia*, surgiram ainda a *anglofonia*, com o objetivo de promoção e difusão da língua e cultura britânica, e a *hispanofonia*, que se difere das anteriores, pois sua discussão se dá posteriormente à desestruturação do projeto de colonialismo. Sendo assim, Faraco (2012, p. 36) busca discutir como a *lusofonia* se insere nesse contexto frente às *fonias* e as diferencia:

Das quatro aqui analisadas, a *Lusofonia*, de certa forma, é a mais tardia e, talvez, a mais complicada e frágil de todas. Atrás dela não há, como na anglofonia e na francofonia, uma ex-metrópole colonial que tenha sido, no século 20, uma potência política, militar e econômica. Não há, portanto, um grande projeto estratégico de natureza política, econômica e cultural.

Também não há, como na hispanofonia, uma forte articulação convergente de ações políticas, econômicas e de gestão da língua. Bem ao contrário: os dois únicos países em que o português é a língua majoritária agem isoladamente e em direções divergentes.

Assim, a *lusofonia*, vista de forma a revisitar criticamente o contexto de sua criação, ostenta um caráter de elo percebido através de duas perspectivas. A primeira visa o sentimento ufanista de unidade e identidade nacional portuguesa pós-colonial como potência europeia, objetivando reestabelecer seu poder e influência sobre os, agora, países independentes que deixaram de ser colônia, mas que têm como herança a língua do colonizador em seus mais diversos contextos heterogêneos. A segunda, visa a união cooperativa que, por meio de ações, instituições e legislações, vislumbra uma integração que ultrapassa a língua oficial em comum nesses territórios e considera os fatores socioeconômicos no mundo globalizado. As duas perspectivas se tocam ao considerarem a expansão e difusão da língua portuguesa como um ponto em comum. Logo perceber a heterogeneidade e a valorização cultural multilíngue nos diversos territórios em que ela é oficializada é um desafio para as políticas linguísticas tanto no passado como no presente.

No Brasil, onde a língua portuguesa é majoritariamente a língua primeira, surge uma perspectiva um pouco mais crítica quanto ao seu uso, principalmente com o aprofundamento de pesquisas e teorias acerca de um português brasileiro com características próprias (Faraco, 2016, p. 315). Logo, aqui o estudo dos efeitos da *lusofonia* ainda é incipiente e pouco se menciona sobre os feitos e planos da CPLP,

seja por nossa resistência como ex-colônia, seja pelos objetivos utópicos e abstratos propagados pela comunidade.

Acima da discussão valorativa acerca do termo, contudo, não se pode deixar de destacar que historicamente a perspectiva de exaltação no discurso lusófono omite infelizes vestígios deixados pela colonização. Faraco (2016, p. 316) os evidencia por meio de uma postura crítica à exploração colonial que com um discurso de exaltação não coloca em discussão repensar os trezentos anos de escravização e tráfico, a situação pós-independência das colônias usurpadas social, econômica e culturalmente, os atos de racismo para com os africanos e, principalmente a discriminação social e o preconceito linguístico provocados pela língua portuguesa para com quem não a domina. Logo, compreender historicamente a constituição do termo permite uma análise crítica e atenta para entender o que subjaz a esse discurso largamente difundido.

Sendo assim, o autor, buscando apreender como a *lusofonia* se situa dentro dessa “multidiscursividade” (Faraco, 2016, p. 317), lança mão de dois questionamentos, haveria uma *lusofonia* política? (p. 319) ou uma *lusofonia* linguístico-cultural? (p. 331) A resposta retoma a pergunta título do artigo publicado em 2012 “*Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política*”, em que a *lusofonia* política seria uma quimera e a *lusofonia* linguístico-cultural seria uma utopia na visão do autor. Para compreender essa relação, convém antecipar que tanto no sentido de quimera, quanto no sentido de utopia, o autor destaca a impossibilidade de abranger todos os países da CPLP, sendo, portanto, interessante politicamente apenas para os ideais do colonizador português. É nesse sentido que defendemos o uso de línguas portuguesas ou ainda transnacionalidade da língua portuguesa buscando uma denominação mais adequada depois da discussão geopolítica empreendida sobre o termo.

Em consulta ao dicionário on-line Michaelis o substantivo feminino *Quimera* tem por definição, entre outras, “Fantasia geralmente impossível, irrealizável; devaneio, sonho, utopia” (Michaelis, 2023) em consonância com o substantivo feminino *Utopia* que é definido como “Plano ou sonho irrealizável; ideia generosa, porém impossível” (Michaelis, 2023). Dá-se especial atenção para a presença do adjetivo *irrealizável* nas duas definições, logo como corrobora Vilarinho (2021, p.250) “Pela leitura do título, apenas, observamos que a definição do autor aponta para um polo do “não realizável”. Tanto quimera quanto utopia estão no campo do desejo, são construções de um ideal

não realizável.”. O que realmente condiz com as definições de *lusofonia* trazidas por Faraco e a perspectiva pela qual aborda o termo, portanto vale compreender a escolha lexical do linguista brasileiro para a definição de *lusofonia*.

Em Faraco (2016) a *lusofonia* política seria uma quimera. Em meio ao projeto político europeu, Portugal colocava em prática a “opção atlântica”, ou seja, o estreitamento de relações com o Brasil e a África para retomar o “Portugal maior que Portugal” após as independências, ou seja, unir os países de língua oficial portuguesa tendo em vista político e economicamente ser maior que o pequeno território geográfico do país europeu. Contudo, quando se refere aos PALOPs, a língua portuguesa, apesar de exercer papéis sociais nesses países, não é hegemônica, pois coexiste com as línguas africanas; sendo assim, um dos desafios a ser superado pela comunidade é a correção da política monolíngue. O autor ressalta, contudo, a lacuna em Portugal para desenvolver um projeto político-econômico com a *lusofonia* como se estabeleceu com a *francofonia*, por exemplo, devido à pouca expressividade nesses âmbitos (p. 327), logo caracteriza a *lusofonia* como quimera, ou seja, “Seria um projeto político pós-colonial/neocolonial, uma tentativa de instauração do poder “soft”, uma estratégia de continuidade de redes de dominação com outra roupagem, um espaço imaginário da nostalgia imperial.” (Faraco, 2016, p.327)

A *lusofonia* linguístico-cultural como utopia, por sua vez, buscava a união por meio da literatura e cultura que se expressam em português, ou seja, concebendo o português como língua de cultura (Faraco, 2016). As línguas de cultura defendidas por Houaiss (*apud* Faraco, 2016) seriam as línguas que desenvolveram a escrita. Assim, o linguista brasileiro elenca alguns pontos que dificultavam o uso do português nesses termos nos países em que é língua oficial, como o analfabetismo e a escolarização e algumas defasagens como a lacuna na literatura impressa e em bibliografias como o dicionário em comum (Faraco, 2016, p. 331) pode-se incluir ainda as línguas e culturas oralizadas que não se encaixam nas categorias de alfabetização, escolarização, literatura, língua e cultura estabelecido pelos europeus. Sendo assim, a *lusofonia* linguístico-cultural é concebida como uma utopia, ou seja, “um u-topos de salvação e redenção da língua e das culturas que nelas se expressam” (p. 333).

Em consonância com Faraco (2012, 2016), Severo e Silveira (2020) concebem *lusofonia* como um termo polissêmico pela complexidade constitutiva de sua conceituação enquanto formação identitária e elucidam o termo:

Trata-se de um signo político que inscreve não apenas relações de poder coloniais e colonizadoras, mas memórias que foram apagadas e silenciadas, seja por uma invisibilização sistemática e contínua das línguas locais, seja pela instauração de uma política que identificou essas línguas com o termo genérico e vago de “línguas nacionais”. Nesses dois casos, inscrevem-se na língua portuguesa significados de prestígio que favorecem o acesso econômico e político de uns em detrimento de outros. (p.34)

Dessa forma, contemplando a perspectiva contemporânea da *lusofonia*, Severo (2016) sintetiza a relação estabelecida entre *lusofonia* e globalização em três eixos que se inter-relacionam, são eles: econômico, político e cultural. Do ponto de vista econômico, figura como exemplo a inclusão da Guiné Equatorial aos países-membros da CPLP³, em 2014, ultrapassando os critérios anteriormente utilizados de haver um compartilhamento de uma “história colonial lusófona” (p. 1328) e valorizando a perspectiva de possibilidades e acordos econômicos para a comunidade. Sob esse viés, Severo e Silveira (2020) adicionam:

Os usos e interesses econômicos que têm marcado os encontros e debates da CPLP colocam em questão os propósitos lusófonos da CPLP, apontando para uma ação política da instituição que não está atrelada a questões meramente linguísticas, muito menos aos propósitos estatutários e solidários que supostamente originaram o agrupamento dos estados-membros. Trata-se de uma empreitada político-econômica, que tem ajudado a produzir uma “*Lusofonia Empresarial*”, em que a língua, assim como outros elementos, funciona como bem econômico, no interior de uma indústria das línguas. (Severo; Silveira, 2020, p. 36)

O viés político, centrando-se ainda na CPLP e incluindo o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), aponta para as políticas de ações e metodologias para a difusão da língua portuguesa. Para além do ensino como língua primeira entre os países-membros, Severo (2016, p. 1329) pontua a emergência de uma discussão acerca do português como língua estrangeira (PLE), vislumbrando ampliar o debate na área e sintetiza: “Trata-se da construção de um novo objeto de pesquisa, que coloca em tela interesses econômicos (indústria da língua), políticos (construção de um objeto “científico”) e culturais (as ideias de “estrangeiridade” e “natividade” da língua portuguesa)” (Severo, 2016, p.1329).

O aspecto cultural fica a cargo da vasta diversidade cultural, linguística e identitária presente nos países em que a língua portuguesa é oficial e que, por vezes, sofre o processo de homogeneização pelo termo, resultando em uma constante luta

³ Leviski (2015) aborda essa questão com mais profundidade.

para validação e reconhecimento. Assim, segundo a autora, é primordial pensar no cenário multicultural presente, buscando problematizar as relações de poder exercidas pelo passado colonial e vislumbrar os diálogos interculturais na atualidade.

Nesse viés, Ponso (2019) defende que “a experiência individual do falante ‘lusófono’ ocupa um lugar especial na fissura da onipotência estrutural predominante nos discursos que pressupõem a homogeneidade linguística da CPLP” (Ponso, 2019, p. 204), ou seja, em meio a toda política e discurso homogeneizador, o falante resiste, o multilinguismo resiste e com ele a cultura e história de povos invisibilizados. E mais, pois esse falante é fundamental para que, a partir de estudos críticos do passado colonial e a política linguística implementada, possa-se repensar o futuro e analisar criteriosamente os próximos passos, sejam eles cooperativos, políticos, educacionais ou linguísticos. A autora sugere ainda que deve haver uma reflexão cuidadosa sobre as características do presente linguístico tanto de Portugal e do Brasil quanto dos PALOP, sendo para isso necessário:

- i) ter em vista essa memória constitutiva de formações sócio-históricas muito diferentes; ii) respeitar a atribuição de sentidos para cada língua nacional, ou para as línguas nacionais, pelos seus próprios falantes; iii) considerar a dialética pluralidade/singularidade que remete para a questão de identidades linguísticas híbridas e fluidas; iv) dissociar as ideias de uma força centrípeta de unificação em uma comunidade de base comum, da força centrífuga da heterogeneidade, do multilinguismo e do multiculturalismo. (Ponso, 2019, p. 204-205)

Para Ponso, “o ideograma imperial e colonizador por trás do rótulo da ‘lusofonia’, que apresenta a língua portuguesa como agregadora e não como excludente, reflete o característico fechamento da elite das sociedades pós-coloniais.” (Ponso, 2019, p. 203). Nesse sentido, cabe discorrer acerca das nuances que o termo *lusofonia* pode adquirir de acordo com as perspectivas de seu discurso constitutivo. Tendo em conta a abrangência dos âmbitos políticos e cooperativos transnacionais, a língua portuguesa passa nas últimas décadas por tentativas de homogeneização, seja na prática, a exemplo da reforma ortográfica, seja na esfera ideológica, como se percebe nos discursos que defendem a “comunhão” e o “pertencimento” dos países “lusófonos”, muitas vezes apagando conflitos político-linguísticos decorrentes dos processos de colonização (Faraco, 2009; Ponso, 2019). Ponso (2019) aponta que esse fato se constitui como uma “construção político-linguístico-discursiva” (p. 203), contudo explica que sua aplicação à realidade é dificultada pelos processos de nativização da língua portuguesa em cada país independente e a consequente

heterogeneidade normativa das diferentes variedades do português como língua pluricêntrica.

1.3 As instituições de promoção transnacional da(s) língua(s) portuguesa(s)

Com essa ideologia ufanista pode-se compreender a gênese do pensamento de instituições que foram criadas cujo o objetivo de “materializar” a difusão da língua portuguesa não apenas para fortalecê-la como língua internacional, mas como ferramenta de relações entre os países de língua oficial portuguesa e sua influência. Dentre algumas dessas instituições, não podemos deixar de ressaltar a CPLP, importante quando se trata da difusão do conceito de *lusofonia* e o IILP, instituto responsável exclusivamente pelas ações de promoção e difusão da língua portuguesa. Além da AULP e da UNILAB, instituições que se centram na esfera acadêmico-científica.

Criada em 17 de julho de 1996, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) se alicerça no idioma e passado em comum. Ainda que uma visão crítica dessas motivações tenha sido discutida anteriormente, o site institucional apresenta-as como a “[...] criação de uma comunidade de países e povos que partilham a Língua Portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia [...]” (CPLP, 2023)

Apesar de sua consolidação datar de 1996, alguns passos importantes foram dados previamente. Em 1983, já se almejava descentralizar as discussões concernentes aos, até então, sete países de língua portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Ainda nesse tocante, em 1989 no primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa criou-se o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e em 1994 estabeleceu-se o ato constitutivo da CPLP, para enfim em 1996 na ocasião da realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em Lisboa fundar a Comunidade com sete países-membros. (CPLP, 2023) Além desses, passados seis anos incluiu-se Timor-Leste, posteriormente a sua independência e, por fim em 2014 após o que o site institucional descreve como um “minucioso processo de adesão” adere o nono e último membro até os dias atuais, cercado de discussões problemáticas quanto a sua adesão.

O IILP, por seu turno, apesar de ter suas bases pensadas antes mesmo da criação da CPLP, só se concretizou em 1998 na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, portanto se caracteriza como um instituto interno à Comunidade, responsável pelo planejamento e promoção da língua oficial em comum. (IILP, 2023) Adiante, nos debruçaremos no tocante às aplicabilidades e ao do Instituto. Nascimento (2009) defende que a *lusofonia* “passa ao lado da vida dos cidadãos” (p.7). Essa afirmação possui uma série de camadas de profundidade para compreensão, mas se centra na ideia de que muitos países não se reconhecem nessa “*lusofonia*”, para citar Bagno (2009), principalmente os países africanos, onde é malquista por revisitar ecos recente do passado de dominação colonial. Em consonância, Eduardo Namburete (2006 *apud* PONSO, 2019), embaixador moçambicano, reforça essa opinião de que a *lusofonia* é vista com ceticismo pelos africanos, que mais teriam uma fonia “bantu”.

Assim, é necessário discutir os desequilíbrios presentes na “Comunidade de afectos”, como é chamada a CPLP, e ler os acontecimentos de um ponto de vista crítico visando não apenas a união, mas a riqueza de sua heterogeneidade constitutiva. Refletindo ainda acerca de contornos neocolonizadores de integrantes da comunidade com maior ou menor protagonismo.

Ainda hoje, passadas as lutas pela independência dos PALOPs e com a reconfiguração do mundo globalizado, pergunta-se: a *lusofonia* traz vantagens, sobretudo econômicas e geoestratégicas, para todos os membros da CPLP igualmente? Ou mais para um do que para outros? Apesar da repisada polêmica acerca de uma comunidade de países em torno de um passado colonial comum - sobretudo, se tal comunidade mantém certos traços de neocolonialismo – seguem-se usando os termos *lusofonia* e lusófono naturalizados e legitimados por uma tradição cultural, histórica, acadêmica e literária. (Ponso, 2019, p. 192-193)

Alguns autores, como Margarido (2000) chamam a atenção para o que poderia se configurar como um neocolonialismo, vislumbrando a centralidade e autonomia de alguns países dentro do grupo que poderiam acarretar o estabelecimento de relações assimétricas movidos por fatores divergentes aos que fundaram a comunidade. Severo e Silveira (2020) ilustram essas relações com alguns exemplos, como no caso dos falantes de língua portuguesa dos países africanos, nos quais apesar da língua portuguesa ser oficializada era realizada ainda a cobrança do exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras dos indivíduos que se candidatavam ao Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e ao Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Pode-se citar ainda o resultado da política

colonial e da política linguística colonial que se configurou em contextos diferentes em países diversos dentro da mesma comunidade, como é o caso de Angola e Moçambique em que na primeira o número de falantes das línguas locais é baixo se comparado com o português, ao passo que na segunda o número de falantes das línguas locais é bastante elevando enquanto o português possui baixa porcentagem de acordo com o Censo de cada país.

Reconhecemos que o uso da língua portuguesa como uma língua de acesso socioeconômico a lugares de prestígio e de poder requer uma política linguística que opere em prol da justiça social, fazendo com que a diversidade linguística não seja vista como um problema ou obstáculo, mas como constitutiva e necessária para definir o que conta, inclusive, como política. Entendemos que o acesso de pessoas à esfera pública e aos órgãos e instituições do Estado — saúde, educação, segurança —, bem como à informação, não deve ser obstruído por questões linguísticas, mas favorecido por uma política multilíngue, que agregue, inclusive, a as vozes locais e a perspectiva local do que conta como língua. (Severo; Silveira, 2020, p.39)

Severo e Silveira (2020) retomam a ideia de um *soft power*, instituído pela *lusofonia*, ou seja, pela difusão e uso do português pelo mundo, em forma de bolsas de estudo, fomento financeiro para pesquisas e eventos e ações de políticas públicas. Os autores apontam, contudo, uma “centralidade luso-brasileira [...] no que tange à sistematização, normatização e difusão da língua portuguesa.” (p. 37) e explicam que apesar do incentivo de discussões que dizem respeito ao pluricentrismo da língua portuguesa considerando as variedades nacionais e sua difusão em diferentes países, por parte da CPLP, o português brasileiro e o português europeu detêm social e politicamente papéis de destaque no que diz respeito à representação do português e sua difusão. (Severo; Silveira, 2020).

Faraco (2016) sintetiza de forma precisa e não romantizada o objetivo do ideal lusófono: “As grandezas imaginadas sempre a compensar ressentimentos pelo fato de ser menos do que se deseja.” (p. 240). Essa frase guia-nos para alguns pontos que merecem atenção. Considerando-se os avanços políticos e históricos e as diversas atualizações do que hoje se conhece e rege a CPLP, símbolo e ferramenta da *lusofonia*, não se pode negar que o sentimento de sua criação visava retomar um passado glorioso baseado nos preceitos cristãos.

Esse passado, contudo, se alicerça na dominação colonialista, na exploração de recursos e povos de suas colônias, no apagamento e invisibilização de conhecimentos e culturas tidos como não civilizados perante os padrões europeus e no “compartilhamento” de uma língua que se depara com uma ecologia multilíngue e

heterogênea que não é reconhecida e valorizada, ou ainda não é incentivada como riqueza da Comunidade. Dessa forma, dentre todas as possibilidades e oportunidades que a cooperação entre países de língua portuguesa pode trazer é necessário estar atento para impedir que o passado, que não foi glorioso para todos, retorne.

Com foco na transnacionalização do português no meio acadêmico podemos citar duas agências a partir de pontos de vista diferentes, a AULP e a UNILAB. A AULP é uma ONG internacional, com sede em Lisboa, que tem como objetivo promover a cooperação entre Universidades e Institutos de países e regiões de língua portuguesa. Sua criação precede a da Comunidade, consolidando-se em 1986; assim o site institucional contabiliza mais de 130 membros que abrangem Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Entre as principais iniciativas para a consolidação de seu objetivo podemos citar: os Encontros Anuais; o Programa Mobilidade-AULP; a Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP); o Prêmio Fernão Mendes Pinto; observatório consultivo da CPLP e a publicação de Obras comemorativas. (AULP, 2024). Logo, a internacionalização da língua portuguesa entre os países em que foi oficializada tem como foco na Associação a cooperação e difusão de conhecimentos em língua portuguesa ou sobre ela, a mobilidade estudantil e docente, dentre outras iniciativas objetivando o fortalecimento do idioma no cenário internacional e sua consolidação como língua de conhecimento.

A UNILAB, com sede administrativa no interior do Ceará, é a consequência de uma política linguística para a internacionalização e interiorização do ensino superior para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul entre o Brasil e os PALOPs. Suas atividades tiveram início em 2011, porém a Lei nº 12.289 de sua criação, data de 2010. Entre os objetivos institucionais está a integração entre o Brasil e os países membro da CPLP, em especial os PALOPs, visando o desenvolvimento regional e a troca no âmbito da cultura, ciência e educação (UNILAB, 2024). Essas agências foram escolhidas nesta dissertação com o objetivo de investigar o lugar destinado ao multilinguismo no discurso por elas difundido no projeto *lusófono*.

2 SÓCIO-HISTÓRIA LINGUÍSTICA E EDUCACIONAL DOS PALOPS

As nações lusófonas não são um triângulo, mas uma constelação em que cada um tem a sua própria individualidade.
Mia Couto

O presente capítulo aborda a realidade sociolinguística única de cada um dos PALOPs. Além das razões internas à pesquisa para a dedicação de um capítulo tão rico acerca dos PALOPs, as motivações externas consideram o eixo o qual essa pesquisa pertence, visando fortalecer as relações Sul-Sul abordando no meio acadêmico uma parcela de países da CPLP ainda pouco difundida no Brasil quando se refere à língua portuguesa e, nesse sentido, ressaltar sua extensa diversidade linguística e conseqüentemente as relações conflitivas para com essa realidade. Primeiramente, tecemos algumas considerações sobre o peso das línguas na situação de contato linguístico, a assimetria de poder entre elas, o surgimento de línguas crioulas e alguns fenômenos do multilinguismo característico dos PALOPs. Em seguida, apresentamos um panorama dos cinco países que compõem os PALOPs, subdividido em categorias, são elas: Demografia, Sócio-história e Políticas Linguísticas Educacionais, com vistas a embasar a compreensão da realidade dos países do continente africano que têm língua portuguesa como língua oficial.

A língua que é parte vital da história e cultura de um povo é ainda fundamental para diversos fatores de desenvolvimento, infraestrutura e qualidade de vida, como a economia, a política, o ensino e as relações estabelecidas nacional e internacionalmente. Portanto, a sócio-história linguística e educacional dos PALOP, a ser aqui desenvolvida, é permeada de traços e realidades heterogêneas entre si, por isso a importância de abordá-los respeitando sua individualidade.

2.1 As relações linguísticas assimétricas em contexto de contato

Quando se aborda a questão linguística dos PALOP, os termos crioulo e dialeto são ainda muito presentes. Nesse sentido, tendo em vista que sobre sua conceituação e uso ainda recaem perspectivas valorativas e preconceituosas, cabe destacar o ponto de vista que defendemos. O conceito de língua crioula envolve a formação de uma nova língua a partir da mescla de elementos linguísticos - como o vocabulário e a gramática - de diferentes origens. Essa mistura ocorre principalmente no contato

entre diferentes grupos étnicos e culturais em processos de colonização, escravidão e migração, resultando em uma língua que possui características únicas e distintas das línguas originais (Lucchesi, 2009; Faraco, 2016).

A comunicação no contexto colonial multilíngue era uma necessidade. Nesse sentido, Faraco (2016, p. 68) explica que na costa africana foram criadas as condições necessárias para o surgimento de um *pidgin* de base portuguesa, que o autor caracteriza como uma “linguagem emergencial” (p. 68) com redução lexical e gramatical e destinada ao uso e a compreensão em contextos específicos durante a expansão marítima. Assim, unindo a necessidade de comunicação e o contexto de emergência, surgem novas línguas chamadas de “crioulas” (p. 70). Como explica Faraco (2016):

Embora o contato linguístico seja fenômeno comum na história das línguas, o que caracteriza o ambiente propício para o surgimento de línguas crioulas são as circunstâncias extremas em que ocorre o contato. Durante a expansão colonial europeia, este se deu de forma massiva e abrupta em situações em que os falantes, afastados (geralmente à força) de seus pares étnicos e linguísticos e postos juntos a pessoas de outras muitas origens, perderam seus laços sociais, culturais e linguísticos, e foram pressionados a reconstituí-los, tendo como referência mais próxima a língua do grupo dominante. Essa hibridização acabou por se tornar língua materna da nova comunidade organizada pela ação colonial. (Faraco, 2016, p. 70)

Nesse contexto, as línguas crioulas de base portuguesa podem ser classificadas em África como (i) línguas crioulas da Alta Guiné, presentes nos PALOPs em Cabo Verde, Guiné-Bissau e (ii) as línguas crioulas do Golfo da Guiné, como nas ilhas de São Tomé, Príncipe e Ano Bom dos PALOPs (Faraco, 2016, p. 72). Essas foram estigmatizadas frente à hegemonia do português, concebidas ainda como dialetos ao invés de línguas, como de fato são.

Quanto à formação do crioulo e à justificativa para o seu desenvolvimento apenas em alguns dos PALOPs, a explicação se dá, grosso modo, pela formação sócio-histórica de cada um deles. Caniato (2002, p. 130) levanta duas hipóteses para explicar seu surgimento, a saber, o interesse comercial e o tráfico de africanos escravizados:

O aparecimento dos crioulos se deveu à necessidade de comunicação entre portugueses e povos das costas africanas e regiões da Ásia, a partir das primeiras descobertas do século XV. Não se tratava de uma língua uniforme, pois refletia a variedade dos falantes e também das línguas nativas com as quais os portugueses entravam em contato. [...] Há duas hipóteses que explicam seu surgimento: a) por interesse comercial teria surgido no Oriente, ou seja, na época do comércio mais intenso com a Índia, espalhando-se para outras regiões; b) pelo intenso tráfico de mão-de-obra africana, nas costas ocidentais da África, entre a Guiné e Cabo Verde. (Caniato, 2002, p. 130)

Nessa mesma perspectiva, Manuele Bandeira (2017, p.106), professora pesquisadora da UNILAB que se dedica ao estudo das línguas crioulas, destaca como causas do surgimento dos crioulos o isolamento geográfico, o desequilíbrio demográfico, os aspectos sócio-históricos e a configuração social de uso da língua como preponderantes para a existência do crioulo em alguns países e conceitua:

Na Linguística, o termo (crioulo) remete ao fato de a língua ter sido criada em um ambiente multilinguístico, porém com uma língua politicamente dominante e várias outras sem prestígio. Sob uma perspectiva geral, o crioulo pode ser caracterizado como a primeira língua de uma população monolíngue ou como uma das línguas de uma população multilíngue, ou seja, é a língua materna de uma determinada população. (Bandeira, 2017, p. 101)

A autora explica, com aporte teórico em Muysken & Smith (1995), Mufwene (1996; 2001) e Pratas (2002) e Degraff (2009), importantes estudiosos da crioulistica, que não é possível distinguir qualitativamente uma língua crioula de uma não-crioula apenas a partir de aspectos linguísticos-estruturais (Bandeira, 2017, p.107). Segundo Djaló (2023), nesse mesmo viés, “as características atribuídas aos ‘crioulos’ são encontradas em outras línguas naturais não consideradas crioulas.” (p. 98) uma vez que os fatores que denominam uma língua crioula são sócio-históricos, ultrapassando o âmbito linguístico, e têm suas origens na colônia e não no continente europeu, como língua de contato entre colonizadores e povos colonizados (p.67).

De fato, “a emergência de línguas crioulas está relacionada à destruição do tecido social de comunidades linguísticas, submetidas a um novo código linguístico, e a um grau de isolamento e confinamento das populações escravizadas.” (Bandeira, 2017, p. 102-103). Nesse sentido, considerá-las “simplificações”, “língua menor” ou destituída de aspectos estruturais que as definam como línguas deixa entrever uma perspectiva de superioridade das línguas europeias, reforçando a ideologia monolíngue que privilegia a modalidade escrita. Além disso, a historiografia linguística invisibiliza as formações linguísticas que se deram fora das potências coloniais e desconsidera seu valor, não só como língua, mas como comunidade de falantes.

Ponso (2017) ao abordar as assimetrias das línguas no contexto de contato linguístico, problematiza a ideia de domínios considerados “baixos” e “altos” uma vez que tais abordagens versam sobre lugares mais de fixidez do que de mobilidade. Dessa forma, tendem a destacar a diferença social como a dimensão mais importante a condicionar a alternância entre as línguas, o que impede de emergir uma lógica distinta, que pressuponha maior mobilidade e fluxo nas relações de poder envolvidas.

A autora, a partir dos exemplos do contato entre o português e as línguas bantu em Moçambique e do inglês e línguas níger-congolesas da Nigéria, explica que o estatuto e o valor de cada língua no contato linguístico se alterna não só segundo as relações de poder social, mas também conforme a situação de fala, o pertencimento ancestral, a solidariedade de grupo, o interlocutor, o tópico, etc. (Ponso, 2017, p. 186)

Temos de lembrar que a consideração de alto e baixo, no contexto africano, está inserida em uma arena na qual os falantes esforçam-se diariamente por se apropriar, resistir e ressignificar o sistema ideológico monocultural que impuseram tanto o Estado colonial, como o Estado contemporâneo. O importante aqui é ponderar que, no caso da África, as tradições populares locais, a educação em casa, a curanderia, a música, os ritos, os casamentos e falecimentos, a tradição da oralidade, da culinária, da medicina tradicional, etc. nada disso é domínio baixo, do ponto de vista do falante. As categorias e critérios segundo os quais julgamos o que está “acima” e “abaixo” em termos de valores culturais e linguísticos são relativos. (PONSO, 2017, p.

Dessa forma, esse conflito entre domínios de línguas se estende até o período pós independências como mentalidade que permeia as relações sociais, pois o fim do período colonial historicamente, não se relaciona diretamente com o fim da colonialidade como mentalidade (Mignolo, 2010 *apud* Ponso, 2017, p. 187). Logo, os falantes do contexto multilíngue africano dividem-se entre a língua imposta pela colonização e as línguas africanas em uma “ação deliberada na esfera de uma escolha política e coletiva de reterritorializar as línguas desterritorializadas e construir identidades linguísticas híbridas em meio à interculturalidade”. (Ponso, 2017).

Essa perspectiva de hierarquizar as línguas não é recente. O pesquisador holandês Abram de Swaan (2001) foi um dos pioneiros em desenvolver um modelo que pudesse representar as línguas e as relações estabelecidas entre elas a partir do peso dos fatores políticos, econômicos e sociais. O sociólogo propôs uma galáxia de línguas (“a galaxy of languages”), em que haveriam *línguas periféricas* (“peripheral languages”) que representam a maioria com 98% e são línguas de escrita e de memória, porém não de registro (p.4); as *línguas centrais* (“central languages”) que estão presentes na educação, nos meios comunicação em massa, geralmente são línguas nacionais e fazem parte do repertório de falantes multilíngues (p. 4-5); as *línguas supercentrais* (“supercentral”) que são o resultado dos falantes multilíngues das línguas centrais, muitas vezes advêm do processo de colonização e permaneceram no pós-independência funcionando para assuntos internacionais, políticos, administrativos, negócios e educação superior (p. 5). O português, segundo

Swaan (2001), seria uma língua supercentral junto com mais onze línguas. Por fim, a *língua hipercentral* (“hypercentral language”) protagonizada pelo inglês que manteria toda a constelação reunida. O inglês para o sociólogo seria a língua de comunicação global (p.6). (Swaan, 2001; Faraco, 2016)

Nesse sentido, Ponso (2017) ressalta que as considerações que elegem língua majoritária vs. língua minoritária são relativas (p. 204), uma vez que se inserem em um contexto no qual as tradições e valores de expressão cultural africanos são relegados à margem em decorrência da mentalidade imposta pela política colonial e que pode ser percebida até os dias de hoje nas discussões dos Estudos Linguísticos, como a própria conceituação de língua (Makoni, Pennycook, 2015), o ensino monolíngue e a padronização linguística (Severo; Nhampoca, 2022).

Esse sentimento permeia a maioria das questões chave de desenvolvimento na África pós-colonial, onde, mesmo depois de meio século de descolonização, a estrutura colonial ainda se faz sentir nos sistemas políticos, econômicos, e também nos sistemas educacionais, que permanecem em sua maioria eurocêntricos (anglófonos, francófonos e lusófonos), em um quadro de altos índices de analfabetismo, alta taxa de evasão em todos os níveis de ensino, difícil acesso à universidade e dificuldade de colocação profissional dos diplomados. (Ponso, 2017, p. 190)

Contudo, não é recente o prestígio social de uma variedade e a hierarquização das línguas por fatores sociais, políticos e econômicos, reforçando assimetrias linguísticas baseadas em perspectivas valorativas. É muito comum dentre os meios de comunicação e até mesmo nas produções científicas encontrar dados que classificam uma determinada língua com base em *rankings* linguísticos. Essa ferramenta metodológica trabalha para assegurar um ponto de vista, sustentar uma argumentação, não sendo, portanto, neutra. Assim, não se discutem as categorias que essas agências sociométricas utilizam para classificar as línguas. Em certo grau, retoma-se a lógica colonial na qual, com o conhecimento da época, se justificava a superioridade de uma língua perante as outras, como em Pessoa (1999 *apud* Faraco, 2016) ao se referir à língua portuguesa.

O português é (1) a mais rica e mais complexa das línguas românicas, (2) uma das cinco línguas imperiais, (3) é falado, senão por muita gente, pelo menos do Oriente ao Ocidente, ao contrário de todas as línguas menos o inglês, e, até certo ponto, o francês, (4) é fácil de aprender a quem saiba já espanhol (castelhano) e, em certo modo, italiano — isto é, não é uma língua isolada (5) é a língua falada num grande país crescente — o Brasil (podia ser falada de Oriente a Ocidente e não ser assim falada por uma grande nação). (p. 238)

Com os avanços dos estudos linguísticos, hoje já se sabe que não há fatores que justifiquem linguisticamente a superioridade de uma língua, apenas o sentimento etnocêntrico de imposição cultural, que não se justifica nem no passado e menos ainda no presente. Nesse sentido, o que move hoje as pesquisas sociométricas varia de acordo com os principais interesses das agências, a metodologia aplicada, os critérios de análise, além dos fatores sócio-históricos de constituição da língua.

Roncarati, Silva e Ponso (2012, p. 78) elencam as cinco categorias mais utilizadas para medir a importância de uma língua e como o lugar, literalmente, do português pode variar de acordo com elas, que são: a) número de falantes como língua materna, b) número de países e continentes em que é língua oficial, c) línguas mais utilizadas na internet, d) peso econômico dos países nos quais essas línguas são oficiais, e) quantidade de prêmios Nobel de Literatura por língua. Lançando um olhar crítico para a demografia linguística e sua relação com o estatuto de uma língua.

O número de falantes é sem dúvidas o mais utilizado, logo sob consulta em cinco fontes de pesquisas sociométricas, são elas: Ethnologue; Observatório da Língua Portuguesa; Wikipedia em português; Unesco e; World's Observatory, os autores destacam principalmente as assimetrias na coleta de dados, metodologia e referências de embasamento para construção de dados e classificações.

Essa categoria se relaciona diretamente com o tocante da presente pesquisa que estuda o multilinguismo e a homogeneização da *lusofonia*. Não se pode negar que um grande número de falantes infere na importância internacional do idioma, mas urge questionar como lidar com uma língua oficializada, mas não majoritária. Estariam os dados, dessa forma, sendo transparentes para com a realidade sociolinguística? Estariam os dados funcionando para impulsionar econômica e politicamente um ideal lusófono? Ou ainda, citando Faraco (2016), estariam os dados tentando suprir o “fato de ser menos do que se deseja” (p. 240)?

Roncarati, Silva e Ponso (2012, p. 78-79) problematizam essa questão e apontam como inconsistências a coleta de dados nos PALOP. As fontes de referências utilizadas foram os censos e esses não foram realizados concomitantemente, devido à realidade local de cada país, assim produzem-se dados que não são passíveis de comparação devido à diferença temporal. Além disso, influencia nessa classificação ainda a metodologia aplicada junto aos critérios das agências para pesquisas sociométricas, que deixam entrever a parcialidade para reforçar seu posicionamento. Como exemplificam os autores, há uma discrepância do lugar do português no ranking

das línguas mais faladas no mundo em se tratando das agências Ethnologue e Observatório da Língua Portuguesa, na qual na primeira o português ocupa a sétima posição dentre as línguas mais faladas no mundo e no último ocupa a quarta posição. Soma-se à ascensão classificativa o conhecimento de que o Observatório tem o apoio oficial do governo de Portugal, para o qual seria interessante internacionalmente a difusão do idioma.

Atrelada à problemática de classificar a importância de uma língua por meio do número de falantes, está a noção de importância por meio do número de continentes em que está presente. Intenta-se estabelecer padrões exatos, concretos e engessados para questões sociais e, principalmente, linguísticas que são por natureza intrinsecamente fluídas, abstratas e passíveis de variação e mudança. Não se nega a importância de tentar quantificar, medir e classificar para pesquisas científicas sociais, mas, nesse critério especificamente, a presença da língua em diversos continentes retoma o período colonial e utilizar tal critério reforça esse ideal etnocêntrico especialmente em contextos multilíngues. Ora, o fato de o português estar presente em quatro continentes - África, América, Ásia e Europa – retoma diretamente a colonização e os conflitos decorrentes do contato multilíngue. Roncarati, Silva e Ponso (2012) destacam a questão dos PALOPs em que o português oficializado convive em maior ou menor grau com as línguas bantu. Além disso, o ideal monolíngue sobrepõe-se a uma série de grupos etnolinguísticos que são considerados ainda ameaça à unidade nacional, logo atualiza o ideal colonial, disposto em novos termos, dessa vez por meio do *soft power* das *fonias* (*lusofonia, francofonia, hispanofonia, anglofonia*). (Roncarati; Silva; Ponso, 2012, p. 80)

Com a globalização e o avanço nos meios de comunicação, a Internet surgiu como forma de conectar o mundo todo e encurtar distâncias. Para tanto, emergiu o inglês como língua de comunicação primordial para se conectar a essa rede. Idioma privilegiado ao se considerar o critério de presença na internet apresentado pelos autores, enquanto o português ocupa a quarta posição, segundo o Observatório da Língua Portuguesa (2011) acerca das línguas utilizadas na internet (Roncarati; Silva; Ponso, 2012, p. 82). Contudo, tem-se de se considerar que o acesso à internet varia de país a país favorecendo países economicamente fortalecidos em detrimento da democratização que conectar-se por meio dessa rede poderia proporcionar, principalmente nos contextos multilíngues. (Roncarati; Silva; Ponso, 2012, p. 82)

Essa discussão foi debatida no 1º Fórum Lusófono da Governança da Internet, que ocorreu em setembro de 2023 no Brasil com transmissão online e contou com a presença de governantes dos países que tem o português como língua oficial para discutir a presença do português na Internet⁴. Em especial, o painel “A língua portuguesa na Internet”⁵ destacou alguns pontos a serem melhorados entre os falantes de português na Internet, como a baixa representatividade de conectados no idioma, representados em sua maioria por consumidores de conteúdo, mais do que produtores. Destaca-se ainda uma “brecha digital” entre os países africanos, com exceção de Cabo Verde, ou seja, uma dificuldade de acesso e manutenção da presença em meio digital, dado sintomático, uma vez que a presença em rede seria importantíssima para difusão e defesa do contexto multilíngue (CGI, 2023)⁶.

As categorias de peso econômico dos países nos quais essas línguas são oficiais e quantidade de prêmios Nobel de Literatura por língua elencadas por Roncarati, Silva e Ponso (2012) se relacionam diretamente com a categoria anterior por apresentarem um protagonismo da língua inglesa. Em que, de acordo com dados apresentados pelos autores, o peso econômico dos países de língua oficial inglesa é representado por um PIB que ultrapassa 20 milhões em oposição aos nove países de língua oficial portuguesa que juntos não ultrapassam 3 milhões. Esses dados apontam para um mercado linguístico: se antes a língua era ferramenta para dominação colonial, atualmente representa uma dominação econômica. (Roncarati; Silva; Ponso, 2012, p. 84)

A classificação a partir da quantidade de Prêmio Nobel de Literatura é liderada por ganhadores de língua inglesa, comprovando o que peso econômico, o uso na contemporaneidade e o acesso ao idioma torna essas categorias parciais, quando não previsíveis por apresentarem e perpetuarem o protagonismo do Norte Global. De acordo com os autores, o português, nesse caso, figura em décimo terceiro lugar junto com mais doze países que possuem apenas uma premiação, além disso, o prêmio se deve ao escritor português José Saramago, reafirmando o estatuto da literatura de Portugal e da variedade europeia do português. Os dados levam a questionar com olhar crítico nesse

⁴ Para saber mais sobre o evento acesse o link: <https://www.cgi.br/noticia/notas/1-forum-lusofono-da-governanca-da-internet-debateu-multiplas-interacoes-da-lingua-portuguesa-na-rede/>. Acesso em nov. de 2024.

⁵ Para ter acesso ao painel na íntegra acesse: https://www.youtube.com/live/DKfHjtQy9c?si=V00_hKGNsv6xB67s. Acesso em nov. de 2024.

⁶ Disponível em: <https://www.cgi.br/noticia/notas/1-forum-lusofono-da-governanca-da-internet-debateu-multiplas-interacoes-da-lingua-portuguesa-na-rede/>. Acesso em nov. de 2024.

cenário o lugar das línguas africanas, ocidentais e ameríndias frente a um protagonismo das línguas europeias. (Roncarati; Silva; Ponso, 2012, p. 85)

Quanto às assimetrias entre suas variedades, em uma visão macro, destaca-se o status do português europeu e do português brasileiro. O fato de o centro de difusão da língua portuguesa ter sido Portugal acarretou algumas crenças que não passavam de preconceito linguístico velado. Durante muito tempo, a variedade europeia era tida como mais “correta”, pois constituía a base da gramática normativa, assim as variedades que surgissem destoantes dela eram vistas como desvio à norma. Nos últimos anos, o Brasil passou a participar do cenário internacional, juntamente com o avanço das pesquisas acerca da variedade brasileira. Assim, somado ao maior número de habitantes que falam português como língua materna, o país produz e exporta telenovelas, músicas, produção de conteúdo em plataformas de alto alcance como o Youtube e as redes sociais, por um lado. E por outro, possui dicionários, mercado gráfico e editorial, pesquisa científica de qualidade e produção universitária que auxiliam na difusão e consolidação da variedade brasileira. Hoje já podemos escolher entre assistir filmes e séries em português (Brasil) ou português (Portugal), para trazer um exemplo prático.

Em suma, para além das assimetrias perante as outras línguas hegemônicas, o português encontra disparidade em relação às suas variedades no contexto internacional. Fato que se percebe entre o estatuto do português europeu, “língua-mãe”, norma e referência, e a variedade do português brasileiro em ascensão, tanto quanto variedades africanas do português nos PALOP. Porém, apesar das diferentes influências e constituições sócio-históricas e das línguas de substrato que contribuíram para formação dessas muitas variedades, toda e qualquer iniciativa de cooperação internacional é permeada pela ideia de homogeneização. Além disso, políticas cooperativas oficiais de governos e instituições como a CPLP não são seguidas por políticas linguísticas que atuem sobre o verdadeiro problema que é a invisibilização de grupos etnolinguísticos pelo valor político e econômico que a unidade em uma língua hegemônica pode produzir. (Nascimento, 2009; Roncarati, Silva, Ponso, 2012)

2.2 O mosaico sócio-histórico e linguístico do PALOPs

Partindo para uma visão micro do peso das variedades do português no contexto internacional, tem-se a situação das variedades africanas do português nos PALOPs. Desde o processo de dominação colonial, os países africanos colonizados

foram fortemente coibidos legislativamente de utilizar as línguas africanas. Abdula (2018) traz como exemplo o Decreto nº77 de 1921, em que o uso do português era legalmente assumido em oposição às línguas estrangeiras e nativas que tinham seu uso proibido. O decreto, emitido pelo Alto Comissário Norton de Matos em Angola, aplicava-se ainda a Moçambique e Guiné-Bissau.

Artº 1; ponto 3: É obrigatório em qualquer missão o ensino da Língua Portuguesa; ponto 4: É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira. Artº 2: Não é permitido ensinar nas escolas de missões línguas indígenas. Artº 3: O uso de língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar da Língua Portuguesa. Parágrafo 1º: É vedado na catequese das missões, nas escolas e em quaisquer relações com indígenas o emprego das línguas indígenas, por escrito ou falada de outras línguas que não seja o português, por meio dos folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos. (ANGOLA. Decreto nº 77, de 09 de dezembro de 1921 apud Abdula, 2018, p.192).

Soma-se a isso a independência recente dos países durante a década de 70, pois no pós-independência a língua portuguesa foi mantida e ressignificada. Antes ferramenta de opressão, posteriormente ferramenta de libertação. (Ponso, 2014) Assim, os PALOPs nos últimos anos deram os primeiros passos para o aprofundamento dos estudos das variedades do português africano, como a variedade angolana e moçambicana, tendo em vista que a norma padrão de referência majoritariamente é o português europeu. As línguas africanas também são beneficiadas pela vertente crítica dos estudos linguísticos que buscam seu espaço, valorizando o multilinguismo e sua representatividade na comunidade. Além disso, acordos estudantis tanto com Portugal como com o Brasil fazem a diferença ao permitir acesso ao ensino superior de qualidade e possibilitar a difusão de estudos africanos desenvolvidos pelos próprios sujeitos de África.

Nesse contexto, Roncarati et al (2012, p. 89) defende que “Para que a lusofonia seja um espaço simbólico significativo para seus habitantes, é preciso que seja um espaço em que todas as variantes linguísticas sejam, respeitadamente, tratadas em pé de igualdade.” Assim, retomando a epígrafe do escritor moçambicano Mia Couto, a *lusofonia* não é um triângulo – África, Brasil e Portugal – e por isso, para que de fato alcance os ideais de comunidade, deve reconhecer e valorizar o quanto antes a pluralidade que a constitui, questionando o papel do português em um contexto tão heterogêneo.

E é nesse sentido que se estrutura o presente tópico, na tarefa de trazer um breve panorama acerca dos cinco países que compõem os PALOP, identificáveis

no mapa ilustrativo abaixo. Vale destacar, contudo, que há algumas desproporções entre os países no que diz respeito à pesquisa e ao acesso à informação, como os censos em anos distintos e a dificuldade em localizar dados atualizados em fontes oficiais. Moçambique e Angola, por exemplo, apresentam uma quantidade expressiva de estudos se comparados com os demais países.

Figura 1 – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOPs



Fonte: http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_3_s.php

Para tanto, elencamos algumas categorias para melhor organizar e garantir que todos os países recebam um tratamento igualitário, ainda que com informações assimétricas entre eles, privilegiando, sobretudo, referências de linguistas e historiadores africanos para contar a própria história. Desse modo, dispusemos os países em ordem alfabética, subdivididos em tópicos que abrangem: a) Demografia, com os dados dos Censos mais recentes, localização geográfica e mapas ilustrativos; b) Sócio-história, que abrange a constituição política e histórica do país com os acontecimentos primordiais para compreender a atualidade e; c) Políticas Linguísticas e Educacionais, acerca da educação frente à hegemonia do português e sua relação com as línguas africanas.

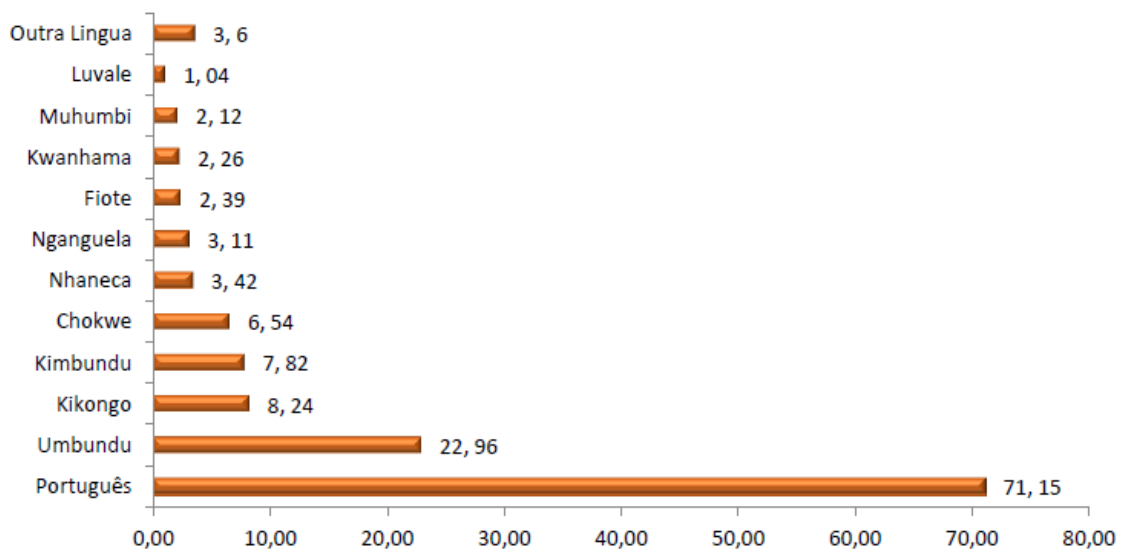
2.2.1 Angola

a) Demografia

Angola, ou a República de Angola, está localizada na costa ocidental da África Austral com extensão territorial de 1.246.700 Km² e capital em Luanda. O país possui 25.789.024 habitantes segundo o último Censo em 2014 (INE, 2016). Considerando dados do INE (2016) as mulheres representam 52% da população contra 48% da população masculina. Quanto às zonas habitadas, a maioria da população reside em zonas urbanas com 16.153.987 habitantes e 9.635.037 habitantes nas zonas rurais. No que se refere ao âmbito educacional, a taxa de alfabetismo na população com 15 anos ou mais é de 65,6%, na qual 79,4% são das zonas urbanas e 41,1% das zonas rurais. A taxa de conclusão do II ciclo do ensino secundário apura que apenas 13,0% da população com 18-24 anos o fez e com referência à formação no ensino superior da população com 24 ou mais, essa taxa declina para 2,5% (INE, 2016).

O país, caracterizado como plurilíngue, pluricultural e pluriétnico (Severo, 2015, p.7), apresenta um número expressivo de falantes de língua portuguesa, representada pela categoria “LÍNGUAS HABITUALMENTE FALADAS EM CASA” no Censo de 2014 (71,15%), predominantemente nas áreas urbanas, onde 85% da população fala a língua portuguesa em face a 49% na área rural (INE, 2016), como é possível ver no gráfico abaixo junto com as demais línguas mais faladas.

Figura 2 – Línguas mais faladas em Angola



Fonte: INE, 2016.

b) Sócio-história

Faz-se necessário compreender o contexto sociolinguístico de Angola e as políticas linguísticas para vitalização das línguas nacionais. O país declarou independência em 11 de novembro de 1975, posteriormente a quinze anos de luta entre três movimentos que tinham como objetivo a libertação nacional, quais sejam: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Assim, com a queda do ditador português Salazar a República de Angola tem o seu primeiro presidente a frente do MPLA, Agostinho Neto. (Severo, 2015, p.7)

Sassuco (2016, p.199) exalta histórica e culturalmente a figura de Agostinho Neto, reconhecido por valorizar as línguas nacionais como patrimônio identitário angolano. Em suas pesquisas, o autor angolano destaca três períodos históricos importantes das línguas bantu de Angola associando à sua constituição histórica, a saber: fase soberana tradicional, fase colonial e fase pós-independência.

A *fase soberana tradicional* abrange o período anterior à colonização, em que Angola era organizada politicamente em reinos e impérios. Nesse contexto, as línguas nacionais desfrutavam de livre uso e expressão e assumiam as principais funções sociais como língua oficial, veicular e materna (Sassuco, 2016, p. 201). A *fase colonial* se caracteriza pelo encontro conflituoso entre as línguas bantu e o português. A língua, nesse âmbito, foi uma das principais ferramenta de aculturação, como explica o autor: “Trata-se de uma aculturação mortal, a ponto de fazer com que o angolano se esquecesse dele mesmo, ou melhor, do seu “eu”, culturalmente.” (p. 203). Em relação às línguas nacionais, o autor ressalta que essas não foram amparadas por uma política linguística que reconhecesse seu valor e assegurasse sua perpetuação; apesar disso, elas resistiram no uso intrafamiliar.

Na *fase pós-independência*, Sassuco (2016, p. 204) aponta que as línguas “dos segredos do coração”⁷ foram consideradas pelo Instituto de Línguas Nacionais, antes Instituto Nacional de Línguas, uma simples troca na ordem das palavras, mas que significava muito para missão empreendida por Agostinho Neto para com as línguas nacionais. O autor explica que a “língua nacional” para os angolanos é a língua que pertence aos nativos e que nasceu no próprio território (Sassuco, 2016, p. 204), por

⁷ (SASSUCO, 2016, p. 204)

c) Políticas Linguísticas e Educacionais

Junto ao contexto das línguas angolanas figura o português como a língua habitualmente mais falada em casa, segundo dados do Censo 2014 (INE, 2016). Essa, adotada desde a independência, indica uma possível continuidade do pensamento colonial, tendo em vista que a variedade imposta e oficializada era a europeia. Além disso, a oficialização não foi acompanhada de um projeto de ensino para essa população, fato pelo qual até os dias de hoje nas zonas rurais o português não se impôs e ainda nas áreas urbanas o português falado majoritariamente difere da variedade europeia, tanto por questões de variação diatópicas, quanto diacrônicas, suscitando os estudos de uma variedade angolana do português. (Banza, 2014).

Sob esse viés, Calossa e António (2022, p.114) somam à discussão elencando duas principais razões para a importância da norma angolana do português, são elas: “(i) o desfasamento entre o padrão europeu e o real angolano, de que resultam questões didático-metodológicas, nisto se incluindo (ii) os índices consideráveis de insucesso no que ao ensino do português diz respeito.” Logo, considerando que o contato do português com as línguas nacionais naturalmente ocasionou aspectos distintivos no português falado em Angola, é válido reconhecer essa norma, tendo em vista que uma língua nunca é apenas uma língua, é também um dos meios pelo quais se expressam suas culturas, crenças e saberes, ainda mais quando estamos nos referindo a comunidades extremamente oralizadas.

Nesse sentido, no que diz respeito às línguas, a Constituição angolana em seu 19º artigo estabelece que:

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional. (ANGOLA, 2010, p. 9)

Em que pese constar as “demais línguas de Angola”, sua participação é subordinada à “língua oficial”, o português ainda tendo como referência a norma europeia. Além disso, não há menção à denominação dessas línguas, como houve com o português, tornando-se um termo amplo e genérico. Dados sintomáticos quando envoltos ainda por uma política linguística educacional em que predomina o monolinguismo.

Além disso, a hegemonia do português amparado legalmente e privilegiado nas práticas sociais e no ensino formal recai em uma série de entraves de falantes das línguas nacionais, seja pelos estigmas sociais, seja pelas altas taxas de insucesso e evasão escolar. Nesse sentido, Severo, Sassuco e Bernardo (2019, p. 292) tomam uma posição favorável ao bilinguismo, tendo em vista que não se pode deixar de considerar as línguas *kikongo*, *kimbundu*, *cokwe*, *oshikwanyama* e *olunyaneka* distribuídas pelo país em privilégio ao português como única língua de escolarização.

Dessa forma, os autores ressaltam alguns pontos relacionados ao ensino de português e das línguas nacionais em Angola tendo em vista a ecologia multilíngue. Primeiramente, destaca-se a prioridade dada à língua portuguesa se comparado às línguas angolanas, nos discursos institucionais, no ensino e ainda nos debates de ensino bilíngue. A base do ensino também é repensada criticamente tendo em vista a valorização e o reconhecimento da oralidade, da variedade de português angolano e do multilinguismo, em oposição aos parâmetros educacionais europeus impostos e ainda presentes com a valorização da modalidade escrita da língua, a norma “correta” e o monolinguismo. Além disso, os pesquisadores debatem a negligência à própria concepção local de educação e de língua, e do plurilinguismo como riqueza principalmente no meio rural (como pode ser visto com os dados do Censo de 2014), resultando ainda entre o conflito rural/urbano. (Severo, Sassuco, Bernardo, 2019, p. 303)

2.2.2 Cabo Verde

a) Demografia

O arquipélago de Cabo Verde, ou *República de Cabo Verde*, se situa a 455 km da costa africana e possui aproximadamente 4033 Km². Segundo o site institucional do governo⁸, as dez ilhas se dividem em dois grandes grupos: Barlavento, que abrange as ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boa Vista e quer dizer “de onde sopra o vento”; e Sotavento que compreende as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava e que dizer “por onde se escoia o vento”. Abaixo pode se visualizar a configuração geográfica do arquipélago de Cabo Verde, com destaque a capital Praia, localizada na ilha de Santiago.

⁸ Disponível em: <https://www.governo.cv/o-arquipelago/geografia/>. Acesso em: ago. de 2023

uma economia apenas de subsistência. Assim, o contato entre os europeus e os africanos escravizados propiciou o surgimento do crioulo cabo-verdiano como identidade da comunidade. Em 1956 com a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), por Amílcar Cabral se inicia o processo de luta pela independência proclamada em 5 de julho de 1975, após mais de cinco séculos de dominação colonial (Governo de Cabo Verde, 2023)⁹.

Segundo Torquato (2016, p.1058), a política linguística colonial tinha como objetivo uma comunicação “intercontinental”, por isso então a escolha da língua portuguesa para essa comunicação. A esse período, o direito à exploração do território tinha de vir acompanhado da “civilização” do povo, e isso de dava por meio da língua portuguesa, principalmente por meio da religião, buscando tornar os africanos o mais próximo possível de cidadãos “portugueses”. A língua portuguesa, dessa forma, assume um papel de ferramenta e ainda de marco do projeto de civilização do domínio colonial.

Assim, observa-se o prestígio da língua portuguesa ao se comparar com a língua nacional. Tendo em vista o suposto argumento de que a língua caboverdiana não seria capaz de transmitir os valores propostos para a projeto de união e identidade nacional pós-independência, por não ser escrita ou ainda não dar conta do sistema administrativo, logo a língua portuguesa é adotada como a língua que representaria o Estado (Torquato, 2011, p.157).

c) Políticas Linguísticas e Educacionais

Veiga (2015), referência no estudo linguístico cabo-verdiano, discorre historicamente acerca da construção do bilinguismo em Cabo Verde em quatro etapas, são elas: 1) A formação do crioulo cabo-verdiano; 2) A autonomização e a consolidação de sua estrutura; 3) O processo de construção de um bilinguismo e; 4) Os desafios de afirmação de um bilinguismo social efetivo.

Em seus estudos, o autor indica que a formação do Crioulo Cabo-verdiano se deu entre os séculos XV e XVII, sua constituição lexical seria majoritariamente de Portugal, o sistema gramatical a partir das línguas africanas somado de aspectos semânticos cabo-verdianos (p. 178). Historicamente, o contato com o português se

⁹ Disponível em: <https://www.governo.cv/o-arquipelago/historia/> . Acesso em ago. de 2023

deu durante a colonização, partindo de uma necessidade de comunicação para sobrevivência, assim, nasce a “crioulidade”, ou seja, “a emergência de um novo mundo, na fonética e morfologia do dizer, na sintaxe e semântica do ser.” (Veiga, 2015, p. 179)

Semedo et al. (2015, p. 64) destacam que, por volta do século XVI, havia um reduzido número de colonos portugueses nas ilhas, pois essas já não exerciam a função referencial de entrepostos. Soma-se a isso o maior conhecimento nas navegações que significou uma redução da função da ilha como entreposto e as condições climáticas adversas, resultando em um maior número de mestiços em posições de poder e na não efetivação de uma dominação linguística. Logo, a língua cabo-verdiana teve condições propícias para sua sobrevivência durante o período colonial e sua consolidação como língua materna.

Contudo, o crioulo, expressão de identidade local, por muito tempo ainda sofreu de preconceitos linguísticos que o consideravam apenas um dialeto do português, sem o reconhecer como uma língua de fato. A própria definição de crioulo em Teyssier (2007) é “o resultado da simplificação e da reestruturação de uma língua europeia, feitas por populações alófonas que a adotavam por necessidade.”, ou seja, cercado de uma ideologia linguística de superioridade das línguas europeias, sendo o crioulo menor em relação a ela pela sua simplificação, sem levar em consideração, como trouxe Veiga (2015), que a constituição dos crioulos se baseia em sistemas gramaticais africanos. Além disso, por seu uso ser predominantemente oralizado, foi muito desprestigiado em meio a uma cultura de língua escrita.

Dessa forma, o linguista cabo-verdiano aponta os séculos XVII e XVIII como período de autonomização e consolidação do crioulo cabo-verdiano pelo considerável aumento do seu uso como língua materna entre os mestiços. Nesse sentido, surgem os primeiros discursos contra e a favor do crioulo. Ainda segundo Veiga (2015), as vozes opositoras começaram a ecoar no final do Século XVIII, partindo predominantemente de linguistas que concebiam o crioulo cabo-verdiano como ameaça à hegemonia do português “Pelo facto de o CCV¹⁰ exibir uma fonética e uma morfologia diferentes do modelo português, consideravam-no como uma algarviada¹¹, sem regras, nem normas, e que, apesar de tudo, fazia uma grande

¹⁰ Lê-se crioulo cabo-verdiano.

¹¹ De acordo com o dicionário on-line Priberam: “1. Linguagem confusa, geralmente recheada de termos de várias línguas.”

concorrência ao português que, para eles, era a única língua de civilização existente em Cabo Verde.” (p. 181)

Em contramão, a partir do século XIX, surgem os defensores do crioulo cabo-verdiano, com a produção de descrição e trabalhos acadêmicos na área. Veiga (2015) destaca António de Paula Brito com a publicação de “*Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se Fala na Ilha de Santiago de Cabo Verde*” em 1888 objetivando esclarecer as regras e a gramática do crioulo. Já no século XX, há um aumento considerável de trabalhos produzidos acerca do crioulo de Cabo Verde, o que com certeza forjou bases favoráveis à sua oficialização após a independência. O linguista cabo-verdiano ressalta importante bibliografia como Napoleão Fernandes com “*Léxico do Dialecto Crioulo de Cabo Verde*”, Pedro Cardoso com “*Noções Elementares de Gramática*” em 1933, Eugénio Tavares poeta reconhecido por escrever em língua crioula em livros e jornais, Baltasar com “*O Dialecto Crioulo de Baltasar*” no ano de 1957 e Maria Dulce de Oliveira Almada com “*Cabo Verde – Contribuição para o Estudo do Dialecto Falado no seu Arquipélago*” em 1961. (Veiga, 2015, p. 182) O autor chama atenção para o fato de que ainda nesse período o crioulo era tratado como dialeto.

A afirmação do CCV (crioulo cabo-verdiano) ganha pontos com a Independência de Cabo Verde. Digo que ganhou pontos porque foi a partir de então que começou a fazer escola que o CCV não era dialeto do português, mas tinha os seus próprios dialetos. Foi nessa altura ainda que ele passou a ter o estatuto de língua materna, o que já era um avanço considerável (Veiga, 2015, p. 183)

A história do crioulo cabo-verdiano e o bilinguismo ganhou um capítulo importante com a independência de Cabo Verde em 1975. A Constituição reconheceu a oficialização da língua materna caboverdiana, como versa o Artigo 9º sobre as línguas oficiais.

**Artigo 9º
(Línguas oficiais)**

1. É língua oficial o Português.
2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.
3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las. (CABO VERDE, 2010, p.27)

Aqui nota-se a preocupação em estabelecer uma “paridade” entre o português e a língua materna cabo-verdiana, apesar da oficialização da primeira, promovendo condições para oficializar a última. Observa-se ainda a compreensão em documento oficial de que a língua materna não condiz com a língua oficial e retoma no ponto 3 o dever dos cidadãos de conhecer as línguas oficiais, utilizando o plural ao contrário do

que aparece no ponto 1. Logo, apesar da hierarquização social do português e na carta magna cabo-verdiana há um reconhecimento da diversidade linguística e um discurso institucional em perpetuá-la em condições de oficialização.

Semedo *et al* (2015) evidenciam as políticas linguísticas favoráveis à Língua Cabo-Verdiana (LCB) que merecem destaque no contexto pós-independência. Note-se que esses autores optam por denominar “língua”, enquanto Veiga (2015) se utiliza da seleção vocabular “crioulo” cabo-verdiano (CCB). O aumento de projetos e pesquisas buscando descrever o funcionamento e a estrutura do crioulo cabo-verdiano foi uma das alternativas para abrir espaço para essa língua no âmbito formal. Como exemplos, temos o Alfabeto Unificado Para Escrita do Crioulo (ALUPEC), proposto em 1994 e a introdução dos estudos desse crioulo em meios acadêmicos para a formação de professores.

Citando Gomes (2008), os autores destacam a Lei nº 2/2010, ou Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE) que revê as Bases do Sistema Educativo, aprovadas pela Lei nº 103/III/90. No que tange à língua materna cabo-verdiana, o documento legislativo apresenta:

Também, neste diploma, dá-se especial ênfase à política de afirmação da língua nacional cabo-verdiana, enquanto língua materna e património cultural da cabo-verdianidade, visando o aprofundamento do conhecimento e da afirmação da escrita da língua nacional cabo-verdiana, enquanto primeira língua de comunicação oral. (LBSE, 2010, p.3)

Dentre os objetivos da política linguística educativa, o Artigo 10º propõe:

h) Aprofundar o conhecimento e a afirmação da escrita da língua nacional cabo-verdiana, enquanto primeira língua de comunicação oral, visando sua utilização oficial a par da língua portuguesa; (LBSE, 2010, p. 5)

Já nos objetivos do ensino secundário a língua materna também figura:

c) Promover o domínio da escrita da língua materna cabo-verdiana, bem como da língua portuguesa, reforçando a capacidade de expressão oral e escrita; (LBSE, 2010, p. 6)

Observa-se assim, esforços legislativos para a valorização da língua cabo-verdiana e inclusão no ensino básico formal. Tal medida é reforçada pela Resolução nº 32/2015 do Conselho de Ministros (Semedo et al, 2015, p.71) que propõe:

O estabelecimento e a construção progressiva de um real bilinguismo corporizam estratégias visando o objetivo maior de conceder um estatuto digno para a língua nacional, na linha do que estipula a Constituição da República, que incumbe fundamentalmente ao Estado: preservar, valorizar e promover o desenvolvimento da Língua Materna,

as condições de e para sua oficialização, bem como incentivar o seu uso na comunicação escrita. (Resolução nº32/2015, 2015)¹²

Em concordância com o Artigo 1º da Resolução:

1. Apoio e incentivo a estudos e experiências, visando a introdução do ensino da e na língua materna no sistema de ensino, do pré-escolar ao superior, bem como à institucionalização de um modelo de ensino bilingue mais adequado ao contexto do país; (Resolução nº32/2015, 2015)¹³

Assim, segundo Semedo et al (2015) essas propostas vêm em consonância para empoderar a língua cabo-verdiana por meio de iniciativas institucionais de ensino, tendo em vista a relevância que a língua materna apresenta na aprendizagem da língua segunda, principalmente em contexto bilíngue (p.72), nesse caso a língua portuguesa. E conclui que “o ensino da LCV torna-se uma necessidade premente, na medida em que o seu domínio, principalmente quanto à escrita, além de promover o bilinguismo que se objetiva alcançar em Cabo Verde, vai contribuir também para o sucesso do ensino e aprendizagem da própria LCV e da LP.” (Semedo et al, 2015, p. 72)

O bilinguismo, contudo, encontra alguns desafios para ser efetivado. Veiga (2015) explica que a noção de bilinguismo exige uma equiparação do uso do português e do crioulo cabo-verdiano em situações formais e informais. E continua, pois enquanto o português predomina no meio formal, o crioulo cabo-verdiano está bem estabelecido no meio informal, assim, conclui que “tanto o CCV como o português, em Cabo Verde, estão num processo de bilinguismo em construção.” (p.185)

O autor reafirma uma posição que buscamos preservar durante toda pesquisa e produção da presente dissertação, que versa acerca de qual olhar se lança às variedades africanas do português em contato com as línguas africanas. Enquanto Veiga defende que as variedades internas ao crioulo cabo-verdiano não são um empecilho para o bilinguismo, e sim uma riqueza (p. 186), defendemos e reafirmamos que o multilinguismo dos países que têm o português como língua oficial não é um ônus para a comunidade, mas um retrato da rica diversidade etnolinguística e cultural que a constitui.

¹² Disponível em: <http://alupec.kauberdi.org/pdf/resolucao-32-2015.pdf> Acesso em mar. de 2024.

¹³ Disponível em: <http://alupec.kauberdi.org/pdf/resolucao-32-2015.pdf> Acesso em mar. de 2024.

2.2.3 Guiné-Bissau

a) Demografia

A Guiné-Bissau é um país localizado na Costa Ocidental do continente africano que tem como capital Bissau. De acordo com o Censo de 2009, com extensão territorial de 36.135 m² e uma população de 1.449.239 habitantes, o país é majoritariamente rural, com 60,4% da população em face a 39,6% do meio urbano. Além disso, é caracterizado pela diversidade no âmbito cultural e étnico, apesar de não haver conformidade quanto ao número exato de grupos étnicos pode variar entre catorze e trinta, dos quais se destacam Fulas, Balantas, Mandingas, Papéis e Manjacos de acordo com o grupo, sua língua materna e sua cultura. (INE, 2009, p.14-15). Abaixo pode-se acompanhar o mapa político do país.

Figura 5 – Mapa político de Guiné-Bissau



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/>

Quanto à língua falada, o Censo 2009 traz dados expressivos, pois o crioulo é utilizado por 90,4% da população como principal meio de comunicação, enquanto a porcentagem de habitantes que declaram saber falar o português é de apenas 27,1%. Essa é uma tendência geral, pois o crioulo é predominante em todas as etnias, com maior ou menor variação (INE, 2009). Os dados apesar de pouco atuais, são sintomáticos do multilinguismo em um chamado “país lusófono”.

b) Sócio-história

O pesquisador guineense Dabana Namone (2014) lança um importante olhar sobre o âmbito educacional de Guiné-Bissau relacionando com os períodos históricos que contribuíram para a constituição do país, a saber: o período pré-colonial, o período colonial, a luta pela independência e período pós-independência. O período pré-colonial é marcado pela transmissão de conhecimentos tradicionais de forma oralizada (Hampaté Bâ, 2010 *apud* Namone, 2014, p. 27). O autor reforça que essa tradição africana permaneceu, principalmente nos meios rurais transmitida pelos mais idosos que culturalmente são os detentores do conhecimento (Namone, 2014, p. 27)

Contudo, os colonizadores eram permeados por uma ideologia linguística em que prevalecia o monolinguismo e a modalidade escrita da língua, assim, Namone (2014) elucida que a educação informal, a literatura oral e a transmissão de conhecimentos de geração em geração, cruciais para a cultura africana, tentaram ser reprimidas, fato que não se concretizou, pois suas práticas tiveram continuidade.

O período colonial é marcado pela chegada dos colonizadores portugueses em 1446 na então Guiné Portuguesa, que à época era província de Cabo Verde. O autor divide então a educação colonial em duas fases, sendo a primeira entre 1471 e a primeira metade do século XIX e a segunda daí até 1974. A primeira fase é caracterizada como não institucionalizada e ineficiente, restrita a pessoas próximas ou que exerciam algum tipo de função na colônia, conhecidos como “lusso-africanos”. A segunda fase iniciou-se efetivamente após a Conferência de Berlim, evento historicamente conhecido pela partilha arbitrária da África entre as potências europeias. A partir de então, o tráfico de africanos escravizados foi proibido e houve um aumento da ocupação populacional nas colônias de África. Porém, o pesquisador guineense ressalta que a Guiné não era uma colônia destinada à “ocupação” e sim, “exploração”. (Namone, 2014, p. 27-30)

De modo geral, Namone (2014) esclarece que a educação no período colonial não tinha como objetivo promover a instrução de qualidade aos africanos, mas torná-los hábeis para os propósitos econômicos coloniais. Nesse período, destaca-se a “política de assimilação”, que o autor caracteriza como um processo educativo do colonialismo. Através dessa política distinguia-se os “indígenas” dos “civilizados”, por meio do “Estatuto dos Indígenas de 20 maio de 1954”.

O presente documento “Estatuto dos Indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique”¹⁴ por meio do Decreto-Lei n° 39.668 deixa bem claro no Capítulo III denominado “Da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania”, artigo 56°, alínea “b) Falar correctamente a língua portuguesa” (p. 221), ou seja, fato contraditório se considerarmos que um dos fatores de “civilidade” é o uso correto do português em uma colônia que o ensino era precário e não promovia as devidas condições para o ensino e a aprendizagem da língua europeia. Como mostram os dados trazidos pelo autor acerca do analfabetismo nas colônias portuguesas de África em 1950 em que Guiné-Bissau figura com o índice mais alto, entretanto, Namone (2014) levanta uma importante questão, com a qual concordamos e buscamos aplicar durante toda a pesquisa.

Mas é bom lembrar que as populações africanas, sobretudo da África subsaariana, têm uma cultura ágrafa, isto é, não letrada. Nesse sentido, esses países acima mencionados possuem uma cultura não letrada, mas sim oral, como assinala Hampaté Bâ (2010). Sendo assim, não podemos admitir que esses povos são analfabetos. O termo analfabetismo é europeu e cabe ao europeu, porque ele tem a cultura letrada, e não cabe ao africano que tem a cultura oral. Sendo assim, não faz sentido dizer que 98,85% da população da antiga Guiné portuguesa são analfabetos. Este discurso é ocidental e é usado no sentido homogêneo, sem levar em conta a particularidade de cada povo. (Namone, 2014, p. 35)

Mendes (2022) corrobora com essa postura ao afirmar que a política colonial não almejava apenas explorar o território, mas utilizar como ferramenta a política de assimilação para abalar cultural e epistemologicamente suas colônias, formando uma elite “desafricanizada e europeizada” (p. 9) que trabalhasse para os ideais dos colonizadores, fortalecendo a dominação colonial. Pode-se afirmar, contudo, que a cultura resistiu. Talvez até mesmo os fatores constitutivos das culturas africanas, como a oralidade e as tradições, fizeram dela tão forte perante o colonialismo, ou seja, os mesmos fatores que os colonizadores buscavam mitigar em nome de uma dada “civilização” foram a sua fortaleza de resistência.

Nesse contexto, em 1950 surgiram os primeiros movimentos independentistas das colônias africanas de Portugal. O ano de 1956 é marcado pela fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) por Amílcar Cabral, um dos principais líderes africanos que lutou pela independência da Guiné e de Cabo Verde. Namone (2014) ressalta que o princípio do Partido era a Unidade e

¹⁴ Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf> Acesso em nov. de 2023.

Luta na Guiné e Cabo Verde e Unidade Binacional, tendo como principal ferramenta a educação, por meio dela seria possível se opor à educação colonial e ao colonialismo e formar uma “Homem Novo” consciente da realidade ao seu redor (p. 23)

Assim, após enfrentar um longo processo de luta armada anticolonial, Guiné-Bissau conquistou independência política em 1973. O líder africano Amílcar Cabral é assassinado no mesmo ano (Mendes, 2022). Apenas após a revolução de 1974, com a queda do regime ditatorial, contudo, Portugal reconhece a independência de Guiné-Bissau (Sucuma, 2012), configurando-se, dessa forma, como a primeira colônia que teve a independência reconhecida por Portugal do continente africano. (UNILAB, 2023).

Por fim, com a independência e a oficialização da língua portuguesa, Augel em 1997 já defendia uma ideia que se mostra atual quanto as políticas linguísticas nos dias de hoje:

O argumento de o português representar a necessária "janela" para o mundo é tão ingênuo quanto falso. As fronteiras do mundo "desenvolvido" estão cada vez mais fechadas, as de Portugal tanto quanto as de outros países. Portugal não concede mais facilidades de entrada a habitantes das suas antigas colônias. Além disso, para ir além das fronteiras do país, a elite precisa do inglês e do francês. Ir a um país industrializado não é questão de conhecer o português e sim de ter nível econômico e status social para poder viajar. (Augel, 1997, p. 253)

Dessa forma, pensar as línguas étnicas e os crioulos em África requer um ponto de vista crítico quando a língua de colonização, ainda que não seja falada no território, é mantida como oficial por motivos socioeconômicos, motivos esses que muitas vezes continuam afastando a população dos setores que lhes possibilitaria melhores condições de vida e desenvolvimento. Esse distanciamento, por sua vez, se dá em sua maioria em razão da frágil proficiência linguística dos falantes para com o português, resultando em um ciclo que tem muito a ser feito para resultar em uma efetiva união e cooperação.

c) Políticas Linguísticas e Educacionais

Ao se levantar a questão do ensino em Guiné-Bissau é preciso compreender o “mosaico étnico-cultural” (Embaló, 2008) que o compõe. O Censo publicado em 2009 aponta que os grupos étnicos variam entre quatorze e trinta grupos (p.15) que possuem língua materna e aspectos culturais próprios. Dentre os grupos étnicos se

destacam demograficamente os Fulas, Balantas, Mandingas, Papéis e Manjacos e as minorias Beafadas, Mancanhas, Bijagós, Felupes, Mansoancas, Balanta Manes, Nalús, Saracolés e Sossos. (III RGPH, 2009, p. 15).

O quadro abaixo acerca da população guineense segundo as línguas faladas por etnia reunido pelo Censo explicita a situação linguística do crioulo e das demais línguas faladas, daremos foco aqui ao português, mas o questionário ainda contava com o francês, inglês, espanhol, russo e outras línguas.

Tabela 1 – Línguas faladas por etnias

Etnia	Línguas faladas														
	Total	Crioulo		Portuguesa		Francesa		Inglês		Espanhola		Russa		Outra Língua	
		Efect.	%	Efect.	%	Efect.	%	Efect.	%	Efect.	%	Efec.	%	Efec.	%
Total	1442227	1303743	90,4	390727	27,1	73883	5,1	42194	2,9	6946	0,5	2104	0,1	25642	1,8
Sem Etnia	32098	29070	90,6	14515	45,2	6710	20,9	3462	10,8	926	2,9	241	0,8	1144	3,6
Balanta	323948	293983	90,8	79209	24,5	9172	2,8	7280	2,2	864	0,3	344	0,1	4091	1,3
Fula	410560	367089	89,4	82370	20,1	17297	4,2	7383	1,8	1279	0,3	343	0,1	5909	1,4
Mandinga	212269	189907	89,5	39513	18,6	6727	3,2	4200	2	750	0,4	202	0,1	4648	2,2
Manjaco	119808	109384	91,3	45681	38,1	10962	9,1	5492	4,6	858	0,7	233	0,2	3626	3
Mancanha	44829	41790	93,2	27113	60,5	6637	14,8	3630	8,1	636	1,4	223	0,5	364	0,8
Papel	130651	119659	91,6	50290	38,5	7934	6,1	6061	4,6	874	0,7	263	0,2	1510	1,2
Bijagós	30294	27667	91,3	10402	34,3	1474	4,9	831	2,7	142	0,5	45	0,1	1362	4,5
Beafada	50543	45941	90,9	14999	29,7	1944	3,8	1286	2,5	238	0,5	75	0,1	609	1,2
Felupe	24892	22912	92	9637	38,7	1930	7,8	797	3,2	63	0,3	22	0,1	472	1,9
Mansoanca	20456	18596	90,9	6002	29,3	785	3,8	612	3	85	0,4	32	0,2	963	4,7
Balanta Mane	14460	12902	89,2	2733	18,9	450	3,1	211	1,5	31	0,2	16	0,1	482	3,3
Nalu	13420	12300	91,7	3719	27,7	499	3,7	281	2,1	56	0,4	26	0,2	201	1,5
Sussu	5318	4801	90,3	1478	27,8	581	10,9	199	3,7	29	0,5	16	0,3	50	0,9
Saracule	7407	6741	91	2412	32,6	525	7,1	336	4,5	63	0,9	9	0,1	183	2,5
ND	1274	1001	78,6	654	51,3	256	20,1	133	10,4	52	4,1	14	1,1	28	2,2

Fonte: III RGPH, 2009.

Os dados, respeitando as etnias, mostram que a porcentagem de falantes do crioulo é maior que 90% em cada uma delas, com poucas que destoam dessa porcentagem (Fula, Mandinga, Balanta Mane), mas que são igualmente elevadas. Ao passo que o português possui porcentagens variantes no geral entre vinte e trinta por cento, com destaque para a etnia Mancanha que destoa com 60,5%. Pode-se estabelecer ainda relação entre as elevadas porcentagens do crioulo e as majoritariamente baixas do português como interdependentes, pois apesar de ser a língua de ensino atualmente, o período colonial não possibilitou que os africanos se tornassem proficientes no idioma. Como vimos anteriormente, esse não era o objetivo do colonialismo.

O pesquisador africano Mané (2022, p. 32) explica que, apesar de o português ser a língua oficial, ele não consta na Constituição da República de 1996, que, contudo, foi redigida em português. Foi apenas em 2007 com Decreto Lei nº 7/2007, em que se tornava legalmente obrigatório o uso do português no âmbito das

instituições de ordem pública de Guiné-Bissau, objetivando assim incentivar o uso do português. Tal fato não se consolidou, pois os dados do recenseamento exibidos outrora datam de 2009 e o crioulo ainda protagonizava como língua mais falada no país.

Sob esse viés, Embaló (2008) defende o crioulo guineense como língua franca, pois possibilita a comunicação entre os diversos grupos étnicos, ou ainda o status de língua nacional pois é utilizado no dia a dia, recorrentemente nas instituições públicas e até mesmo como recurso no ensino visando uma melhor aprendizagem (Embaló, 2008, p. 102). Assim, o mosaico linguístico é composto pelo português como língua oficial, o crioulo guineense como língua mais falada e as línguas africanas dos diversos grupos étnicos que compõem o país. Dessa forma, a autora conclui que a base lexical em que se alicerça o crioulo guineense é a língua portuguesa, assim, propiciou, ainda que indiretamente, a formação de uma língua de unidade nacional em meio a diversos grupos etnolinguísticos (p. 106), ou seja, uma língua de resistência.

O pesquisador guineense Mamadú Saliu Djaló em sua dissertação de mestrado em linguística¹⁵ (2023) analisa a plenitude e a funcionalidade da língua guineense sob a luz da Crioulística e da Sociolinguística. Djaló (2023) justifica que essas duas áreas do conhecimento não lançariam um olhar valorativo sobre a conceituação do que seria uma língua “crioula” e assim aponta que “as características atribuídas aos “crioulos” são encontradas em outras línguas naturais não consideradas crioulas.” (p.98), além disso, em suas pesquisas conclui que a língua guineense é plena, pois atende às necessidades comunicativas, e funcional do ponto de vista de seus usuários, que apoiam sua oficialização (Djaló, 2023).

A diversidade etnolinguística guineense enfrenta alguns entraves sociolinguísticos e estruturais no âmbito educacional. Cá (2015) defende que, ao não se utilizar a língua materna, no caso de Guiné-Bissau, o crioulo guineense ou as línguas africanas, nos processos iniciais de ensino, a aprendizagem da língua de ensino, no caso o português, tem sua aquisição prejudicada. A autora problematiza o ensino da língua portuguesa como primeira língua e mostra-se em posição favorável

¹⁵ Dissertação intitulada: “Plenitude e funcionalidade da língua Guineense: um estudo sociolinguístico sob a perspectiva dos usuários” (2023)

a metodologias de ensino que abordem o português como segunda língua (L2) (Cá, 2015, p.166), considerando o contexto multilíngue do país.

Dados do Censo (2009) reforçam a necessidade de se adotar essa perspectiva do ponto de vista da alfabetização e do nível de instrução da população guineense. A taxa de alfabetização corresponde a 49,7% da população residente com seis anos ou mais, a porcentagem da população analfabeta possui níveis elevados com 46,1%, desde mais da metade (56%) composto por indivíduos do sexo feminino. Os dados mostram ainda que a maioria da população analfabeta reside em áreas rurais com uma porcentagem de 77,6% (III RHPH, 2009, p. 22-24).

Cabe destacar ainda os preocupantes dados apurados quanto ao nível de instrução da população residente, em que apenas 33,1% da população residente com 6 anos ou mais concluiu com êxito o Ensino Básico, seguido de uma porcentagem ainda menor de 12,6% que concluíram o Ensino Secundário. Contudo, os dados mais alarmantes estão no Ensino Técnico Profissional, Ensino Médio e o Ensino Universitário que contam com 0,5%, 0,7% e 0,5%, respectivamente (III RHPH, 2009, p. 43).

Do ponto de vista estrutural, Cá (2015) destaca a deficitária formação de professores, a falta de motivação desses docentes frente à falta de infraestrutura e às remunerações desencorajadoras. Nesse sentido, a pesquisadora defende a importância e a urgência de se definir uma política linguística que valorize a diversidade etnolinguística e cultural do país, favorecendo a oficialização do crioulo guineense e sua inserção, amparada legalmente, nas instituições de ensino (p. 167-168).

Uma das formas de instrumentalização do ensino consiste no material didático a ser aplicado, além da metodologia compatível com os objetivos de ensino e de aprendizagem. Yurna (2018) destaca a importância de uma política linguística que guie a produção de materiais didáticos e a formação de professores apropriadas ao ensino de língua portuguesa associado à realidade local (p. 20). Como corrobora Cá (2015), “É preciso levar em consideração as riquezas culturais e linguísticas dos alunos que são necessárias à construção da identidade guineense e valorizar a diversidade linguística na sala de aula.” (Cá, 2015, p.167) considerando que o êxito no ensino e na aprendizagem do português contribui para o sucesso escolar, para redução das taxas de analfabetismo, crescimento dos níveis de instrução e,

sobretudo, para formação de um cidadão participante e atuante na comunidade em que vive.

2.2.4 Moçambique

a) Demografia

Moçambique é um país localizado no sudeste do continente africano com 801.590 km² de extensão territorial e com capital em Maputo. O país conta atualmente de acordo com Instituto Nacional de Estatística (INE), por meio do último Censo 2017, com 27.864.265 milhões de habitantes, distribuídos em 52% mulheres e 48% homens, a dinâmica populacional conta ainda com 67% da população residente em áreas rurais. No âmbito educacional, a taxa de alfabetização apresenta 61% da população que sabe ler e escrever, contra 49% do Censo anterior em 2007. Essa taxa se distribui assimetricamente entre homens e mulheres, enquanto essas são 51%, aqueles são 82% da população alfabetizada. Além disso, enquanto 82% da população urbana é alfabetizada, 51% da população rural o é (INE, 2017). Abaixo, o mapa político de Moçambique a título de visualização didática.

Figura 6 - Mapa político de Moçambique



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/mozambique/>

b) Sócio-história

Historicamente, Moçambique passou por dois marcos importantes, a luta pela independência e uma guerra civil entre a Frente pela Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Com o contexto externo da metrópole, a Revolução dos Cravos e a queda do ditador português Salazar foi reconhecido o direito à independência para as colônias. Assim dirigido pela FRELIMO, Moçambique proclama sua independência em 25 de julho de 1975, denominada República Popular de Moçambique (Ponso, 2014).

No contexto de construção da nova nação, protagonizava o espírito de união e para tal a língua portuguesa teve grande importância como esse elo. Dessa forma, o papel do português passa por transformações sendo agora “arma de combate”, por outro lado, o multilinguismo característico do país era tido como uma “ameaça” no contexto de libertação (Ponso, 2014, p.53). Assim, Ponso (2014) aponta a soma de um sentido a língua ex-colonial, “O português passa a ser dois, o do colonizador e o do revolucionário.” (p. 54). A língua não é apenas inserida em outro contexto, mas considera os fatores importantes para cada papel que desempenha dentro de outro contexto que não agora o de colonização, mas sim de projeto de união.

Acerca dessa relação entre a escolha da língua portuguesa e o lugar das línguas nacionais nesse contexto Ungulani Ba Ka Khosa, pesquisador moçambicano declara:

Esmagamos as notas da diversidade, silenciemos as vozes que vinham das furnas do tempo e, movidos por pretensões ideológicas de difícil sustentação, tentamos erigir um corpo, permitam-me o empréstimo, sem ADN, incharacterístico, insosso, descolorido, de voz monótona, desenraizada, totalmente à deriva. Perdemos, na euforia da libertação, a oportunidade de libertar a memória e de traçar, com inteira liberdade, o nosso destino cultural. (Ba Ka Khosa, 2015, p. 129-130)

Assim, faz-se importante conhecer melhor a realidade linguística de Moçambique. Firmino (2015) a caracteriza linguisticamente como heterogênea, coexistindo línguas do tronco bantu, o português e línguas de origem estrangeira. Soma-se a isso o fato de as línguas autóctones estarem distribuídas pelo território de modo que não há uma língua franca reconhecida além do português. Essa, oficializada pela Constituição de 1990, é atribuída à população escolarizada, urbana e elitizada, ao passo que, às línguas africanas usadas predominantemente no meio rural na comunicação cotidiana dos diversos povos não é atribuído estatuto oficial,

apenas o reconhecimento do seu valor histórico-cultural (Firmino, 2015). Dessa forma, o autor elenca as principais características do contexto sociolinguístico de Moçambique.

- a) o país apresenta uma diversidade de recursos linguísticos, manipulados variavelmente pelos cidadãos;
- b) não há sinais de existência de línguas francas que cubram todo o território nacional;
- c) as unidades territoriais através das quais se faz a gestão do país (ex. províncias, distritos, localidade) são, no geral, plurilíngues;
- d) as diferentes línguas associam-se a domínios territoriais específicos (não totalmente coincidentes com as principais divisões administrativas do país), algo cimentado na percepção das pessoas;
- e) o português, a língua veicular, embora com falantes presentes em todas as regiões do país, não é dominado por todos os moçambicanos, e é essencialmente uma língua com falantes maioritariamente urbanos, masculinos e jovens;
- f) outras línguas, que não sejam o português ou as línguas bantu, são usadas por comunidades minoritárias para fins, inter alia, comunicacionais, simbólicos ou religiosos. (Firmino, 2015, p.124)

Ao discutir a política linguística de Moçambique, Firmino (2015) levanta algumas razões para a escolha da língua portuguesa como língua oficial do país. O autor destaca o português como ferramenta de unidade nacional frente à diversidade do país, o seu uso já estabelecido em contextos institucionais e o reconhecimento do grupo que trabalha nesse contexto, o prestígio atribuído a língua, tornando-a até mesmo elitizada, a possibilidade de empreender contato com o exterior e impulsionar o desenvolvimento e o fato de as línguas bantu não serem associadas a esses contextos e a esse mesmo prestígio (p.124-125).

Contudo, considerando o contexto em que a maioria da população se utiliza das línguas bantu para a comunicação e que nem todos os habitantes têm o conhecimento do português, o autor destaca algumas implicações. A falta de um maior domínio da língua portuguesa pelos habitantes torna difícil a criação de uma identidade para com o idioma, ou melhor, uma nativização, ou ainda uma moçambicanização. Essa falta de domínio implica ainda o reforço à elitização do português utilizado em contextos públicos e oficiais, distanciando assim os moçambicanos do acesso e participação da vida pública. (Firmino, 2015) E propõe:

Urge, portanto, que os moçambicanos que ainda não dominam a língua portuguesa participem sem barreiras linguísticas no desenvolvimento nacional e se sintam legitimamente integrados no sistema nacional, recorrendo às línguas locais, que melhoram dominam, e a que estão também sentimentalmente ligados. Trata-se de conceder um valor instrumental às línguas bantu, através da sua oficialização, o que poderá induzir ao reforço do seu valor sentimental, como marcas significativas das identidades moçambicanas, até porque a percepção social as associa à “moçambicanidade genuína”. (Firmino, 2015, p.125)

Assim, observa-se uma inconsistência, de um lado o português como língua de unidade nacional, consolidada pela Constituição e de outro uma população que utiliza em sua maioria as línguas bantu. A educação formal no início da vida escolar e a maior participação em contextos oficiais e meios de comunicação são alguns dos benefícios levantados pelo autor a partir da oficialização das línguas bantu em contextos institucionais. Estimulando, dessa forma, o bilinguismo da população e reconhecendo a heterogeneidade que lhe é natural (Firmino, 2015).

Sob esse viés, as questões de desenvolvimento serão independentes do idioma, tendo em vista que as questões da língua não se encerram apenas na língua e demandam atenção dos fatores políticos, sociais, históricos e culturais, como pontua o autor:

Por outras palavras, a solução dos problemas associados ao desenvolvimento nacional não reside na mera gestão da diversidade linguística. A gestão da diversidade linguística será uma solução na medida em que se relacione com a gestão de outros aspectos da sociedade, de que é reflexo. (Firmino, 2015, p. 126)

A pesquisadora Perpetua Gonçalves (2012) da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, aponta que apesar da adoção da língua portuguesa como língua oficial após a luta pela independência, a denominação lusófona para identificá-lo é polêmica entre pesquisadores como Rosário (2007), Honwana (2004) e Ngomane (2012). Esse ceticismo perante o termo remonta ao passado colonial e a invisibilização do multilinguismo e multiculturalismo do país. No entanto, a autora não questiona o papel oficial desempenhado pelo português, mas aponta que a generalização trazida por meio do termo *lusofonia* para com os países que tem a língua portuguesa como língua oficial acarreta um processo glotofágico retomando o neologismo de Calvet (1974), ou seja, uma imposição da língua do colonizador perante as línguas locais.

Gonçalves (2012) aponta, contudo, que essa política glotofágica não foi percebida logo de início no período pós-independência, visto que de acordo com dados do Censo 1980 a porcentagem de falantes de língua portuguesa como língua materna era baixa. Firmino (2021) complementa com dados incluindo o Censo mais recente de 2017, na qual é possível verificar um aumento de forma geral na porcentagem da população que tem a língua portuguesa como L1 e/ou L2. O aumento da abrangência do português como L1, como L2 na população que tem as línguas bantu como L1 e como L1 e L2 atingindo quase a metade da população, a diminuição ocorreu na porcentagem da população que tinha as línguas bantu como L1 e não tinha

conhecimento do português, reforçando os dados anteriores como é possível verificar na tabela abaixo.

Tabela 2 – Porcentagem de falantes de português (LP) e de línguas bantu (LB)

Ano	LP=L1	LP=L2 e LB=L1	LP = L1+L2	LB=L1 e LP=0
1980	1,2	23,2	24,4	75,6
1997	6,0	33,0	39,0	61,0
2007	10,4	39,9	50,3	49,7
2017	16,6	30,8	47,4	52,6

Fonte: Firmino, 2021, p.171.

O autor aponta uma transformação do idioma devido sua expansão não mais como o resquício da língua do colonizador, mas agora como um símbolo de unidade nacional moçambicano, como confirma Mia Couto (2010, p. 30 *apud* Gonçalves, 2012) “O governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa do que os 500 anos de colonização.” e continua que assim o fez para constituição de sua própria identidade e não para unir esforços em prol do projeto de *lusofonia*. A nativização do português, defendida por Firmino (2021) como necessária nesse processo de mudança no papel político-social desenvolvido pela língua resulta na implementação de traços lexicais, fonológicos e gramaticais devido ao meio sociolinguístico em que se insere tornando-se assim de fato pertencente a sociedade moçambicana (Firmino, 2021), conforme disserta:

É necessário apenas que se reconheçam as formas nativizadas através, *inter alia*, de políticas linguísticas que promovam a estabilidade endonormativa. Portanto, não é o português em si que promove ou não a participação alargada da sociedade, mas a aceitação ou rejeição de certas formas de português ou não para o exercício de cidadania. (Firmino, 2021, p.185)

Firmino (2015) discute ainda a relação que se estabelece entre diversidade linguística e desenvolvimento em Moçambique, visando as políticas linguísticas que considerem essa diversidade. Observando o multilinguismo característico dos países africanos, não é difícil encontrar estudiosos que apontam as diversas línguas como causa no atraso no desenvolvimento, assim como há também pesquisadores que o atribuem ao uso de uma língua ex-colonial.

Nesse sentido, o autor defende que não há uma relação clara estabelecida como causa/consequência entre o desenvolvimento e o uso de uma língua

considerada como endógena, as línguas africanas, ou exógena, as línguas europeias e estrangeiras (p.119). Porém, ressalta que o obstáculo reside em considerar as questões linguísticas como se fossem apenas linguísticas, como se não perpassassem por diversos âmbitos sociais.

c) Políticas Linguísticas e Educacionais

Devido ao prestígio da língua portuguesa, língua utilizada para educação formal, nos meios de comunicação oficiais e na vida pública como um todo, as línguas nacionais ficam em sua maioria restritas ao uso intrafamiliar, as zonas rurais, vistas ainda com um olhar de preconceito, como regionalismos ou inferior à língua oficial. Porém, esse contexto expressa vias de mudar com a oficialização do ensino bilíngue ocorrida em 2003 (Gonçalves, 2012).

A pesquisadora moçambicana Ezra Nhampoca (2015) soma a essa discussão alguns problemas que as pessoas e movimentos que apoiam e empreendem o ensino bilíngue tem de enfrentar, como a incredibilidade, por acreditar que o ensino bilíngue criaria barreiras e dificuldades para a comunicação, fator supostamente atingido pelo uso do português; a incapacidade, relativa aos altos custos para confecção de materiais didáticos adequados e o extremismo, em que de um lado posicionam-se para abandonar o uso do português e de outro abordam o português já não apenas como a língua do colonizador, mas como ressignificada e já apropriada pelos moçambicanos. Ainda assim, Nhampoca (2015) embasada no relatório de Avaliação da Experiência Piloto de Educação Bilingue do Ministério de Educação em Moçambique explicita dados positivos, apesar de ressaltar que há muito a ser melhorado ainda, como o aumento no número de matrículas no ensino bilíngue e a diminuição de abandono e desistência, ou seja, aumentando a retenção no ensino bilíngue (Nhampoca, 2015).

2.2.5 São Tomé e Príncipe

a) Demografia

São Tomé e Príncipe, ou *República de São Tomé e Príncipe*, é um arquipélago localizado a cerca de 350 km da costa ocidental da África, no Golfo da Guiné e em 2021 estima-se que a população era de 225.000 habitantes, segundo o Banco

Mundial. De acordo com Hagemeijer (2009), apesar da pequena extensão territorial e do baixo número de habitantes as ilhas se configuram como verdadeiras “ilhas de Babel”. Dados do último Censo de 2012 (INE, 2012 apud Balduino *et al*, 2022, p.8129), apuram que o português é a língua mais falada com 98,4% da população, seguido de longe pelas línguas crioulas autóctones Santome e Angolar, falados na ilha de São Tomé, respectivamente com 36,2% e 6,6%, e o Lung'ie utilizado na ilha do Príncipe, representando 1,0% da população, além do crioulo de Cabo Verde ou ainda o Kabuverdianu com 7,86% (Hagemeijer, 2009).

Figura 7 - Mapa político do arquipélago de São Tomé e Príncipe (STP).



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/sao-tome-principe/>

b) Sócio-história

Para compreender como o país apresenta o multilinguismo é importante contextualizar historicamente. Apesar do pouco espaço geográfico de que dispõem, as ilhas de São Tomé e Príncipe são definitivamente multilíngues. Além do português que compõe esse mosaico desde a chegada dos portugueses, quando ainda eram desabitadas, por volta de 1470 e 1471 (Fernandes, 2023) é notável a presença dos crioulos do Golfo da Guiné, alicerçados em uma origem em comum, o proto-crioulo do

Golfo da Guiné, tendo surgido como língua de contato em São Tomé durante a colonização (Hagemeijer, 2009, p.15), são eles:

1. O Santome, a continuação no tempo deste proto-crioulo;
2. O Lung'ie, o crioulo falado na ilha do Príncipe, habitada depois da doação em 1500;
3. O Fa d'Ambô, o crioulo falado na ilha de Ano Bom, doada em 1503 mas que tudo indica ter sido apenas povoada de forma definitiva entre 1543, quando há um pedido de foral¹⁴, e 1565.¹⁵
4. O Angolar, o crioulo falado pela comunidade angolar de S. Tomé, geralmente considerado o resultado da fuga de escravos (e.g. Caldeira 2004; Lorenzino 1998; Seibert 2007). (Hagemeijer, 2009, p.6)

Fernandes (2023) adiciona atualmente ainda o francês, o inglês, o alemão e o mandarim nesse quadro multilíngue. Resultado do contato entre línguas emergidas devido à necessidade de comunicação, Hagemeijer (2009) contextualiza que esses crioulos se desenvolvem a partir do final do século XV, momento em que São Tomé é povoada por portugueses e africanos escravizados (p.2), momento fértil a crioulição devido ao maior contato sociolinguístico.

Gonçalves e Hagemeijer (2015) destacam dois períodos históricos importantes que se relacionam diretamente com ciclos econômicos, são eles a primeira colonização com o ciclo do açúcar e a segunda colonização com a produção do café e do cacau. Com a chegada dos portugueses nas ilhas desabitadas por volta de 1470, e posterior início no século XV e fim no século XVI com a queda do ciclo do açúcar houve o povoamento de São Tomé. Assim, da necessidade de contato entre portugueses e africanos surge um *pidgin* que possibilitava a comunicação nessa realidade multilíngue, que deu origem posteriormente a um crioulo de base lexical portuguesa. Mesmo com o fim do ciclo açucareiro a ilha continuou atuando como entreposto no tráfico de negros escravizados. (Gonçalves; Hagemeijer, 2015)

A segunda colonização, segundo os autores, dá-se na segunda metade do século XVI com o ciclo econômico de cultivo do café e do cacau e ressaltam a importância da abolição da escravatura em 1869 para configurar esse período. A crise na mão de obra escrava resulta na contratação de trabalhadores de outras colônias lusitanas que colocava em risco o protagonismo dos crioulos e dava lugar a uma predominância do português como L1. Nesse contexto, a língua portuguesa foi se consolidando durante o século XX e oficializada após a independência em 1975 (Gonçalves; Hagemeijer, 2015). Como é possível observar na tabela abaixo, o aumento da população entre os Censos de 1981 e de 2012 está diretamente relacionado com a elevação do número de falantes de português.

Tabela 3 – Número de falantes por língua entre 1981 e 2012

	População total	Português	Forro	Lung'le	Angolar	Caboverdiano
1981	96.661	60.519	54.387	1.533	-	-
1991	117.504	94.907	69.899	1.558	-	-
2001	137.599	136.085	99.621	3.302	-	-
2012	187.356	170.309	62.889	4.224	11.413	14.725

Fonte: Gonçalves; Hagemeijer, 2015

Os dados, entretanto, devem ser lidos com cautela. Santiago e Agostinho (2020) trazem à luz o fato de que o Censo de 2012 possui o angolar e o cabo-verdiano em categorias separadas, ao passo que em 1981, 1991 e 2001 estavam inseridos na categoria “outras línguas”. Em consonância, Balduino (2015) aponta a falta de distinção entre o uso nativo e não nativo das línguas elencadas (p.88). A compreensão torna-se um pouco mais complexa, pois no censo mais recentemente publicado, em 2019, não constam dados que abordem a situação linguística no arquipélago (Santiago; Agostinho, 2020, p. 49).

É incontestável que o português é a língua mais utilizada pelos santomenses, situação sociolinguística discrepante frente aos países que desenvolveram crioulos, como viemos mostrando até aqui. Nesse sentido, cabe buscar compreender quais fatores, além da constituição histórica, contribuíram esse contexto.

c) Políticas Linguísticas e Educacionais

Araújo (2020) comenta que além das políticas linguísticas governamentais, os fatores sociolinguísticos foram importantíssimos para a difusão do português e apagamento das línguas do território, exatamente por ser um país multilíngue. O autor, a partir do século XX, destaca a urbanização, processo que entre 1960 e 1975, após a independência, aumentou o contingente urbano do país, devido à criação governamental de condições atrativas quanto à infraestrutura, como escolas, hospitais e postos técnicos. Atrelado a esses fatores, o autor pontua a escolarização, pois o português é a língua oficial e de ensino, assim, o ensino formal é um importante propulsor do idioma. Citar o ensino como difusor da língua portuguesa não isenta de reconhecer que há problemáticas educacionais a serem enfrentadas, como reconhece Araújo (2020) a presença de deficitária formação de professores, instrumentalização didática pouco adequada a realidade, elevadas taxas de retenção e evasão escolar,

fato que se estende ainda ao ensino superior que teve sua primeira instituição em 1997, resultando assim em diversos estudantes santomenses buscando ensino em outros países como Brasil e Portugal. (Araújo, 2020)

O linguista elenca ainda a mídia como um importante alicerce para a difusão do português. Inicialmente, com a imprensa informativa em 1857 em língua portuguesa, posteriormente em 1977 com a criação do rádio, seguida dez anos depois pela televisão, ambos com a programação majoritariamente em português, com exceção de alguns programas musicais em línguas locais. A televisão, por sua vez, propicia o contato com outras variedades do português como o brasileiro e o angolano (Araújo, 2020, p. 187-188). Todos os pilares elencados pelo autor se reúnem em prol da escolha de uma elite local, para qual o português, além de já consolidado, representaria a ausência de conflito em escolher uma língua em meio a um contexto multilíngue (p.189). Nesse contexto, Araújo (2020) reforça o caminho que São Tomé e Príncipe vem seguindo quanto à questão linguística.

A natureza do processo de ocupação do arquipélago e os seus ciclos econômicos, com emprego extensivo de mão de obra de origem estrangeira, estão na base dos fatores que levaram ao quadro de diversidade linguística em São Tomé e Príncipe. Entretanto, a opção da elite governante em adotar o português como língua oficial pela jovem república efetivamente criou os mecanismos para a difusão do português e também alimentou o cenário para a obsolescência das demais línguas. Ao lado de fenômenos do século XX como a urbanização, a escolarização e a difusão da mídia, associados ao prestígio socioeconômico e político do português, há em São Tomé e Príncipe um quadro de abandono das línguas étnicas em direção à língua portuguesa. (Araújo, 2020, p. 196)

Em consonância, Balduino et al (2022) somam à discussão trazendo alguns fatores que foram importantes para consolidar o português como L1:

A urbanização, a democratização do ensino e a ausência de políticas linguísticas destinadas às línguas autóctones impuseram o aprendizado do português à população e silenciaram as línguas locais. Os valores herdados da política colonial de assimilação, disseminada, inicialmente, pela coroa lusitana e, no período pós-colonial, propagada pela elite local, permearam a sociedade santomense. Assim, a maior parte dos grupos nativos de STP favoreceu a transmissão linguística do português, adquirido tardiamente como L2 pela população que era alfabetizada em língua portuguesa, e transmitido como input linguístico às gerações mais novas que o adquiriam como L1. A atitude linguística do falante, moldada no processo de socialização colonial, foi, portanto, fundamental para difusão do português. (p. 8129)

Esses processos histórico-constitutivos que fomentaram a consolidação do português em contato com as línguas nacionais resultaram no que hoje se estuda como o português de São Tomé, e é o crioulo forro ou santomé que tem maior

influência sobre essa variedade, em razão deste apresentar maior extensão territorial quanto ao número de falantes no país, segundo Fernandes (2023).

Concebendo essa realidade multilíngue, o linguista português se debruça sobre as dificuldades de ensino e aprendizagem do português em São Tomé e Príncipe em sua tese de doutorado intitulada “Dificuldades do ensino e aprendizagem da língua portuguesa no 1º e 2º ciclos do Ensino Básico em São Tomé e Príncipe: um estudo de caso” (2023). Uma das principais causas pela a qual advoga é o reconhecimento da variedade do português santomense visando políticas linguísticas voltadas para essa realidade. Com isso, Fernandes (2023) objetiva discutir criticamente o ensino voltado para a norma padrão europeia, a proficiência linguística insuficiente, a ausência de materiais didáticos que façam os alunos refletirem sobre sua realidade e a falta de reconhecimento e valorização profissional docente, tendo em vista que essas problemáticas estendem-se para além do Ensino Básico, chegando ao Ensino Superior também.

Nessa mesma perspectiva, Balduino et al (2022) ressaltam que como a norma modelo do país é o português europeu, resulta em desprestígio aos traços que diferem o português de São Tomé e Príncipe da norma padrão do português europeu. Dessa forma, os autores observam a importância de se aprofundar os estudos da variedade santomense com vistas a descrição de uma gramática que consolide e reconheça essa variedade do português.

No presente subtópico, objetivamos abordar a sócio-história linguística e educacional dos PALOPs buscando a individualidade na abordagem. Para tanto, revisitamos a conceituação do termo “crioulo” objetivando problematizá-lo com Bandeira (2017) e Djaló (2023), fizemos um breve panorama acerca das pesquisas sociométricas e a hierarquização das línguas com Roncarati, Silva e Ponso (2012) e Swaan (2002). A partir de então, elencamos os PALOPs em ordem alfabética para abranger as categorias a) Demografia, b) Sócio-história e, por fim, c) Educacional, visando abordar suas particularidades e os principais fatores históricos para compreensão da realidade. Por meio de bibliografia pertinente e atualizada, problematizamos o lugar do português e das línguas nacionais na sociedade e no âmbito educacional. A seguir, nos debruçaremos sobre a cooperação internacional estabelecida com os PALOPs.

3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL SUL-SUL E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS: BRASIL E OS PALOPS

Antes de adentrar às discussões sobre cooperação internacional, cabe apresentar brevemente as principais modalidades de cooperação, assim como o próprio conceito que a define. Segundo o Art. 9º, de 09 de dezembro de 2006, da Portaria nº 717 do Ministério das Relações Exteriores (2006)¹⁶:

O projeto de cooperação técnica internacional caracteriza-se pela promoção, no País, do desenvolvimento de capacidades técnicas, por intermédio do acesso e incorporação de conhecimentos, informações, tecnologias, experiências e práticas em bases não-comerciais e em todas as áreas do conhecimento. (Art. 9º da Portaria MRE 717, de 09 de dezembro de 2006, p. 89)

No Brasil, a Cooperação técnica internacional é coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (doravante ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores. Logo, para compreender as ações desenvolvidas pela ABC, esse importante instrumento da política externa brasileira, vale conhecer as modalidades de cooperação técnica internacional. Sendo assim, segundo o site institucional¹⁷, a ABC é “coordenadora e responsável pela negociação e supervisão dos diferentes programas e projetos negociados e implementados junto a parceiros bilaterais, regionais e multilaterais, além de representante oficial do governo nas ações de cooperação técnica.” (ABC, 2012).

Segundo a Agência (2012)¹⁸, a cooperação pode ocorrer nas **modalidades** bilateral, trilateral, multilateral, com grupos de países e descentralizada. A cooperação bilateral se estabelece entre dois países em desenvolvimento com o compartilhamento de conhecimentos e experiências. A cooperação trilateral se dá entre um país em desenvolvimento e um país desenvolvido ou um órgão internacional unindo forças em prol de um país em desenvolvimento. A cooperação multilateral, por sua vez, conta com organismos ou organizações internacionais além dos países. No caso da cooperação entre grupos de países pode-se citar os grupos os quais o Brasil faz parte, como o MERCOSUL e a CPLP, ou seja, um conglomerado de países em prol da cooperação. Por fim, a cooperação descentralizada, se dá entre estados ou municípios de países em desenvolvimento (ABC, 2012).

¹⁶ http://www.abc.gov.br/sigap/downloads/portaria_717.pdf Acesso em mar. de 2024.

¹⁷ <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileiaCooperacao> Acesso em nov. de 2023.

¹⁸ <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/ModalidadesCooperacaoTecnica> Acesso em nov. de 2023.

Nesse sentido, a cooperação no Brasil pode ocorrer em **dois movimentos**: a cooperação do exterior para o Brasil e a cooperação do Brasil para o exterior. A primeira, segundo o site institucional da ABC (2012)¹⁹, pode ser desenvolvida nas modalidades multilateral e bilateral e objetivam o desenvolvimento socioeconômico e a difusão de conhecimentos. A segunda, por sua vez, pode ser bilateral, trilateral ou com um grupo de países, respondendo exclusivamente a demandas oficiais com o objetivo de desenvolvimento das capacidades humanas, institucionais e produtivas (ABC, 2012).

Dados do mais recente relatório de Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) 2019-2020, publicado em 2022 mostram o investimento financeiro do biênio na cooperação internacional do Brasil, o próximo abrangerá o período de 2021-2024, tendo em vista mudanças na metodologia a ser aplicada. O Relatório apresenta as modalidades de cooperação as quais o Brasil mais destina recursos. Como é possível visualizar na tabela 4, são elas: Contribuições para Organizações Internacionais (OIs); Cooperação humanitária; Cooperação técnica; Cooperação científica e tecnológica e Cooperação internacional. Contudo, convém compreendê-las, para tanto, o documento distingue-as.

As Contribuições para OIs é a única modalidade que envolve envio de recursos para o exterior, seja para projetos, programas, ou países inseridos na organização de forma obrigatória ou ainda voluntária (IPEA, 2022, p. 56). A cooperação humanitária responsabiliza-se pelo asseguramento dos Direitos Humanos fundamentais e universais em situações de calamidade, a partir do momento em que o Estado não os pode assegurar com eficiência (IPEA, 2022, p. 57). A cooperação técnica é atribuída pelo relatório (2022) como a cooperação que possui o campo mais amplo e diversificado, alicerçando-se não em acordos comerciais, mas na difusão de conhecimentos e experiências, no caso do Brasil, principalmente em relações estabelecidas entre países em desenvolvimento (IPEA, 2022, p. 57). A cooperação científica e tecnológica tem por objetivos a promoção e difusão do conhecimento, tanto possibilitando a produção de conhecimento de qualidade quanto seu compartilhamento (IPEA, 2022, p. 57). A cooperação educacional, por sua vez centraliza-se na formação educacional estrangeira, através de bolsas e vagas em instituições locais (IPEA, 2022, p. 57).

¹⁹ <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Vertentes> Acesso em nov. de 2023.

Com o conhecimento do que concerne a cada modalidade, analisaremos os dados da tabela abaixo que elenca a modalidade de cooperação e as despesas do governo federal em 2019 e 2020²⁰. É relevante destacar, contudo, que no ano de 2020 o mundo foi acometido com a crise sanitária e humanitária em decorrência da pandemia de Covid-19, acontecimento importante para ler e interpretar os dados da tabela.

Tabela 4 – Gastos do governo com a cooperação internacional por modalidade nos anos de 2019 e 2020

Modalidade de cooperação	2019	2020	Total
Contribuições para OIs	2.604.298	1.467.011	4.071.309
Cooperação humanitária	20.770	93.611	114.381
Cooperação técnica	62.973	52.977	115.951
Cooperação científica e tecnológica	31.411	2.412	33.823
Cooperação educacional	9.762	8.082	17.846
Total	2.729.214	1.624.093	4.353.310

Fonte: IPEA, 2022, p.56

O contexto mundial justifica o declínio de 40,7% em investimentos na cooperação internacional, situação que se repete nas modalidades de contribuições para Organizações Internacionais (OIs) e cooperações, com destaque para a Cooperação científica e tecnológica com redução de 92% em recursos, fato que preocupou o setor, uma vez que a falta de incentivos compromete a reestruturação econômica e social causada pelo período singular da humanidade, ao passo que o caminho a ser percorrido deveria ser exatamente o oposto, tendo em vista que o setor de ciência, tecnologia e inovação tem muito a contribuir (ASCOM IPEA, 2022)²¹.

As contribuições para OIs com porcentagem de queda estimada em 46%, as Cooperações técnica e educacional, por sua vez, tiveram decréscimo de 15,8% e 12,5%, respectivamente. A Cooperação humanitária, em contrapartida, obteve grande ascensão, de aproximadamente 450%, considerando a crise sanitária e humanitária causada pelo vírus. Dessa forma, as cooperações humanitária e técnica se caracterizam como duas grandes vertentes da cooperação internacional brasileira.

²⁰ Destaca-se metodologicamente o recorte para os anos 2019 e 2020, objetivando analisar os dados mais recentes, tendo em vista que a publicação dos dados se deu apenas em 2022.

²¹ <https://www.ipea.gov.br/portal/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2201-especialistas-discutem-papel-da-tecnologia-no-periodo-pos-pandemia> Acesso em dez. de 2023.

A ABC possui importante papel na cooperação técnica prestada pelo Brasil. Dados apurados pelo relatório COBRADI (2022) destacam a participação dos países da África e da América Latina. Para restringir nosso olhar analítico sobre os dados mais recentes da cooperação internacional brasileira, destacaremos as informações importantes para cumprir o propósito do presente subtópico, apresentaremos um breve histórico da cooperação internacional Sul-Sul, as ações de cooperação internacional estabelecidas entre o Brasil e os PALOPs e o foco na área da Educação.

3.1 Cooperação internacional Sul-Sul entre o Brasil e os PALOPs em áreas estratégicas

No âmbito de discussão das instituições cooperativas, um dos alicerces da presente pesquisa, cabe remontar historicamente como surgiu a cooperação internacional viabilizada pelas instituições aqui selecionadas, dentro do recorte a que se propõem (CPLP, IILP, AULP e UNILAB). Para tanto, a partir dos sites institucionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e da ABC daremos início a esse subtópico com uma breve retomada histórica com destaque para os momentos importantes.

O contexto de cooperação internacional é marcado pela criação de importantes instituições de caráter técnico e econômico visando, de forma geral, minimizar os efeitos do conflito militar armado durante a Segunda Guerra Mundial e promover o desenvolvimento das economias enfraquecidas pelo contexto histórico e o fortalecimento dos países em desenvolvimento. A Conferência ocorrida em Bretton Woods, Estados Unidos, no ano de 1944, foi um marco para essas instituições, em que durante a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas foram fundados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)²². Um ano antes do fim da Segunda Guerra Mundial e em meio às tensões da Guerra Fria, a primeira tem como missão “promover a cooperação monetária internacional, incentivar a expansão do comércio e do crescimento econômico e desencorajar políticas que possam prejudicar a prosperidade.” (IMF, 2022)²³; a segunda tinha como objetivo “a reconstrução das economias dos países devastados pela guerra e o aumento do desenvolvimento

²² <https://www.worldbank.org/en/archive/history#> Acesso em nov. de 2023.

²³ <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/IMF-at-a-Glance> Acesso em nov. de 2023.

económico dos países em desenvolvimento.” (WORLD BANK, 2024) atualmente ainda voltando um olhar para o desenvolvimento sustentável.

Ainda nesse contexto histórico e político, no ano seguinte em 1945, reúnem-se 50 países na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional em São Francisco ou Conferência de São Francisco, da qual resulta a Carta da ONU, consolidando assim as Nações Unidas como a nova organização internacional com a responsabilidade de não permitir que outra guerra como a que afetou drasticamente tantos países tornasse a acontecer, por meio dos princípios “de manter a paz e a segurança internacionais, prestar assistência humanitária aos necessitados, proteger os direitos humanos e defender o direito internacional.”(UN, 2024)²⁴

As atividades pioneiras de cooperação se deram por iniciativa da ONU em 1948, na Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual institui o termo “assistência técnica” definido como “a transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, mediante a execução de projetos a serem desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento [...]” (GOV, 2022)²⁵. Esse termo será substituído em 1959 por “cooperação técnica” em que, apesar da presença de partes desiguais na cooperação, pressupõe trocas mútuas entre elas.

Nesse contexto, cabe salientar a definição de cooperação técnica internacional:

[...] um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países. Para contribuir para o processo de desenvolvimento socioeconômico, a cooperação técnica enseja o compartilhamento de conhecimentos entre um organismo internacional e um país, ou entre países, em bases não comerciais, com vistas a alcançar-se objetivos previamente definidos e acordados entre as partes (consubstanciados em um “Documento de Projeto”), em um tema específico. (GOV/ABC, 2022)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁶, agência especializada da ONU, destaca ainda, entre os acontecimentos importantes para a constituição da Cooperação Sul-Sul e Triangular a Conferência realizada em Bandung, Indonésia, no ano de 1955, é um “símbolo da luta anticolonial” (Ponso, 2014, p. 41). Partindo do sentimento de solidariedade africano e do surgimento do movimento chamado de “afro-asiatismo”, Pereira e Medeiros (2015, p. 124) caracterizam a Conferência como uma “tomada de consciência”, uma vez que despertou em nações recém

²⁴ <https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un> Acesso em nov. de 2023.

²⁵ <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/cooperacao-tecnica/historico> Acesso em nov. de 2023.

²⁶ https://www.ilo.org/brasilia/temas/south-south/WCMS_660558/lang--pt/index.ht Acesso em nov. de 2023.

independentes e que almejavam a independência o vigor em representar e lutar pela sua visibilidade e construção identitária local. Os autores afirmam ainda que a heterogeneidade dos países, tida como obstáculo, era superada pelo anseio de enfrentamento ao subdesenvolvimento. (p. 124)

Nesse sentido, Ponso (2014, p. 41) destaca dentre os dez pontos resultantes da Conferência “o respeito pela soberania e integridade territorial dos Estados; a não-utilização de dispositivos de defesa que sirvam aos interesses particulares das grandes potências; a não utilização da força contra a independência dos países; a regulamentação dos conflitos por meios pacíficos, etc.”. De fato, no que se refere a eles, o respeito prevalece no vocabulário da dezena desenvolvida visando a paz mundial e a cooperação.

Já na década de 60, a cooperação internacional estabelece-se principalmente entre os países em desenvolvimento e organismos internacionais que subsidiavam e estruturavam os projetos, sendo, portanto, chamada de Cooperação Norte-Sul (CNS). Essa se contrapõe ao conceito da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), ou cooperação horizontal, que visa ao compartilhamento de experiências entre países com histórias que possam se aproximar. Nesse sentido, em 1974 é instituída uma Unidade Especial para a CTPD no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e em meio a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento é aprovado o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) em 1978, tendo em vistas as diretrizes propostas, importantíssimo no âmbito da discussão da Cooperação Sul-Sul e triangular ²⁷. Convém conhecer, contudo, a cooperação vertical, horizontal e triangular como didaticamente Alves (2013, p.126) apresenta:

A cooperação no eixo Sul-Sul, também denominada de cooperação horizontal, surge como alternativa à tradicional cooperação Norte-Sul ou à cooperação vertical. Nota-se que essa parceria entre os países periféricos não necessariamente deve ser pensada como uma contraposição, já que pode complementar os esforços realizados no eixo Norte-Sul. A cooperação trilateral (abordada no próximo item) ilustra a possibilidade de sinergia entre os dois eixos. (Alves, 2013, p. 126)

Logo, alicerçado nos objetivos de desenvolvimento socioeconômico e autonomia, o governo brasileiro cria em 1987 a Associação Brasileira de Cooperação (ABC), atrelado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), ficando a cargo da

²⁷ https://www.ilo.org/brasil/temas/south-south/WCMS_660558/lang--pt/index.htm Acesso em nov. de 2023.

cooperação internacional desenvolvida no Brasil e pelo Brasil para o exterior. (GOV/ABC, 2023)²⁸

Um importante movimento de análise da nomenclatura desses estágios de cooperação possibilita interpretar as relações que se estabeleceram. Por meio da escolha de alterar o termo “assistência técnica” para “cooperação técnica” pode-se observar que o último envolve uma ideia de união em contraponto à assistência que retoma a noção de superioridade sob os assistidos. Do mesmo modo, desde o início a Cooperação Norte-Sul (CNS) aborda a segmentação entre os hemisférios do globo. Em contraponto a essa nomenclatura surge posteriormente a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) que enfoca e une os países em desenvolvimento, alicerçado em um “organismo internacional”, conforme apresentado na definição acima. Logo, nesse intuito de cooperação, a CTPD passa a ser chamada Cooperação Sul-Sul (CSS) em 2004, tendo em vista que a maioria dos países do Hemisfério Sul do Globo são identificados como “em desenvolvimento” em razão do passado histórico de colonização do Norte, retomando o histórico em comum compartilhado entre eles.

O escritório de Cooperação Sul-Sul, por sua vez, por meio do seu site institucional²⁹ reforça a solidariedade tendo por base a história em comum e esclarece como essa cooperação funciona:

Operationally, South-South cooperation for development is a process whereby two or more developing countries pursue their individual and/or shared national capacity development objectives through exchanges of knowledge, skills, resources and technical know-how and through regional and interregional collective actions, including partnerships involving Governments, regional organizations, civil society, academia and the private sector, for their individual and/or mutual benefit within and across regions. (UNOSSC)³⁰

Em consonância com o Quadro de diretrizes operacionais sobre o apoio das Nações Unidas à cooperação Sul-Sul e triangular (2016) (Framework of operational guidelines on United Nations support to South-South and triangular cooperation³¹), documento produzido em conformidade com a Conferência de Alto Nível das Nações

²⁸ <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/cooperacao-tecnica/historico> Acesso em nov. de 2023.

²⁹ <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/> Acesso em nov. de 2023.

³⁰ Operacionalmente, a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento é um processo pelo qual dois ou mais países em desenvolvimento buscam seus objetivos individuais e/ou compartilhados de desenvolvimento de capacidade nacional por meio de intercâmbios de conhecimento, habilidades, recursos e know-how técnico e por meio de ações coletivas regionais e inter-regionais, incluindo parcerias que envolvem governos, organizações regionais, sociedade civil, academia e setor privado, para seu benefício individual e/ou mútuo dentro e entre regiões. (Tradução nossa)

³¹ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B-buqyoV0jpSUC1PZ25xekFQaVk/view?resourcekey=0-hAE4KnlngtMM8UCBHJ8P2w> Acesso em nov. de 2023.

Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, realizada em Nairóbi em 2009, elencam-se os objetivos prioritários, quais sejam:

- (a) Support national and regional development efforts;
- (b) Strengthen institutional and technical capacities;
- (c) Improve the exchange of experience and know-how among developing countries;
- (d) Respond to the specific development challenges of developing countries;
- (e) Increase the impact of international cooperation.³² (SSC/19/03)

O documento menciona ainda os princípios norteadores da Cooperação Sul-Sul, dividindo-os em normativos e operacionais, elencados abaixo:

- (a) Normative principles
 - Respect for national sovereignty and ownership
 - Partnership among equals
 - Non-conditionality
 - Non-interference in domestic affairs
 - Mutual benefit
- (b) Operational principles
 - Mutual accountability and transparency
 - Development effectiveness
 - Coordination of evidence- and results-based initiatives
 - Multi-stakeholder approach.³³

Vale demorar um olhar mais atento entre os objetivos e os princípios trazidos. Fica claro a valorização do desenvolvimento nacional ainda que inserido em uma relação cooperativa que compreende a participação de dois ou mais Estados-membros. A partir disso, observa-se a característica de mutualidade para que não haja uma sobreposição de valores. O desenvolvimento é focado em trocas de experiências e no reconhecimento das necessidades específicas dos países em desenvolvimento. Dessa forma, percebe-se, ao menos em meios oficiais, o cuidado em tornar a CSS um ambiente saudável e propício para os países em desenvolvimento se desenvolverem amplamente junto aos seus pares.

³² (a) Apoiar os esforços de desenvolvimento nacional e regional;
 (b) Fortalecer as capacidades institucionais e técnicas;
 (c) Melhorar a troca de experiências e know-how entre os países em desenvolvimento;
 (d) Responder aos desafios específicos de desenvolvimento dos países em desenvolvimento;
 (e) Aumentar o impacto da cooperação internacional. (Tradução nossa)

³³ (a) Princípios normativos

- Respeito à soberania e à propriedade nacionais
- Parceria entre iguais
- Não condicionalidade
- Não interferência em assuntos domésticos
- Benefício mútuo

(b) Princípios operacionais

- Responsabilidade mútua e transparência
- Eficácia do desenvolvimento
- Coordenação de iniciativas baseadas em evidências e resultados
- Abordagem de múltiplas partes interessadas. (Tradução nossa)

A agência especializada da ONU, OIT, dispõe cronologicamente os acontecimentos marcantes para a constituição da Cooperação Sul-Sul como se conhece nos dias de hoje. Ainda no ano de criação da ABC, é assinado um acordo entre o Brasil e a OIT com vistas a Cooperação Técnica com outros Países da América Latina e Países da África. Em 2000, 191 países participaram da Declaração do Milênio, na qual foram elencados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) nos âmbitos de saúde, educação, desenvolvimento sustentável e redução da pobreza com meta para o ano de 2015³⁴.

A partir dos anos 2000 a agência destaca eventos cruciais que ocorreram com o objetivo de promover a cooperação entre países com foco para a Cooperação Sul-Sul e triangular. Abrangendo contextos multiétnicos, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) criado em 2003, objetiva a cooperação política, setorial e para com os países compreendidos pelo Fundo IBAS. Posteriormente, em 2004 e 2007 a OIT assina Memorandos de Entendimento com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e com o Brasil, respectivamente, em que o primeiro visava temas sociais, trabalhistas e incentivava o diálogo com a CSS e o último enfocava o Combate ao Trabalho Infantil no Brasil³⁵.

Em 2009, a agência destaca a I Cúpula dos BRICS. O bloco criado em 2006 inicialmente com os países Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) passou a se denominar BRICS com a inclusão da África do Sul em 2011. Nesse sentido em sua I Cúpula reafirmou o compromisso com a cooperação internacional e a diplomacia multilateral. Em, 2010, os BRICS assinam novos acordos de cooperação com Brasil, Timor-Leste e Haiti. Dois eventos se destacam na década, são eles o Rio+20 com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, nos âmbitos social, econômico e ambiental e a Conferência BAPA+40, reforçando a CSS³⁶. Partindo desse breve panorama histórico, analisaremos os gestos de cooperação internacional estabelecida entre o Brasil e os PALOPs.

No que diz respeito ao Brasil como agente cooperativo, vale destacar as ações desenvolvidas pelo país no que diz respeito à cooperação técnica no âmbito da CSS. O país apresenta cooperação técnica para com os países em desenvolvimento como a América Latina e os países africanos e ainda cooperação trilateral com organismos

³⁴ https://www.ilo.org/brasil/temas/south-south/WCMS_660558/lang--pt/index.htm Acesso em nov. de 2023.

³⁵ https://www.ilo.org/brasil/temas/south-south/WCMS_660558/lang--pt/index.htm Acesso em nov. de 2023.

³⁶ https://www.ilo.org/brasil/temas/south-south/WCMS_660558/lang--pt/index.htm Acesso em nov. de 2023.

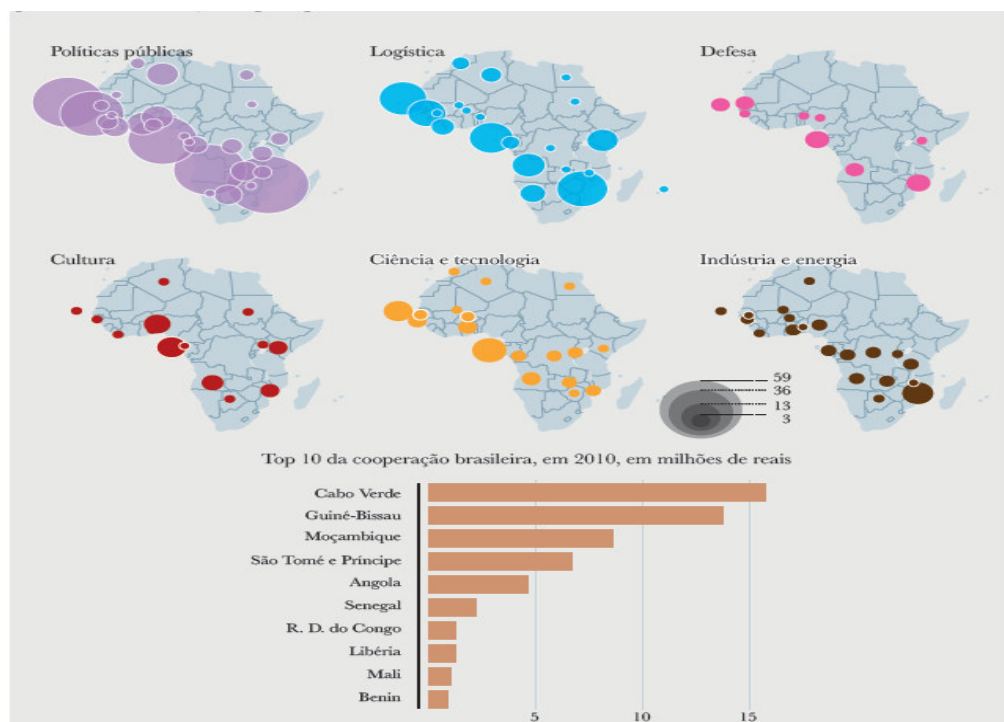
internacionais (Milani, 2017). Contudo, trazemos um recorte aqui para o que a presente pesquisa compreende, ou seja, o contexto africano.

O pesquisador político-social brasileiro Carlos Milani (2017) apresenta como se desenvolve a cooperação técnica brasileira para com os países africanos. Essa relação se dá majoritariamente no âmbito agrícola, com destaque para o “programa do algodão” parceria entre o Brasil e os países africanos Burquina Faso, Benin, Chade e Mali em oposição à assistência financeira de países desenvolvidos. Assim, o programa é uma iniciativa pioneira no âmbito regional de parceria entre a ABC e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), configurando-se como o maior orçamento de relações cooperativas entre Brasil e África. (Milani, 2017, p. 120)

Porém, nem todos os projetos nesse âmbito tiveram êxito em sua execução. O autor destaca o “Programa de Cooperação Tripartite para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical”, que ficou conhecido como PROSAVANA e estabelecia relações cooperativas entre Brasil, Japão e Moçambique. As críticas se deram por falta de participação popular acerca da implementação do projeto, gerando assim um desconhecimento da população.

Vale destacar, contudo, que a agricultura não é o único âmbito beneficiado pela CTI brasileira nos países africanos, pois como mostra o quadro abaixo essa se dá em diversos setores em todo o continente, mas em especial nos PALOP.

Figura 8 – Cooperação brasileira na África em 2014



Fonte: Milani (2017)

Milani (2017) aponta alguns motivos para a importância dos PALOPs para a CTI brasileira, como a língua em comum viabilizando o compartilhamento de políticas públicas brasileiras, o histórico que se une e configura a cultura e a miscigenação brasileira e ainda a possibilidade de cooperação internacional para além da América Latina. Retomamos, contudo, a linha tênue entre conduzir projetos cooperativos que abranjam por igual os países membros e a perspectiva neocolonizadora, abordada no final do último subcapítulo.

No âmbito educacional, recorte primordial para a presente pesquisa, o autor ressalta alguns gestos de cooperação como a criação da UNILAB, durante o governo do presidente Lula, as bolsas PEC-G e PEC-PG e o ensino profissional e à distância que abrangem os PALOPs e elenca qual dinâmica de cooperação se estabelece em cada um deles. Cabo Verde lidera a cooperação na educação através da ABC e do Ministério da Educação, com destaque para os intercâmbios realizados por meio do PEC-G e PEC-PG, desenvolvimento da Universidade de Cabo Verde (UNI-CV) e formação profissional de jovens e adultos por meio do SENAI. Em Angola, também se destacam as iniciativas do PEC-G e do PEC-PG e o ingresso de estudantes na UNILAB, além do incentivo a formação técnica em educação ambiental para o Ministério angolano do Urbanismo e Ambiente. (Milani, 2017)

Em São Tomé e Príncipe, Milani (2017) ressalta além dos programas mencionados e da UNILAB, o âmbito da alimentação escolar com base no programa brasileiro Programa Nacional de Alimentação Escolar, além do Programa de Parceria na Alfabetização. Em Guiné-Bissau como os países anteriores, é beneficiado pelo PEC-G e pelo PEC-PG e pela UNILAB, e ainda no âmbito da educação profissional. Moçambique, por sua vez, à época (2017) era o principal país beneficiado pela CTI brasileira em diversos âmbitos, estabelecendo relações cooperativas desde a independência de Moçambique em 1975. Nesse sentido, reconhecendo como a educação é um dos importantes pilares da cooperação entre o Brasil e os PALOPs, no seguinte subtópicos nos dedicaremos a abordar a cooperação nesse âmbito.

3.2 Cooperação Sul-sul entre o Brasil e os PALOPs na área da Educação

A todos e em particular aos meus colegas estudantes estrangeiros (as) que passaram pela mesma perda irrecuperável e pelo sofrimento indesejável deixando os seus países de origem com intuito de estudar.
Djibril Cá (2017)

No que se refere aos gastos com a cooperação técnica nos anos de 2019 e 2020, os três primeiros lugares são ocupados por Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, países africanos que tem a língua portuguesa como língua oficial. Cabo Verde e Angola também figuram na lista, embora em menor expressividade. O relatório COBRADI (2022) destaca a natureza da cooperação estabelecida com esses países. Em Guiné-Bissau, ressaltam-se os projetos no âmbito da educação, segurança pública, justiça e agricultura. São Tomé e Príncipe, protagonizaram os projetos de desenvolvimento, capacitação e qualificação de recursos humanos. Moçambique, por sua vez, apresenta projetos em áreas diversas como administração pública, agricultura, defesa, desenvolvimento social, educação, justiça e saúde, entre outros. Em Angola e Cabo Verde, assim como em Moçambique e Equador, o foco foi o desenvolvimento sustentável, tendo em vista a Agenda 2030. (IPEA, 2022, p.62-64) Esses dados são reforçados quando em uma visão macro a análise passa a ser por grupo de países, em que os PALOPs lideram o número de projetos de cooperação técnica do biênio com sete projetos dentre os 34 propostos no período de análise. (IPEA, 2022, p. 68) Dessa forma, a África se consolida como o continente no qual mais foram investidos recursos brasileiros de cooperação técnica. (IPEA, 2022, p. 64)

A cooperação educacional é uma política externa que abrange os âmbitos econômicos, políticos e culturais, objetivando desenvolver a economia e a promoção do respeito à diversidade cultural (MRE, 2022). Milani et al (2016) explicita essas três faces da cooperação educacional. O âmbito econômico se justifica, pois o implemento de ações no âmbito educativo implica pontualmente com a formação de mão de obra qualificada que, por sua vez, impulsiona a economia de um país (Milani et al, 2016, p.28). O âmbito político se refere às relações estabelecidas na política externa brasileira no que se refere aos acordos educacionais estabelecidos (Milani et al, 2016, p.28). E, finalmente, o âmbito cultural é contemplado tendo em vista a troca de experiências que o âmbito educacional por si só envolve, mais precisamente pela difusão de conhecimento no que diz respeito à diversidade cultural (Milani et al, 2016, p.28).

O relatório COBRADI (2022) destaca quatro instituições responsáveis pela operacionalização da cooperação educacional brasileira, são eles: o Ministério das Relações Exteriores (MRE); o Ministério da Educação (MEC); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Sob esse viés, o site institucional do **MRE** (2022)³⁷ destaca as principais atribuições da Divisão de Temas Educacionais (DTE), no que diz respeito à cooperação educacional, são elas:

- divulgar oportunidades de emprego e bolsas de estudos oferecidas a brasileiros;
- tratar de questões gerais relacionadas à cooperação educacional oferecida pelo Brasil;
- coordenar, em conjunto com o Ministério da Educação, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G);
- coordenar, em conjunto com o Ministério da Educação e com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG);
- tratar de assuntos relativos à cooperação educacional recebida pelo Brasil de outros países, agências estrangeiras ou organizações internacionais;
- participar da negociação de acordos e programas sobre cooperação educacional no plano internacional, bem como acompanhar sua execução. (MRE, 2022)

Dois programas do MRE de grande relevância merecem destaque, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Em que o primeiro, seleciona estudantes estrangeiros provenientes de países em desenvolvimento conforme critérios estabelecidos para cursar graduação no Brasil em uma parceria do MRE com o MEC e com Instituições públicas e privadas. Já o segundo, administrado pelo MRE, MEC e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) seleciona estudantes estrangeiros também de países em desenvolvimento que tenham acordos com o Brasil para cursar com bolsa pós-graduação *stricto sensu*, que compreende o mestrado e doutorado, nas instituições de ensino superior brasileiras (IPEA, 2022, p.110). Dados do relatório COBRADI 2021 (2022b, p. 165) mostram que o número de estudantes de países em desenvolvimento beneficiados pelo PEC-G alcançou 1.601 estudantes estrangeiros, ao passo que 195 foram favorecidos pelas iniciativas do PEC-PG.

O **MEC** desempenha atribuições administrativas e burocráticas. Segundo o relatório COBRADI (2022), por meio da Assessoria Internacional (AI) é responsável por negociações, acordos educacionais, comunicação com embaixadas, entidades e órgãos competentes no âmbito da cooperação educacional, assim como, acompanha

³⁷ <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cooperacao-internacional/cooperacao-educacional> Acesso em nov. de 2023.

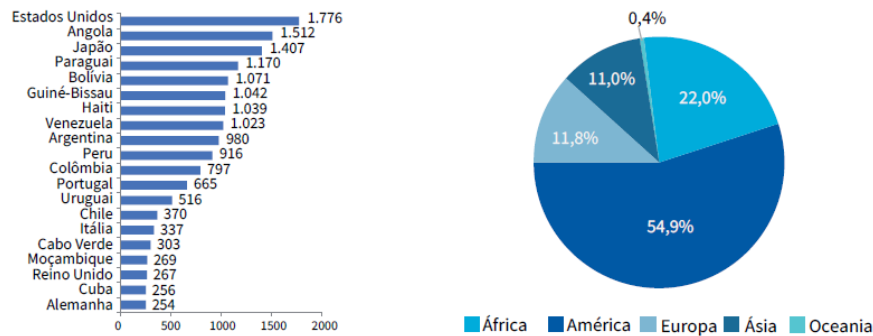
projetos de difusão da língua portuguesa e de internacionalização da educação superior brasileira (p.111).

O **CNPq**, agência do MCTI, tem como missão o “fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.” (IPEA, 2022, p.111) isso se dá por meio de bolsas, programas, projetos de pesquisa, formação e capacitação para estrangeiros no Brasil (IPEA, 2022, p.111). Assim, segundo o relatório COBRADI 2021 (2022b) o órgão fundado em 1951, age em duas vertentes (i) na formação e capacitação de brasileiros no exterior e (ii) na formação de estrangeiros no Brasil (IPEA, 2022b, p. 152). Em 2021, o CNPq concedeu 184 bolsas, nos níveis de Ensino Médio e Técnico, Graduação, Mestrado e Doutorado, sendo 172 delas para arranjos de Cooperação Sul-Norte e apenas 12 para arranjos de Cooperação Sul-Sul (IPEA, 2022b, p. 153).

A **CAPES**, por sua vez, inserida no MEC, tem como objetivo a difusão de produções científicas, ampliação e consolidação da pós-graduação tendo em vista a formação de recursos humanos de qualidade (IPEA, 2022, p.112). O relatório COBRADI 2021(2022b) destaca as seguintes linhas de atividade:

(i) avaliação da pós-graduação stricto sensu; (ii) acesso e divulgação da produção científica; (iii) investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; (iv) promoção da cooperação científica internacional; (v) indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância. (IPEA, 2022b, p. 154)

Dessa forma, o relatório (2022b) aponta que a CAPES movimenta esforços para o fortalecimento do sistema brasileiro de formação no ensino superior, promovendo tanto a internacionalização de pesquisadores brasileiros, quanto a qualificação dos programas nacionais para formação de pesquisadores estrangeiros. Assim, de acordo com a Pesquisa COBRADI 2021 (2022b) a Coordenação investiu em 3.570 projetos de cooperação internacional educacional, abrangendo 62 países, entre eles os em desenvolvimento e os desenvolvidos (p.155). Os arranjos de Cooperação Sul-Norte, contudo, superam em larga escala os arranjos de Cooperação Sul-Sul, em que o primeiro protagoniza com 3.259 iniciativas majoritariamente destinadas a formação de brasileiros no exterior e o segundo com 311 iniciativas de fomento financeiro para estudantes e pesquisadores (IPEA, 2022b). Dados sintomáticos quando se reflete acerca do espaço ocupado pela Cooperação Sul-Sul, tornando visível ainda de forma concreta como não há igualdade proporcional a oferta de oportunidade entre os âmbitos Norte-Sul e Sul-Sul, movidos por fatores inerentes

Figura 10 – Distribuição de matrículas em cursos de graduação e o continente de origem

Fonte: Inep/MEC, 2023, p. 24.

A pesquisadora e antropóloga brasileira Neusa Gusmão (2008, 2011, 2012) defende que a Circulação Internacional de Estudantes (CI), nomeadamente dos PALOPs, ultrapassa a simples migração estudantil no território brasileiro e abrange a perspectiva de cooperação internacional com vistas ao desenvolvimento dos próprios países de origem. Nesse sentido, a autora delinea três perspectivas sob as quais é possível visualizar as relações estabelecidas no contexto migratório com vistas ao estudo no Brasil, a saber: Educação e desenvolvimento; Condição sociocultural e educação e; Educação e racismo.

Note-se a presença da educação em todas as perspectivas, tendo em vista a CI de estudantes, especialmente dos PALOPs. Como destacado anteriormente, a cooperação educacional abrange os âmbitos econômicos, políticos e culturais, por isso então as interfaces propostas pela autora (desenvolvimento, condição sociocultural e racismo) reafirmam o caráter multifacetado da educação como política externa tanto para os países que a propõem quanto para os que são beneficiados por ela. Discute-se ainda acerca do papel e do lugar que o Brasil ocupa na realização e promoção de políticas cooperativas internacionais com países que, bem ou mal, compartilham do passado em comum, sob a ótica de nações irmãs ou com traços neocolonizadores.

Ao relacionar educação com desenvolvimento, Gusmão (2008, p. 291) concebe-a como mola propulsora para transformação social. Assim, toda e qualquer iniciativa de migração para estudo, considerando-se aqui os PALOPs com independências relativamente recentes, tem como objetivo assegurar desenvolvimento e autonomia para seus países de origem tendo em vista o mundo globalizado e as experiências e conhecimento vivenciados e adquiridos (Gusmão, 2008) e acrescenta:

No afã da busca pela afirmação identitária enquanto nação, são os PALOP celeiros de um processo crescente de deslocamento e circulação de seus jovens para obtenção do conhecimento necessário à configuração da nação, seus destinos e governabilidade, mas, sobretudo, de sua modernização e modernidade. (Gusmão, 2008, p. 292)

No contexto de adaptar-se longe de casa, a pesquisadora defende uma educação “transnacional” (Gusmão, 2008, p. 294) que ultrapasse os limites nacionais e considere a adaptação ao movimento político e social do mundo globalizado. Isso, claro, implica uma série de questões culturais e sociais no que se refere aos PALOPs e ao Brasil. Questiona-se assim, a linha tênue entre absorver conhecimentos e buscar implementá-los no retorno aos seus países de origem de forma autoritária e impositiva, sob os moldes uma nação que não compartilha totalmente da realidade sócio-histórica e cultural africana e construir arcabouço teórico com vistas à implementá-los considerando a realidade local e visando a melhoria do país como um todo e sua participação ativa no processo de cooperação. Torna-se assim uma via de mão dupla em que ambos podem se beneficiar, o Brasil, compartilhando de experiências positivas com os pares de países em desenvolvimento e os PALOPs com os aprendizados adquiridos impulsionando sua nação respeitando sua identidade e epistemologias, ou melhor ainda, difundindo-as.

Gusmão (2008) relaciona a educação face ao racismo. A realidade brasileira, infelizmente, ainda é marcada pelo preconceito racial, subjugando e minorizando indivíduos pela cor da pele. A autora aponta que na Universidade o contexto não é diferente, ao ponto de até mesmo as Ações Afirmativas serem alvo de críticas e discordâncias. Quando voltamos o olhar para os estudantes africanos negros que migram para o Brasil buscando se inserir no contexto universitário, a pesquisadora destaca duas perspectivas, “alto grau de segregação racial, econômica e espacial” e “relações de hierarquia, diferenciação e poder.” (Gusmão, 2008, p. 296).

3.3 As línguas portuguesas no cenário transnacional

Além dos projetos de cooperação no âmbito das políticas públicas, logística, defesa, cultura, ciência e tecnologia e indústria e energia destacados na figura 8 e o âmbito educacional elencado no último subcapítulo, cabe ressaltar que o fator que os interliga é a língua. Essa exerceu papel de ferramenta de dominação colonial, questiona-se, portanto, os princípios que conduzem as ações cooperativas e a perspectiva neocolonizadora (Ponso, 2018) frente a novas formas de dominação, não

mais geográfica, mas instigada por recursos naturais e econômicos fomentados pelo capitalismo. No passado, a dominação colonial impôs sua cultura sobre os povos colonizados, aspectos eurocêntricos foram hegemônicos perante saberes, culturas e línguas locais que foram invisibilizados, quando não dizimados pelo poder das políticas coloniais. Nesse sentido, o pesquisador português Boaventura de Souza Santos introduz as Epistemologias do Sul, conforme conceitua:

As Epistemologias do Sul pretendem mostrar que os critérios dominantes do conhecimento válido na modernidade ocidental, ao não reconhecer como válidos outros tipos de conhecimento que não sejam os produzidos pela ciência moderna, provocaram um epistemicídio massivo, ou seja, a destruição de uma variedade imensa de saberes que prevaleciam principalmente do outro lado da linha abissal, nas sociedades e sociabilidades coloniais. (Souza Santos, 2018, p. 308)

O autor destaca que o Sul, nesse contexto, é epistemológico e não geográfico. Tendo em vista que, o sul epistemológico pode ser identificado no norte geográfico, por meio de conhecimentos que historicamente foram invisibilizados, e as epistemologias do norte predominam no sul geográfico. Desse modo, a denominação teórica do autor ultrapassa questões geográficas e enfoca lançar o olhar para o conhecimento que foi invisibilizado pela luta de grupos sociais em oposição e resistência ao capitalismo, colonialismo e patriarcado (Souza Santos, 2018, p. 300-301). Esses conhecimentos, por sua vez, historicamente não foram admitidos como tal por não se adequarem aos padrões eurocêntricos de epistemologia, por serem formas de conhecimento empíricas e experienciais (*ibidem*).

Essa crença limitante e preconceituosa incutiu-se por todas as áreas do conhecimento. Os estudos linguísticos têm suas bases na língua escrita, na estrutura da língua e no monolinguismo, relegando à margem culturas orais e multilíngues. Assim, a política linguística ultrapassa o campo da língua, pois também é ferramenta governamental político-econômica. Além dos estudos matemáticos, da agricultura, da engenharia e da biologia que tiveram grandes contribuições das antigas civilizações africanas aos quais não foram dados os devidos créditos e apenas foram validados após o conhecimento europeu.

Nesse contexto, a pesquisadora Cláudia Malavota (2011) discute acerca da invenção da África, ou seja, a historiografia africana produzida por concepções externas a ela, europeias ou muçulmanas (p.3). Sob esse viés, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie chama atenção para “O perigo de uma história única”, título da palestra para o TED (2009), em que relaciona a história com o poder e como

ponto de vista pelo qual uma narrativa é elaborada influencia na perspectiva e no conceito que se irá tomar sobre ela.

Nessa perspectiva, Souza Santos (2018) aponta que as Epistemologias do Sul se propõem a enfrentar as epistemologias dominantes por meio de dois pontos. O primeiro seria reconhecer e validar conhecimentos desconsiderados pelas epistemologias dominantes, ou “saberes inexistentes” produzidos por “sujeitos ausentes” (p. 302) como o autor denomina de “sociologia das ausências” (p.302). Assim, trazer à tona esses sujeitos e seus conhecimentos é um ato político (Souza Santos, 2018, p. 302). O segundo ponto, se relaciona diretamente com a presença dos sujeitos antes ausentes, pois segundo o autor, os conhecimentos antes inexistentes, são na verdade saberes, ou seja, práticas coletivas de grupos sociais (Souza Santos, 2018, p. 303).

Logo, o objetivo das Epistemologias do Sul é superar a valoração hierárquica perante as Epistemologias do Norte predominantes, reconhecendo a existência de uma “ecologia de saberes”, ou seja, o “reconhecimento da copresença de diferentes saberes e a necessidade de estudar as afinidades, divergências, complementariedades e contradições entre eles para maximizar a efetividade das lutas de resistência contra a opressão.” (Souza Santos, 2018, p. 309).

Nesse sentido, no presente capítulo apresentamos um panorama da política externa brasileira em âmbito internacional, introduzindo brevemente algumas modalidades de cooperação internacional. Nos alicerçamos nos dados do relatório COBRADI mais recente realizado no biênio 2019-2020, tendo em vista que o próximo abrangerá o período de 2021-2024 devido a mudanças metodológicas para implementação da agenda 2030³⁸, para compreender a cooperação realizada pelo Brasil, com destaque para a Cooperação educacional e olhar analítico voltado para os PALOPs, objeto de estudo da presente pesquisa.

Nesse sentido, destacamos as principais agências de fomento na educação superior e o protagonismo dos PALOPs nessas iniciativas, aproveitando para discutir ainda a Circulação Internacional de estudantes, em especial os africanos, questionando o papel do Brasil nessa relação. A seguir, considerando o panorama construído, daremos prosseguimento a compreensão teórico-metodológica a qual a presente pesquisa se filia.

³⁸ Para saber mais consultar Schleicher; Barros (2022)

4. SUPORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

4.1 Política Linguística e Planejamento Linguístico: modos de ver

Diversos autores empreenderam a tentativa de conceituar a área de políticas linguísticas, tarefa árdua tendo em vista tamanha abrangência contextual para sua definição. A maioria das definições convergem para a conceituação proposta por Calvet (2002) “Chamaremos política linguística um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social e planejamento linguístico, a implementação prática de uma política linguística, de certo modo, a passagem ao ato.” (2002, p. 133). A esta, somamos a conceituação de Severo (2013, p. 451) que aborda as políticas linguísticas e o planejamento linguístico como “dois eixos interligados”, sendo o primeiro com foco estatal-legislativo para a oficialização, representação e hierarquização das línguas e o segundo voltado para a prática das decisões pelo viés estratégico político, buscando agir sobre o comportamento dos indivíduos.

Para tanto, tendo em vista que as políticas linguísticas são base teórica fundamental da presente pesquisa, cabe discorrer no presente capítulo acerca do percurso histórico formativo e as ideias precursoras que fundaram a área e que a movimentam até os dias de hoje. De acordo com Spolsky (2016), a área da Política Linguística teve no seu início um viés instrumental, buscando resolver questões no contexto da formação de novas nações em África e Ásia, a partir do fim da colonização europeia. Naquela época, o multilinguismo era visto como um problema. Depois, com o passar do tempo, essa visão foi criticada por ser bastante etnocêntrica e foi substituída por outras, mais críticas (Spolsky, 2016).

Dessa forma, o capítulo se divide em duas partes, em que a primeira aborda o contexto histórico de formação da área de estudos e a segunda tem como foco as discussões das políticas linguísticas em uma perspectiva crítica, na qual se aborda a desinvenção e reconstituição das línguas como ponto de partida para se pensar as políticas linguísticas no sul global em contexto de descolonização linguística.

Os preceitos linguísticos estruturalistas concebiam a língua como um sistema em que se explicava a língua pela língua, ou seja, em Saussure (1916) a compreensão da língua se daria pelos elementos internos a ela. A partir da década de 60, alguns estudiosos passaram a se opor a essa perspectiva e a partir de então surgiram as discussões que fundaram a Sociolinguística, abordando a língua não mais apenas

como um meio de comunicação, mas a língua como “fato social” (Calvet, 2007, p.26), considerado os fatores anteriormente tidos como externos a ela.

Retomando a proximidade contextual em que surgiu a Sociolinguística e as Políticas Linguísticas, ambas as abordagens se debruçaram sobre “problemas” dos usos da língua em sociedade. A primeira em uma perspectiva de observar os padrões de variação e mudança na língua, assim como o prestígio e o preconceito para com as variedades, e a segunda buscando compreender como o planejamento linguístico arquitetado por uma política linguística vigente se comporta na sociedade. Sob esse viés, Silva (2013) destaca três preceitos basais que guiaram a gênese das políticas linguísticas, são eles: (1) a diversidade linguística constitui um “problema” para as nações (em desenvolvimento); (2) as línguas são passíveis de modernização; e (3) cabe ao linguista propor, com base em parâmetros científicos, soluções para os “problemas” dessas comunidades e/ou nações (Silva, 2013, p. 293). E são esses preceitos que irão orientar a compreensão da primeira parte desse capítulo.

4.1.1 Da diversidade linguística como “problema”

A área de estudo das políticas linguísticas, mais especificamente o “planejamento linguístico”, que deu início às discussões na área, surgiu no mesmo contexto de fundação da atual Sociolinguística. Calvet (2007, p. 12) discute o nascimento do conceito “*language planning*”, traduzido como planejamento linguístico, em 1959 nos trabalhos do linguista americano Einar Haugen, visando solucionar problemas linguísticos da Noruega. No decorrer dos estudos, Joshua Fishman, importante sociolinguista americano, define o planejamento linguístico como sociolinguística aplicada (Calvet, 2007, p. 13). No contexto de proximidade com a área da sociolinguística na época, o autor destaca em 1968 os pesquisadores Fishman, Ferguson e Das Gupta com a publicação da obra “*Language Problems of Developing Nations*”. Calvet (2007, p.18) ainda aponta a abordagem de temas como as relações estabelecidas entre língua e nacionalismo, o contexto linguístico das antes colônias europeias e o foco proeminente na nova configuração pós-independência, com a publicação de estudos como “*Can language be planned?*” (1971), “*Language and nationalism*” (1972) e “*Linguistique et colonialisme*” (1974).

Essa é uma perspectiva importante, pois o foco nos “problemas linguísticos” surge concomitantemente a um período em que diversas nações do continente

africano e asiático se encontravam recém independentes (Calvet, 2007; Silva, 2013). Assim, Silva (2013) aponta como se comportavam as políticas linguísticas perante a heterogeneidade presente nos países do continente africano e asiático recém independentes.

Essa diversidade de etnias e de línguas era um obstáculo a ser superado na constituição desses novos estados nacionais (KAPLAN, 1991, p. 143-144), uma vez que eles estavam sendo projetados a partir do modelo de estado-nação dominante na Europa, isto é, o estado monolíngue e monocultural. Segundo esse modelo, esses novos países somente se modernizariam a medida em que seus “problemas linguísticos” fossem superados. Assim, uma das línguas ou variantes faladas pela população deveria ser elevada à condição de língua nacional e, para que isso fosse possível, a língua/variante selecionada deveria passar por um processo de modernização. (Silva, 2013, p. 293)

Calvet (2007) traz à tona duas reflexões bastante importantes para a discussão: “como se a política linguística não dissesse respeito aos países europeus” (p.18) e “a política linguística parece ter nascido como resposta aos problemas dos “países em via de desenvolvimento” ou das “minorias” (p.19). Dessa forma, nota-se que a ideologia que cerca a colonização não se encerrou apesar das nações serem recém independentes. Seu desenvolvimento, sua prosperidade e seu avanço só seriam alcançados caso permanecessem atreladas de alguma forma ao colonizador. Pode-se analisar ainda o posicionamento de superioridade perante as antigas colônias, seja pela imposição de uma língua, seja pela assimetria criada as línguas ou pelos problemas identitários, culturais, econômicos e de desenvolvimento que, segundo Calvet (2007, p.19), não são exclusividade de países recém independentes ou em desenvolvimento. Assim, a dependência contextual para conceituação de políticas linguísticas reside para além de decisões políticas gerais, mas consideram o contexto.

A intervenção na língua como ferramenta de dominação no período colonial, era tomada como justificativa em prol do desenvolvimento das então colônias, momento em que o plurilinguismo era tido como obstáculo para tal (Silva, 2013). A justificativa de intervir na língua de um povo reforça o etnocentrismo e a violência que os territórios colonizados sofreram. Severo e Nhampoca (2022, p. 33) problematizam algumas das ideologias linguísticas que embasam a oficialização das línguas, a padronização, o privilégio da língua escrita em detrimento das práticas orais e a visão do multilinguismo como impasse, em defesa do monolinguismo. Assim, as autoras defendem:

Compreendemos que a realidade africana multilíngue deve ser vista a partir de abordagens que sejam sensíveis à complexidade local, evitando aplicar teorias e perspectivas monolíngues para definir o

multilinguismo, como se o multilinguismo compreendesse um somatório de monolinguismos. (Severo; Nhampoca, 2022, p. 33 -34)

Pode-se compreender que a manipulação e planejamento linguístico eram fatos aceitos para intervir na língua buscando promover sua modernização, pois segundo essa linha de pensamento, como foi visto, sua heterogeneidade atrapalharia seu desenvolvimento e gestão após a descolonização. Logo, os estudiosos da área na época apontam para uma intervenção dada como científica na língua, baseada em conceitos éticos e neutros naturais de áreas científicas de estudo. (Silva, 2013, p. 296-297). Silva (2013), contudo, aponta algumas críticas iniciais a essa perspectiva, colocando em dúvida a real cientificidade por trás da ação consciente de intervenção em uma língua imbricada de fatores ideológicos, sociais e políticos (p. 297). Observa-se, assim, a perspectiva de tentar impor a união de países em comunhão a partir de uma mesma língua, como no exemplo da *lusofonia* abordado previamente nos capítulos 1 e 2 deste trabalho. Logo, o autor sintetiza:

Ao assumir que a diversidade linguística constitui um “problema” para o desenvolvimento das comunidades humanas, a Política Linguística estaria legitimando, cientificamente, a ideologia do monolinguismo. Os críticos argumentavam que a diversidade linguística não pode e não deve ser definida como um “problema” na medida em que as comunidades minoritárias devem ter o direito de utilizar e cultivar suas línguas maternas sem sofrer nenhum tipo de constrangimento. (Silva, 2013, p. 297).

Surge, portanto, a perspectiva de outros linguistas durante os anos iniciais da década de 80, como Richard Ruíz (1988) ao analisar o contexto norte-americano, para o qual o pesquisador deveria deixar claro as linhas guias de seu processo de intervenção (Silva, 2013, p. 299). Nesse sentido, apresenta modos de ver a língua, são eles: *língua como problema*, *língua como direito* e *língua como recurso*. Silva (2013, p. 300) as caracteriza, enquanto a primeira segue a mesma linha de pensamento dominante nos anos iniciais dos estudos de política linguística, ou seja, concebe a heterogeneidade linguística como obstáculo ao desenvolvimento, a segunda reconhece os aspectos sociais, identitários e étnico de uma língua em uma comunidade, ultrapassando sua função apenas comunicativa. A fusão dessas duas orientações constitui a terceira para a qual o autor aponta que “O ponto central da proposta de Ruíz relaciona-se à ideia de que a diversidade linguística constitui um recurso a ser explorado social, política e economicamente pela sociedade.” (Silva, 2013, p. 300). Considerando a ideia de língua como recurso, Tollefson discorre acerca

de dois alicerces da pesquisa de políticas linguísticas, a abordagem neoclássica e a histórico-estrutural, as quais Silva (2013) sintetiza:

Historicamente, as pesquisas de orientação neoclássica pressupõem que a linguagem é um recurso como outro qualquer, ideia da qual decorre o pressuposto de que os indivíduos decidem se aprenderão ou não uma língua a partir de uma análise do tipo custo/benefício. Na concepção histórico-estrutural, diferentemente, assume-se que a linguagem é um recurso com características distintas, uma vez que ela assume feições e funções específicas a partir das relações sociais nas quais está implicada. (Silva, 2013, p. 306)

Nesse sentido, a conceituação de Políticas Linguísticas se volta para a noção de que há a interferência de forma consciente na língua. Assim, Silva (2013, p. 307) aponta que a partir de críticas a ideia de que um agente efetua tal interferência, surgem perspectivas teóricas que consideram a separação entre um planejamento linguístico centralizado e descentralizado, proposto por Tollefson (1981), conceitos que distinguem a política e o planejamento linguístico planejados e não planejados, segundo Baudauf Jr. (1994), introduzindo um aspecto “involuntário” para as políticas linguísticas, contudo o foco se manteve nos planejados.

Nesse contexto, o autor traz à tona a proposta de Schiffman (1996) que distingue uma política linguística explícita e formal de uma implícita e informal. Na qual, a primeira se refere à legislação proposta por órgãos oficiais e a última às manifestações da comunidade linguística, ou seja, segundo essa perspectiva mesmo quando não há políticas linguísticas claras em uma comunidade, não quer dizer que ela não as tenha em ação. Logo, Silva (2013) apresenta a contribuição de Schiffman para a discussão.

A proposta de Schiffman representa um avanço significativo na discussão acerca do funcionamento da política linguística uma vez que desloca o foco da análise das decisões de um indivíduo consciente (Abordagem Neoclássica) ou crítico (Abordagem Histórico-Estrutural) para a cultura linguística, entendida como fenômeno inscrito na história. Ao enfatizar o papel das representações linguísticas na tomada de decisão relativamente às línguas, Schiffman transfere o foco das investigações para as práticas cotidianas e para o imaginário social. (Silva, 2013, p. 310)

Dessa forma, observando o movimento de ampliação do campo das políticas linguísticas, Silva (2013) apresenta as perspectivas de Spolsky (2004) e Shohamy. Em consonância com Schiffman, para Spolsky (2004) as políticas linguísticas de uma comunidade devem ser observadas mais pelas ações e práticas sociais do que na legislação oficial vigente. Rompendo com a hierarquização entre política linguística e planejamento linguístico, o autor aponta três aspectos que se inter-relacionam, são

eles: as representações ideológicas acerca de uma língua; as práticas reais de uma língua na sociedade, em detrimento da legislação oficial e o gerenciamento que se refere à intervenção na língua (Silva, 2013, p. 312).

Nesse mesmo viés, o autor assevera que para Shohamy as políticas linguísticas oficiais, principalmente as que se referem ao multilinguismo, por vezes não representam o que de fato está presente na sociedade, logo seria necessário partir para a análise além da legislação oficial, mas às práticas linguísticas. Assim, a perspectiva desses autores aponta a política linguística como a ligação entre as representações ideológicas e as práticas linguísticas de uma comunidade. (Silva, 2013, p. 314)

O conceito de planejamento linguístico é caracterizado por Severo (2013, p. 454) como não uniforme e não homogêneo. E essa diversidade e heterogeneidade se subdivide em níveis de planejamento linguístico. A autora descreve as práticas de *planejamento de corpus*, *planejamento de status*, *planejamento de formas de aquisição*, *planejamento de usos*, *planejamento de prestígio* e ainda *planejamento discursivo*. O *planejamento de corpus* e o *planejamento de status* foram introduzidos por Kloss (1967) em que o primeiro corresponde a codificação, gramaticalização e sistematização da língua, já o segundo se alicerça na legislação para legitimação. O *planejamento de formas de aquisição* foi introduzido por Cooper (1989) e segundo Severo (2013, p. 454) diz respeito as políticas de ensino e aprendizagem. O *planejamento de uso*, por sua vez, se detém em investigar as políticas de difusão e uso linguístico e o *planejamento de prestígio* em avaliar esse uso. Por fim, o *planejamento discursivo*, proposto por Bianco (2004) aborda as ideologias institucionais que cercam o uso da língua (Severo, 2013, p. 455).

Considerando os níveis de planejamento linguístico elencados, cabe ressaltar de que forma eles são aplicados à realidade, ou seja, como, de fato, se intervêm na língua. Calvet (2007) apresenta os instrumentos de planejamento linguístico e discorre acerca do **equipamento das línguas**, o **ambiente linguístico** e as **leis linguísticas**.

O **equipamento das línguas** reúne os elementos fundamentais para que determinada língua cumpra determinada função. O primeiro equipamento é a escrita, resultado da descrição fonológica, transcrição e escolha do tipo de escrita (alfabética ou não-alfabética) permeada pela clara função que essa língua deseja desempenhar. O segundo é o léxico, por meio do qual a língua será equipada para cumprir sua função. O terceiro equipamento elencado por Calvet (2007) é a padronização, apesar

da promoção de uma determinada língua para uma função, tem-se de se considerar que pode haver o que o linguista francês chama de dialeção, ou seja, o uso de fonologia, vocabulário e sintaxe divergente do padrão.

Da mudança que os instrumentos de planejamento linguístico podem acarretar Calvet (2007, p. 68) detalha que essa pode ocorrer por meio da gestão *in vivo* ou *in vitro*. O autor distingue-as pontuando que na gestão *in vivo* os “problemas linguísticos” são solucionados de forma prática, pelo próprio uso dos falantes, alheios a normas legislativas. Já a gestão *in vitro* requer uma análise, descrição, levantamento de hipóteses, ou seja, todo um trabalho científico para então propor a solução dos problemas linguísticos a par de seus prós e contras, para uma autoridade que delibera sobre sua aplicação.

O **ambiente linguístico** como instrumento de planejamento linguístico se relaciona com a “presença ou ausência das línguas sob a forma oral ou escrita na vida cotidiana” (Calvet, 2007, p. 72), ou seja, no ambiente linguístico. Assim, a distância entre a língua escolhida para determinar função importante e a presença real dessa língua no cotidiano é crucial para o peso dessa e o êxito do planejamento linguístico.

As **leis linguísticas**, por sua vez, são ferramentas essenciais para a gestão *in vitro*, pois necessitam delas para serem difundidas aos seus falantes, logo são indispensáveis para o planejamento linguístico. Calvet (2007, p. 75) distingue as leis linguísticas entre três concepções, são elas, as leis que dizem respeito a forma da língua como sua grafia; as leis que indicam qual língua deve ser usada em determinada situação e na vida pública, por exemplo, o estabelecimento de uma língua nacional para um país e; as leis que corroboram para a defesa das línguas, seja para promoção ou proteção. O autor destaca ainda que a política linguística só começa, de fato, a partir da nomeação da língua, citando o caso dos crioulos, forma de abordar genericamente línguas minorizadas, mas que com a renomeação reforça-se o caráter identitário e simbólico delas (p.80). Outro efeito que decorre das leis no âmbito linguístico é a nomeação das funções, como língua nacional, oficial, regional e entre outros. (Calvet, 2007)

Essa perspectiva de nomeação das leis linguísticas intervém nos princípios de territorialidade e de personalidade, em que o primeiro a língua é determinada pelo território, respeitando-se as delimitações geográficas, já o último a língua não é delimitada pelas fronteiras, desde que o falante pertença a um grupo linguístico reconhecido, seu direito de uso é respeitado (Calvet, 2007, p. 82). Recai-se, então, na

questão do direito à língua que possui duas faces, uma voltada para a proteção de minorias linguísticas e o seu direito ao uso e outra voltada para a privação de dignidade do cidadão, pois esse tem o direito à língua do Estado (Calvet, 2007, p. 85).

Nesse sentido, Calvet (2007) conclui:

A política tem sido definida como a arte do possível. Aplicada à política linguística, essa proposição evidencia o papel fundamental do linguista. É ele que pode indicar o que é tecnicamente possível fazer e o que será psicologicamente aceitável pelos falantes. Toda a arte da política e do planejamento linguísticos está nessa complementaridade necessária entre os cientistas e os decisores, nesse equilíbrio instável entre as técnicas de intervenção e as escolhas da sociedade. (Calvet, 2007, p. 86)

Calvet (2007) destaca alguns pesquisadores que buscaram métodos científicos a serem aplicados para compreender o plurilinguismo, são eles: Ferguson e Stewart; Fasold e Chaudenson. O autor destaca o pioneirismo de Charles Ferguson no estudo sobre diglossia (1959), ou seja, a coexistência de duas variedades da mesma língua, distinguindo-as entre variedade alta e variedade baixa. Assim, segundo Calvet (2007), p. 40) o autor tinha como objetivo equacionar o contexto plurilíngues nos países em que se apresentam, passos seguidos também por Stewart (1962) na tentativa de equacionar as línguas. Fasold (1984), alicerçado em Ferguson e Stewart, introduz algumas questões a teoria. Segundo Calvet (2007, p. 46), na perspectiva do autor a língua possui atributos e funções, mas essas funções são mais ou menos previsíveis e a língua precisa ter certos atributos para cumprir funções específicas. Por exemplo, para cumprir a função de língua oficial é preciso possuir os atributos de padronização e utilização correta por um determinado número de cidadãos. (Calvet, 2007, p. 46)

Chaudenson, por sua vez, de acordo com Calvet (2007, p. 49) empreende na década de 1990 a pesquisa em analisar os países por meio das funções ou status e uso ou corpus de determinada língua, no caso do autor, o francês. Assim, o linguista francês estruturou um instrumento que compara o grau de uso, o grau de reconhecimento e o grau de funcionalidade de uma língua em um país. Retomando o intuito de fazer conhecer os fundamentos das políticas linguísticas e suas constituições históricas e epistemológicas analisa-se os conhecimentos a sua época, Calvet (2007, p. 59), contudo, já reconhecia que as propostas dos autores compreendem os fatores sincrônicos proporcionando uma visão estática de fatores que estão em constante mudança, mas a discussão empreendida por eles já demarca uma nova forma de ver a língua.

4.2 Políticas linguísticas críticas: uma visão desde o Sul Global

A segunda parte desse capítulo considera a importância do conceito de língua para a discussão e discorre sobre como ele foi consolidado na sociedade e as perspectivas que emergem a partir de um ponto de vista crítico dos estudos da linguagem. Assim, nos centraremos nas Políticas Linguísticas Críticas visando problematizar o conceito de língua difundido.

4.2.1 Da língua como “invenção”

Ainda no enredo da língua como problema discutido anteriormente, Makoni e Meinhof (2006) objetivam desconstruir a noção de língua tal como foi concebida na Europa na virada do séc. XIX para o séc. XX. Abordando o contexto multilíngue africano, os autores concebem a língua como construção social e analisam a repercussão na forma como se compreende a língua a partir disso. Makoni e Meinhof (2006, p. 193) com base em Irvine & Gal (2000), destacam três aspectos que subjazem essa construção social, são eles: a iconização, a recursividade fractal e o apagamento. Nessas linhas os autores detalham, a iconização se refere a atribuição de um traço linguístico para representar um grupo social, ou seja, um ícone daquele povo. A recursividade fractal cria uma espécie de oposição ou contraste visando fornecer recursos discursivos para cristalização identitária de uma comunidade. O apagamento, por fim, tem como objetivo encobrir ideias que se contrapõem a percepção dominante (Makoni; Meinhof, 2006, p. 193). Makoni e Meinhof (2006, p. 194) adicionam aos processos elencados por Irvine e Gal (2000) o letramento para textos escritos, principalmente de documento oficiais, pois teve impacto na emergência de línguas africanas e na visão que os africanos tinham dessa em comparação com o inglês e o francês, principalmente. Os autores explicitam a relação da visão de língua e sua relação com o letramento e colonialismo:

Quando argumentamos que o encontro colonial facilitou a “emergência” ou o “surgimento” de línguas na África, não estamos dizendo que antes do colonialismo e do letramento não houvesse nenhuma oralidade na África ou que houvesse menos “fala” antes do colonialismo, mas que o “retalhamento” dessas formas orais em línguas e alguns de nossos modos atuais de pensar a língua na África são um produto do letramento e do colonialismo. (Makoni; Meinhof, 2006, p. 194-195).

Assim, partindo da concepção de mudança na forma de pensar a língua, pode-se considerar que essa foi uma invenção resultante do letramento e do colonialismo em todas as suas características. E é exatamente sobre esse ponto que Makoni e Pennycook (2015) se debruçam: a concepção da língua como invenção e propostas para o processo de desinvenção e desconstrução das línguas. Os autores estabelecem três premissas basilares para a discussão, a) a invenção da língua, que fez parte de um “projeto colonial cristão”; b) o surgimento de uma ideologia que engloba a concepção de língua a partir de uma perspectiva nominal como categorias separáveis e numeráveis, c) por fim, de um ponto de vista macro, a língua como invenção resulta na visão sobre a concepção de língua, as políticas linguísticas implementadas e até mesmo na educação (Op. Cit. p.11). Daí decorre a proposta de desinvenção, ou seja, de desconstruir tudo que até então embasou o que se entende por língua e sua influência nos vários aspectos do mundo contemporâneo, a fim de pensar em alternativas para a concepção do termo. (Makoni; Pennycook, 2015, p. 11)

Com base em importantes linguistas da área, os autores explicam a compreensão de invenção a partir da aproximação com os conceitos de “atitude de descoberta” de Blommaert (1999), “ter estado lá” de Said (1985), “narração da ação” de Homi Bhabha (1994) e “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (1983). Tais conceituações comungam no ponto de considerar a África a partir de um ponto de vista vazio, ou seja, um continente que apenas a partir da colonização passa a ter categorias, nomeação, identificação, etc. somado ao fato de que as vozes de autoridade para construção dessa identidade eram externas e assim descritas, conhecidas, imaginadas e narradas, excluindo-se os agentes endógenos.

Nesse sentido, a opção pelo termo “invenção” reside na possibilidade de intervenção, de se pensar possibilidades, alternativas e compreender o quanto a historicidade do termo impactou seu entendimento (Makoni; Pennycook, 2015, p. 15) como os linguistas defendem:

A ideologia da invenção opera como uma crítica da imposição linguística ou do imperialismo linguístico, não no sentido de que línguas dominantes são impostas a grupos minoritários, mas no sentido de que a imposição reside nas maneiras como as formas linguísticas são constituídas/construídas como línguas, e na maneira como definições particulares daquilo que conta como língua são construídas e impostas. entendimento (Makoni; Pennycook, 2015, p. 15-16)

Essa reflexão é essencial para a compreensão de que a base da discussão molda o que será discutido sobre ela. Partindo da concepção atualmente difundida de

língua, não se pode chegar em conclusões novas e que a desinventem, ao contrário, reforça-se e difunde-se o que problematiza (Makoni; Pennycook, 2015, p. 22). Há de se voltar para a gênese do termo buscando alternativas para os direitos linguísticos, as políticas linguísticas, a educação e o ensino de línguas com um olhar crítico e questionador, caso contrário, a reprodução da ideologia dominante resgata um “problema” colonial e o concebe a partir de parâmetros que ainda não passaram pela desinvenção, por esse caminho, “o multilinguismo, portanto, simplesmente se torna uma pluralização de monolinguismos” (Makoni; Pennycook, 2015, p. 24).

4.2.2 Da desinvenção

Munidos da concepção de língua como invenção, cabe discorrer acerca do processo de desconstrução do que se concebe como língua, adiantando que é intrinsecamente constituído de uma visão eurocêntrica. Makoni (2018), no contexto africano, parte do princípio que a desinvenção vem para “facilitar formas alternativas de abordagem e conceituação das línguas africanas, dispensando completamente a noção existente e reforçando um contexto sociolinguístico epistemológico africano e livre.” (p. 382). Para tanto, partindo do contexto das línguas africanas, o autor elenca cinco pressupostos por meio dos quais é possível pensar em alternativas, ou seja, desinventar, a saber: a diversidade linguística como enumerabilidade; o jogo de nomeação; a conceituação das línguas africanas; a construção da indigeneidade e os dicionários como discurso e como uma teoria das línguas africanas.

Embora tenha como foco as línguas africanas, o autor ressalta a possibilidade de identificação para com os contextos pós-coloniais, de línguas minoritárias e ainda a importância para as discussões pertinentes ao Sul Global. Sob esse viés, aborda a África enquanto continente e majoritariamente a relação das línguas africanas com o inglês e o francês. Contudo, apesar de não abranger especificamente o contexto dos países africanos de língua oficial portuguesa, é possível retirar contribuições importantes para se compreender a linguística africana a qual ele discute.

O primeiro ponto elencado por Makoni (2018, p. 383) é a diversidade linguística como enumerabilidade. Sabe-se que o continente africano é multilígue e multicultural, assim, para o autor a questão de quantificar e enumerar essas línguas exerce influência sob diversas áreas como o planejamento linguístico e a educação, mas mais do que isso, “a modalidade enumerativa é baseada na crença de que as línguas em

geral, mas particularmente as formas africanas de fala, podem ser contidas e controladas.” (Makoni, 2018, p. 384)

O segundo ponto elencado pelo linguista africano é o jogo de nomeação e analisa o impacto linguístico e identitário da nomeação de línguas. O autor parte da concepção de que a nomenclatura, a catalogação e a classificação fazem parte de aparatos coloniais. Sendo assim, não deixava de ser uma forma de controle, tendo em vista que essa nomeação era passível de incongruências entre os linguistas e os falantes (Makoni, 2018, p. 386). Nesse sentido, Makoni (2018, 387) assevera a importância de validar a perspectiva de quem fala as línguas, partindo da realidade, de um ponto de vista decolonial. O estudo analítico das línguas excluía ainda o que o autor chama de “línguas mistas”, ou seja, as línguas de contato, línguas veiculares e os crioulos exatamente pelo fato de serem utilizadas no entremeio de contato, não sendo descritas e, logo, não sendo nomeadas (Makoni, 2018, p. 389).

O terceiro ponto levantado pelo autor é a conceituação das línguas africanas. Makoni (2018, p. 391) descreve as práticas linguísticas africanas como uma “construção de redes multilíngues” e que, para tal, o conceito de língua deve ser revisto a partir do prisma ideológico e constitutivo que o alicerça, como já foi discutido anteriormente. Para sustentar essa teoria, o autor traz a perspectiva de Stroud (2000) com o conceito de “cidadania linguística”, também abordado por Severo e Nhampoca (2022, p. 32) que defendem o termo pelo aumento da abrangência do multilinguismo africano trazendo perspectivas dinâmicas e fluídas, em detrimento de estáticas e fixas, desfavorecendo assim as perspectivas estruturalistas dominantes na língua e possibilitando formas de repensar as línguas africanas. Assim, o autor explica como a concepção pode influenciar nas políticas linguísticas.

Se a nossa imaginação da sociolinguística africana é organizada em torno de línguas discretas, contáveis, unitárias, acabamos evocando uma imagem distorcida da diversidade linguística africana (BRETON, 2003, p. 204), que pode nos levar a formular políticas linguísticas impróprias (Makoni; Silveira, 2018, p. 392).

Ao discutir sobre a construção da Indigeneidade, Makoni (2018) pontua novamente a percepção de como o termo foi constituído, ou seja, tal como o conceito de língua, a indigeneidade foi concebida como tal ao se deparar com a perspectiva do colonizador. O autor ressalta, contudo, que a invenção do que se concebe como as “línguas indígenas” ultrapassou o período colonial, posto que é um traço importante de como se narra e se imagina a sociolinguística africana (Makoni, 2018, p. 393).

Nesse sentido, Makoni (2018) destaca três caminhos que podem ser seguidos pelo planejamento linguístico de países africanos após a independência, são eles: 1. optar por uma língua colonial; 2. optar por uma língua ex-colonial; 3. optar por uma combinação de línguas indígenas e ex-coloniais. (p. 393).

O autor discute o inglês como língua colonial frente às línguas africanas e trazendo para o contexto da pesquisa, podemos considerar a oficialização do português, contudo esse não é o ponto em discussão. As “línguas indígenas” tiveram origem no período colonial, ao se depararem com a língua do colonizador, ou seja, foram “inventadas” nesse contexto e nomeadas como tal a partir de então. Assim, a própria concepção de “línguas indígenas” é colonial como Makoni (2018, p. 394) esclarece.

Isso porque as chamadas línguas indígenas são elas próprias invenções coloniais. O conceito de línguas indígenas é uma resposta pós-colonial a variedades de línguas emergentes como consequência do envolvimento da África com o colonialismo. As línguas indígenas são, portanto, um prisma pós-colonial através do qual a África pré-colonial é imaginada. (Makoni, 2018, p. 394)

O quinto e último ponto abordado pelo autor e o que mais se distancia do contexto abordado na pesquisa é os Dicionários como Discurso e como uma Teoria das línguas africanas. Makoni (2018) pontua uma discrepância entre o dicionário e o discurso, tendo em vista que o primeiro é a organização de vocábulos em uma lista, em língua escrita e com existência física e material, já o segundo é contemplado pela linguagem, pela comunicação. Contudo, a relação entre eles se aproxima quando o autor explica que foi por meio do dicionário que os africanos internalizaram a epistemologia europeia durante o período colonial (Makoni, 2018, p. 401). Assim, o processo incluía a assimilação de termos europeus para serem traduzidos para as línguas indígenas, buscando uma equivalência de significação, dessa forma, Makoni (2018, p. 403) alerta que “as imagens coloniais estão secretamente inscritas nas chamadas línguas indígenas”, retomando o quarto ponto explicitado pelo autor. Pode-se concluir que por meio dos dicionários implementados no período colonial foi constituída além da percepção de mundo dos falantes de “línguas indígenas”, mas a concepção desses sobre eles mesmos, permeada da epistemologia europeia e europeizante.

Nesse contexto, a desinvenção e a reconstituição das línguas recai exatamente na perspectiva de questionar os pilares de constituição dos termos, como vimos com o conceito de língua, de línguas indígenas e trazendo para a contemporaneidade o

conceito de educação e o que ele engloba, para então refletir sobre políticas linguísticas alinhadas à realidade da comunidade de falantes. Traço importantíssimo e incluído pela desinvenção, pois as políticas para a língua não são obrigatoriamente favoráveis às línguas africanas ou à língua do colonizador, mas questionando-se os termos e compreendendo a realidade sócio-histórico formativa de um povo, compreende-se o que se alinharia às perspectivas desse. Como aborda Makoni (2018):

Se os africanos estão mudando de línguas indígenas para vernáculos urbanos, é uma contradição argumentar que a promoção das línguas indígenas facilita a retenção de práticas culturais africanas. Um projeto de desinvenção tem que abordar os fatores que facilitam essa mudança para vernáculos urbanos e explorar as implicações da mudança em projetos de planejamentos linguísticos. (Makoni, 2018, p. 408)

Logo, o planejamento linguístico e a política linguística devem caminhar em prol da desinvenção no sentido de conhecer e considerar a realidade e o contexto de um povo, em detrimento de defender a consolidação de um monolinguismo de herança colonial ou um multilinguismo cultural *per si*. Portanto, a grande contribuição da desinvenção para as políticas linguísticas e para a sociolinguística reside em pensar e repensar alternativas levando-se em consideração a complexidade da comunidade multilíngue de falantes.

4.3 Políticas Linguísticas Críticas e Análise Dialógica do Discurso: caminhos possíveis para uma análise

É no ato-evento do fazer a pesquisa que se desenha o contorno do diálogo.
(Rohling, 2014, p. 59)

A metodologia da pesquisa científica é um importante pilar para seu bom desenvolvimento e para que os objetivos propostos sejam atingidos, assim como, para que as questões norteadoras levantadas sejam respondidas. A metodologia em si abrange diversas formas de pesquisa, como a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental e a pesquisa de campo, apenas para citar alguns exemplos que estão à disposição do pesquisador para aplicar a que mais se ajuste aos seus objetivos científicos. Assim, nos capítulos anteriores foi possível apresentar histórica e teoricamente os fundamentos que embasam a presente pesquisa, para a partir de então alinharmos a uma perspectiva prática das discussões empreendidas

Gerir uma pesquisa requer método, portanto no presente capítulo abordaremos a natureza da presente pesquisa, os parâmetros de seleção dos objetos de pesquisa e as ferramentas teórico-metodológicas aplicadas. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, de cunho documental e bibliográfico. Ambas têm aproximações metodológicas; o que as diferencia é a fonte da pesquisa, podendo ser segmentada em fontes primárias e fontes secundárias, como as distingue Gil (2002, p. 45):

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Marconi e Lakatos (2017) consideram fontes primárias documentos escritos ou não. Desse modo, a presente pesquisa se centra nos documentos escritos oficiais e jurídicos, aos quais as autoras discriminam enquanto tipos de documentos da pesquisa documental.

- a) Documentos oficiais constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dado. Podem dizer respeito a atos individuais, ou a atos da vida política, de alcance municipal, estadual ou nacional.
- c) Documentos jurídicos constituem uma fonte rica de informes do ponto de vista sociológico, mostrando como uma sociedade regula o comportamento de seus membros e de que forma se apresentam os problemas sociais. (Marconi; Lakatos, 2017, p. 195)

Assim, a pesquisa em documentos escritos possibilita uma visão e análise próprias do pesquisador, inserido contextualmente e alicerçado em bases teóricas consolidadas. Por isso, então, a importância de se aliar à pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Gil (2002, p. 44) essa tem como base materiais que já se ocuparam do assunto tratado ou do problema de pesquisa levantado, como artigos e livros. O objetivo é proporcionar um novo olhar a partir do que já foi abordado e discutido sobre a temática, nesse sentido Gil (2002, p. 45) destaca:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. [...] A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.

Portando, até o presente momento a pesquisa desenvolvida abordou alicerces teóricos fundamentadores e fatos históricos imprescindíveis para compreender a análise que se segue, logo se comportando como uma pesquisa bibliográfica. Contudo, considerando a linha tênue e a complementariedade entre essa e a pesquisa

documental, ressalta-se a importância metodológica para definir os parâmetros de análise a serem desenvolvidos em documentos oficiais apresentados no decorrer do capítulo

A gênese investigativa da qual emerge a presente pesquisa está intimamente relacionada à trajetória acadêmica individual percorrida, quando mesmo sem saber já vivenciava o que hoje se discute na área de políticas linguísticas. Ainda na graduação em licenciatura em Letras, língua portuguesa, pelo Instituto Federal do Pará, pude realizar mobilidade acadêmica internacional no Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, no qual cursei alguns componentes curriculares do curso de Relações Lusófonas e Língua Portuguesa, voltado para o ingresso profissional em: Organizações nacionais e internacionais de promoção e difusão da língua e das culturas lusófonas; Organizações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); Centros Culturais; Exercício de profissões liberais nos países da CPLP (IPB, 2024)³⁹. Nesse contexto, o contato multicultural em âmbito acadêmico era fortalecido, de modo que em uma mesma sala de aula conviviam estudantes portugueses, brasileiros, africanos e chineses, ou seja, uma verdadeira imersão no mosaico dos países que possuem a língua portuguesa como língua oficial.

Os relatos de experiência e os conhecimentos compartilhados possibilitaram compreender a vasta diversidade linguística e cultural existentes entre essa Comunidade, chamando atenção para a riqueza que a constitui. Além disso, foi possível perceber outra perspectiva das teorias e abordagens acerca da concepção e história da língua portuguesa perante as concepções difundidas pelo ensino superior brasileiro. Um dos pontos de destaque condiz com a concepção de Faraco (2016) de que a *lusofonia* é amplamente discutida por Portugal, prova disso é a existência de um curso voltado para a formação de profissionais para intermediar as relações lusófonas, e ainda incipiente no Brasil, a qual tive pouco contato durante minha formação no Brasil. Dessa experiência internacional desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso, no âmbito da Sociolinguística, visando investigar as variedades lexicais de termos no português brasileiro, europeu e dos PALOPs, envolto, contudo, em uma visão bastante eurocêntrica e pouco crítica sobre o tema.

³⁹ Para mais informações do curso acesse:

[https://portal3.ipb.pt/index.php/pt/guiaects/cursos/licenciaturas/curso?cod_escola=3042&cod_curso=9992#:~:text=ocupacional%20dos%20diplomados-,O%20grau%20de%20licenciado%20em%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Lus%C3%B3fonas%20e%20L%C3%ADngua%20Portuguesa,de%20L%C3%ADngua%20Portuguesa%20\(CPLP\)%3B](https://portal3.ipb.pt/index.php/pt/guiaects/cursos/licenciaturas/curso?cod_escola=3042&cod_curso=9992#:~:text=ocupacional%20dos%20diplomados-,O%20grau%20de%20licenciado%20em%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Lus%C3%B3fonas%20e%20L%C3%ADngua%20Portuguesa,de%20L%C3%ADngua%20Portuguesa%20(CPLP)%3B)

Dessa forma, o ingresso na pós-graduação *strictu sensu* sob orientação da Profa. Dra. Letícia Cao Ponso foi de imenso crescimento e aprendizado a partir das Políticas Linguísticas Críticas. O contato com os eventos e publicações do Grupo de Pesquisa em Políticas Linguísticas e Direitos Linguísticos (PoLiTiCas) da UFSC foi indispensável para aprofundar os conhecimentos e nortear a pesquisa a partir de um viés crítico e decolonial, possibilitando ainda compartilhar minha pesquisa nos eventos promovidos pelo grupo. Soma-se a isso a participação na disciplina de Políticas Linguísticas Educacionais na UFSC, ministrada de forma remota pela Profa. Dra. Cristine Severo, referência na área, na qual foi possível conhecer um panorama dos principais assuntos discutidos e problematizados como a visão de língua a partir da colonização do Sul Global, as minorias linguísticas e línguas periféricas em contato com as línguas hegemônicas coloniais.

Assim como a base dos conhecimentos em políticas linguísticas foi construída no decorrer de minha formação enquanto pesquisadora, a escolha da proposta de interface com ADD também se deu em decorrência dos componentes curriculares cumpridos durante o mestrado, que possibilitaram enxergar o objeto de pesquisa de outra forma. Inicialmente, seria construída uma análise documental de agências cooperativas da *lusofonia*, contudo ao se abordarem as políticas e a língua adentramos em um âmbito social, que vai além do que está disposto nos documentos. Logo, o estudo da ADD possibilitou enxergar os gêneros discursivos, ou seja, os documentos normativos oficiais, enquanto enunciados interrelacionados produzidos por um discurso hegemônico. Essa perspectiva emergiu no decorrer das disciplinas, possibilitando ler os objetos de pesquisa, nesse caso, os documentos oficiais, de forma mais aprofundada e completa, logo assim como auxiliou de forma pessoal na compreensão do que estava inserido no discurso difundido por eles e na função que esses cumpriam na sociedade, decidimos investir na proposta de levar essa perspectiva para a comunidade acadêmica e, por que não, como uma alternativa de análise para as políticas linguísticas.

Tendo em vista não ultrapassar a linha tênue entre uma pesquisa de políticas linguísticas e uma pesquisa em ADD, foram selecionados conceitos dessa última que pudessem auxiliar a concretização da primeira. Logo, mobilizamos o conceito de *gêneros discursivos*, padronizando o mesmo gênero para todas as agências a serem analisadas, visando o compromisso com a uniformidade do corpus da pesquisa; *cronotopo*, objetivando compreender o espaço e o tempo que a criação das agências

estavam inseridas e em que ponto isso resulta no discurso difundido por ela; e *exotopia*, voltada para a perspectiva do pesquisador, visando analisar o todo a partir do tempo e espaço em que se insere e, nesse caso, à luz das Políticas Linguísticas Críticas. Dessa forma, busca-se com essa interface que a pesquisa em si se concretize a partir de um diálogo seja entre componentes curriculares, percursos formativos ou áreas de conhecimento e discursos hegemônicos objetivando suscitar um viés analítico crítico, fortalecendo as epistemologias do Sul visando reconhecer, valorizar e difundir a perspectiva crítica e decolonial.

Os documentos e as instituições selecionadas para análise estão inseridos em um cenário geopolítico do português como língua transnacional. Portanto, analisá-las sem levar em consideração essa importante parte constituinte certamente resultaria em considerações abstratas, demasiadamente teóricas e desconexas da sociedade que a circunda, a qual está tão intrinsecamente interligada que é difícil distingui-las. O linguista brasileiro Gilvan Oliveira em entrevista à Revista Virtual de Estudos da Linguagem (Revel) defende que as “Políticas linguísticas são uma faceta das políticas públicas dos países, das organizações internacionais, das corporações e instituições, e nesse sentido são um fazer permanente do homem, sempre adaptadas à sua época, aos interesses geopolíticos, econômicos e culturais em jogo numa determinada fase histórica.” (Oliveira, 2016, p. 395).

Nesse sentido seria incongruente vislumbrar uma pesquisa em políticas linguísticas críticas, ainda que de cunho documental, que se encerrasse no texto ou ainda nos documentos, tendo em vista que a língua e a sociedade são categorias que se interrelacionam, ou ainda, de acordo com a política linguística, ao modo como a sociedade se comporta para com uma língua. Nesse sentido, a presente pesquisa propõe uma interface teórico-metodológica com a Análise Dialógica do Discurso (ADD), fundada pelos estudos do chamado Círculo de Bakhtin.

Uma breve pesquisa ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, para averiguar a presença dessa interface nos trabalhos acadêmicos a nível de pós-graduação *stricto sensu*, permite visualizar quantitativamente a inovação da proposta transdisciplinar. Sob busca aos termos “Políticas Linguísticas e Análise Dialógica do Discurso” o repositório apresentou como resultado um total de 142 correspondências. Dessas, 77 se referiam ao Mestrado, 62 ao Doutorado e 3 ao Mestrado Profissional,

com franca expansão representativa nos anos de 2019 e 2020, ou seja, uma proposta incipiente na atualidade para a área de Linguística, Letras e Artes⁴⁰.

Refinando para “Políticas Linguísticas Críticas e Análise Dialógica do Discurso” os números são ainda mais diminutos, resultando em 48 correspondências. Dentre elas, 25 correspondentes ao Doutorado, 22 ao Mestrado e 1 ao Mestrado Profissional, também com o maior número de produções referentes aos anos de 2019 e 2020 na grande área de Linguística, Letras e Artes⁴¹.

Nesse sentido, acreditamos que a união de áreas de estudos linguísticos pode oferecer uma visão alargada e rica dos objetos de pesquisa, possibilitando assim uma construção de conhecimento que abrange um olhar diferenciado para o que já está consolidado e o que já foi discutido sobre diversas temáticas. Assim, no mundo contemporâneo, buscar meios de apreender a realidade a partir de diferentes perspectivas, e por que não por meio da união delas, é extremamente enriquecedor e benéfico para a pesquisa acadêmica brasileira.

Assim, para compreender a realização da análise por meio da ADD, cabe destacar alguns pontos da teoria do Círculo de Bakhtin que serão relevantes para compreender o discurso situado no tempo e no espaço difundido pelas instituições selecionadas no contexto de cooperação da *Iusofonia*. Tendo em vista o melhor aproveitamento da interface sugerida apresentaremos a contextualização temática, levantamento dos principais conceitos mobilizados para a análise e abordaremos o diálogo como metodologia de análise dos gêneros discursivos sob à luz de importantes referências da área como Bakhtin (1997), Brait (2006, 2018), Amorin (2012), Machado (2021) e Fiorin (2022).

Mikhail Bakhtin foi um importante filósofo russo reconhecido pelos estudos desenvolvidos pelo que hoje se admite como o Círculo de Bakhtin, protagonizado pelo dialogismo no estudo da linguagem. Brait e Nunes (2018, p. 145) ressaltam, contudo, que o Círculo é na verdade um grupo composto por estudiosos russos que propunham uma “*prima philosophia* e uma teoria marxista da superestrutura” (FIORIN, 2022, p. 19), como Mikhail M. Bakhtin (1895-1975), Valentin N. Volochínov (1895- 1936), Pável N. Medviédov (1891-1938), Matvei I. Kagan (1889- 1937), Liev. V. Pumpiánski (1891-1940), Ivan I. Sollertínski (1902-1944), Maria Lúdina 2 (1899-1970); K. Váguinov (1899-

⁴⁰ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em fev. 2024.

⁴¹ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em fev. 2024.

1934), Borís Zubákin (1894-1937), I. Kanaev (1893- 1983). Dentre eles, sobressaem-se nos dias de hoje Bakhtin, Volochínov e Medviédev em que recaem problemas quanto a cronologia e autoria da bibliografia publicada, fato que se nota em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* cuja autoria é designada a Voloshinov, por exemplo.

Iniciaremos nossa contextualização teórica a partir de um termo outrora repensado e questionado no decorrer da presente pesquisa, o conceito de língua. As políticas linguísticas críticas atualmente concebem a língua portuguesa como um signo político (Severo, 2016, p. 1322) frente ao colonialismo e a globalização. Historicamente, durante a expansão marítima colonialista portuguesa se efetivou como signo político, econômico, religioso e cultural (Severo; Silveira, 2020, p. 28), passando a representar uma política linguística-identitária em meio a política colonialista lusófona (Severo; Silveira, 2020, p. 30). Severo e Silveira (2020, p. 33) ressaltam que no contexto pós-independência dos países que hoje compõem a CPLP, a língua portuguesa se instaurou como símbolo de unidade nacional e prestígio para as comunidades internacionais. Assim, a *lusofonia* surge como “uma celebração contemporânea de expansão da língua portuguesa no mundo” (Severo; Silveira, 2020, p. 33), ou ainda, como defendemos na presente pesquisa, a transnacionalização da língua portuguesa no lugar de *lusofonia*. Os autores pontuam, contudo, a língua como um bem econômico inserida em uma *lusofonia* empresarial (Severo; Silveira, 2020, p. 36) e destacam as assimetrias intrínsecas suscitadas pela hegemonia do português:

Embora a CPLP incentive eventos e discussões em torno da ideia de pluricentrismo da língua portuguesa, em atenção às diferentes normas nacionais e a diferentes centros de difusão da língua, compreendemos que os significados sociais e políticos inscritos no português europeu e brasileiro desempenham papel de relevo na configuração de uma representação normativa e simbólica sobre o que conta como português no mundo (Severo, 2016, p. 37)

Não se pode esquecer que a colonização linguística que incidiu sobre os PALOPs é fruto de uma categoria de “língua como invenção” (Makoni; Pennycook, 2015) que deve ser desinventada e desconstruída tendo em vista que “O reconhecimento do papel identitário, político, cultural e econômico das línguas africanas, bem como a luta por essa validação, integram os processos de descolonização pelos quais países africanos e afro-diaspóricos passaram e passam.” (Severo, 2022, prefácio). Pois, como defendem Fardon e Furniss (1994 *apud* Severo, 2022, prefácio) a língua franca dos países africanos é o multilinguismo, assim requer novas perspectivas teórico, metodológicas e analíticas visando a problematização do

conceito de língua, posto que “as línguas são vivas no sentido de inscreverem memórias discursivas, pulsarem sonoridades variadas e ecoarem vozes cujas históricas foram marcadas por processos de silenciamento, frutos do colonialismo europeu.” (Severo, 2022, prefácio)

Em consonância, Fiorin (2022, p. 21) assevera que Bakhtin concebe a língua a partir de uma perspectiva concreta, viva, em uso real, logo dialógica. Perspectiva de suma importância, pois denomina sua teoria de análise dialógica do discurso e delimita o dialogismo como as relações de sentido que se estabelecem entre enunciados. Objeto de estudo da teoria, Bakhtin (1997) explica:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. (Bakhtin, 1997, p. 280)

Por focar no discurso e no enunciado, muito se propaga acerca da relação entre os estudos de Bakhtin e a língua, porém o linguista brasileiro afirma que o filósofo russo não nega a existência dessa. Sobral e Giacomelli (2016, p. 1078) explicam que a língua possui significação, ao passo que o discurso tem sentido, ou seja, para a ADD a linguagem possui dois componentes, o *componente formal*, que se liga à significação e a dicionarização e o *componente discursivo*, relacionado a enunciação e ao sentido. Logo, sintetizam e encerram o debate: “Para a ADD, não se pode entender o discurso sem a língua, mas também não se pode entender o discurso, que é o uso da língua, sem levar em conta que a produção do enunciado (do discurso) vai além da língua e cria linguagem.” (Sobral; Giacomelli, 2016, p. 1078).

Ou seja, em termos práticos de como será feita essa abordagem nos Estatutos a serem analisados, observamos a construção formal do gênero, tendo em vista o âmbito jurídico a que se destina, a norma culta utilizada de forma polida e a composição em parágrafos, incisos e alíneas, contudo o componente discursivo é analisado pelas conceituações empregadas, pelas ausências lexicais e pela defesa de uma perspectiva em detrimento de outra. Por exemplo, um dos pontos de vista defendidos na presente pesquisa é o reconhecimento do multilinguismo que constitui a CPLP, logo ao analisar o seu Estatuto (2007) na categoria Objetivos, por nós elencada, têm-se “c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua

Portuguesa.”, em que se observa a valorização do ideal monolíngue, a hegemonia da língua portuguesa e o projeto de sua difusão como única língua em uma Comunidade multilíngue. Entretanto, essa acepção só é completamente compreendida devido ao conhecimento da ideologia dominante na gênese do termo *lusofonia*, da realidade sócio-histórica e linguística dos PALOPs e das assimetrias historicamente constituídas no decorrer dos anos entre o português e as línguas africanas supra apresentadas.

Assim, para realizar a pesquisa Brait (2006, p. 61), referência no estudo da ADD no Brasil, aponta que a forma como teórica e metodologicamente a teoria bakhtiniana pode contribuir não configura uma ferramenta fechada, mas “um corpo de conceitos, noções e categorias que especificam a postura dialógica diante de corpus discursivo, da metodologia e do pesquisador.”. Assim, a pesquisa em um viés dialógico tem por objetivo compreender as relações dialógicas que se estabelecem entre os enunciados por meio dos gêneros discursivos inseridos em determinado tempo e espaço situados. Logo, compreendendo as nuances do âmbito social e das atividades responsivas do sujeito, não cabe estabelecer regras rigorosamente metodológicas a serem seguidas, visto que o objetivo é compreender a língua para além da visão engessada e abstrata, mas em seu uso concreto.

Sob esse viés, Fiorin (2022, p. 23) explicita que para alcançar o funcionamento real da língua, Bakhtin apresenta a *translinguística* ou *metalinguística*, com o objetivo de estudar as relações entre os enunciados, ou as relações dialógicas, exatamente na perspectiva de ir além da linguística como denotam os prefixos. Brait (2006, p. 59) adiciona a discussão, pois nesse contexto Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1963) concebe as relações dialógicas como extralinguísticas.

Fiorin (2022) destaca ainda algumas diferenças entre língua e enunciado que serão importantes para a teoria, como a *autoría*. Enquanto a língua não dispõe de *autor*, o enunciado por assumir uma posição, possui um autor; a *completude da língua*, nas palavras e orações, já o enunciado por sua vez aceita uma resposta, uma réplica, um acabamento; a *neutralidade da língua*, enquanto o enunciado apresenta uma carga de valores (Fiorin, 2022, p. 25-26). Nesse sentido, as relações dialógicas estão intrinsecamente relacionadas a responsividade ativa do enunciado, uma vez que:

o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de

audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. (Bakhtin, 1997, p. 291)

Assim, considerando o dialogismo e a atividade responsiva, a teoria aborda a oração enquanto unidade da língua que, por sua vez, passa ser enunciado para compreender o seu todo pela intermediação do contexto transverbal, acarretando uma atitude responsiva (Bakhtin, 1997, p. 297), ou seja, “A oração, como unidade da língua, é de natureza gramatical e tem fronteiras, um acabamento, uma unidade que se prendem à gramática (é no interior do todo do enunciado e do ponto de vista desse todo que a oração alcança propriedades estilísticas).” (Bakhtin, 1997, p. 298).

Retomando a responsividade ativa a partir do enunciado completo, Bakhtin (1997, p. 300) determina três fatores que se interrelacionam, são eles: 1) o tratamento exaustivo do objeto do sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento. Assim, o primeiro fator é determinante em esferas nas quais os gêneros do discurso são altamente padronizados e a criatividade é diminuta (Bakhtin, 1997, p. 301), logo trazendo para o contexto de análise abordado temos a esfera jurídica/legislativa. O segundo fator, se refere ao *intuito discursivo* ou o *querer-dizer* do locutor (*ibidem*) que determina a interrelação com o terceiro fator, ou seja, a escolha do gênero do discurso por meio do qual o locutor realiza o intuito discursivo (*ibidem*). Nesse contexto, temos a união entre países que a compartilham enquanto língua oficial como cerne de uma política de promoção e difusão da língua portuguesa como signo político, discutido anteriormente, como intuito discursivo, que se realiza por meio dos Estatutos de instituições cooperativas que regem essas relações, normatizando-as juridicamente enquanto materialização político-linguística.

Sob essa perspectiva se delineiam os três conceitos de dialogismo levantados por Fiorin (2022) acerca da teoria do Círculo. O *primeiro conceito de dialogismo* retoma a concepção de que a principal característica do enunciado é ser dialógico e assim constitui-se de outros enunciados também, sendo heterogêneo (Fiorin, 2022, p.34). Brait e Nunes (2018, p. 148) sob a perspectiva dialógica do enunciado ressaltam que Bakhtin em *Questões de literatura e de estética: A teoria do romance (1988)* afirma que forças centrípetas e centrífugas atuam sobre a língua. As primeiras, segundo as autoras, visam a estabilização e a homogeneidade, ao passo que as últimas apontam

para a transformação, diversidade e mudança. O linguista brasileiro explica essa relação entre enunciados, compreensão importante para a interface proposta:

Numa formação social determinada, operam o presente, ou seja, os múltiplos enunciadadores em circulação sobre todos os temas; o passado, isto é, os enunciados legados pela tradição de que a atualidade é depositária, e o futuro, os enunciados que falam dos objetivos e das utopias dessa contemporaneidade. (Fiorin, 2022, p.34)

Tomando como base o dialogismo a partir de enunciados como réplica a outros enunciados, o *segundo conceito de dialogismo* aborda as formas visíveis da presença de outras vozes no enunciado (Fiorin, 2022, p. 37). O autor traz alguns exemplos como o discurso alheio direto ou indireto. Vale lembrar que o filósofo russo tomava como base o romance; contudo, aproximando do contexto acadêmico pode-se falar das citações diretas ou indiretas como exemplo do discurso alheio na escrita.

O *terceiro conceito de dialogismo* elencando por Fiorin (2022) é uma das principais motivações que suscitou a interface aqui proposta, a visão do sujeito em Bakhtin. Considerando a base dialógica dos enunciados e da interação, com o sujeito não seria diferente. Nesse caso, acontece que “o dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação” (Fiorin, 2022, p. 60). O linguista brasileiro explica que o sujeito, assim como sua subjetividade, não é assujeitado ou submisso, sendo constituído pelas relações estabelecidas socialmente (*ibidem*). O autor sintetiza:

O sujeito é integralmente social e integralmente singular. Ele é um evento único, porque responde às condições objetivas do diálogo social de uma maneira específica, interage concretamente com as vozes sociais de um modo único. A realidade é centrífuga, o que significa que ela permite a constituição de sujeitos distintos, porque não são organizados em torno de um centro único. (Fiorin, 2022, p. 64)

À luz dos estudos de Cooper (1989), Severo (2013, p. 455) destaca uma questão comum aos conceitos de política linguística, que é: “Quem planeja o que para quem e como?”. Assim, destaca quatro âmbitos no que concerne à política e planejamento linguístico, são eles: a instância legisladora/regulamentadora; o campo de intervenção; o público-alvo e; os procedimentos aplicados. Logo, trazendo à análise em tela a hipótese é um sujeito homogêneo e monolíngue inserido na *lusofonia* que estabelece relação conflitiva para com os sujeitos dos PALOPs, para os quais as políticas também são direcionadas, ou seja, estabelecendo-se uma assimetria entre

sujeito que produz o enunciado e o para qual se destina. A respeito dos PALOPs, Ponso (2014, p. 275) discorre:

“Ser-no-mundo” envolve gerenciar uma competência linguística plurilíngue e repertórios linguísticos que pressupõem eficácias, potências e poderes variados nos usos linguísticos. E isso nunca é tranquilo. Tem como cenário um campo de batalha marcado pela tensão conflitiva entre o rural e o urbano, o escolarizado e o não-escolarizado, a tradição e a modernidade, o mundo de casa e da família e o mundo do estudo, do trabalho e da sociedade, o futuro tecnológico e a memória dos ancestrais, a administração pública e a religiosidade. São experiências que acontecem no corpo e na subjetividade de cada um, sempre como um processo inacabado, sempre em dialética com o Outro, e com o passado e o presente histórico.

Rohling (2014, p. 58), ao abordar a ADD enquanto ancoragem epistêmica que possibilita ao pesquisador a construção de um modo de ver as relações estabelecidas e o discurso, alicerçado nos conceitos avalia positivamente a abordagem epistêmico-metodológica para análise qualitativa de produções discursivas da contemporaneidade, “uma vez que não há categorias prévias, imutáveis, engessadas, e sim alguns parâmetros mais amplos que possibilitam a observação das regularidades e irregularidades, das estabilidades e das instabilidades discursivas. (Rohling, 2014, p. 59)

Acerca desses parâmetros a autora estabelece algumas orientações para a análise alicerçada nos estudos do Círculo, dispostos logo abaixo.

- O estudo da esfera de atividade humana, em que se dão as interações discursivas em foco;
- A descrição dos papéis assumidos pelos participantes da interação discursiva, analisando as relações simétricas/assimétricas entre os interlocutores na produção de discurso;
- O estudo do cronotopo (o espaço-tempo discursivo) dos enunciados;
- O estudo do horizonte temático-valorativo dos enunciados;
- A análise das relações dialógicas que apontam para a presença de assimilação de discursos já-ditos e discursos prefigurados, discursos bivocais, apagamentos de sentidos, contraposições, enquadramentos, reenuniação de discursos e reacentuações de discursos. (Rohling, 2014, p. 50)

Sob esse viés, a seguir apresentaremos os conceitos bakhtinianos mobilizados para a presente análise, são eles: *gêneros discursivos*; *cronotopo* e; *exotopia*. Vale ressaltar que esses conceitos não se apresentam isoladamente no discurso, mas como parâmetro metodológico da presente pesquisa receberão um pouco mais de atenção na análise.

- **Gêneros do discurso**

O enunciado é o objeto de estudo da ADD, portanto compreender que as relações que estabelece com a língua e os sujeitos em contexto social é importante para compreender os gêneros do discurso. Bakhtin (1997) em *Estética da Criação Verbal* conceitua-os como “tipos relativamente estáveis de enunciados” (p. 280), ou seja, por meio dos enunciados as esferas de atividade humana se utilizam da língua para estabelecer relações dialógicas. Assim, em decorrência da ampla variedade de atividades humanas que se utilizam dos gêneros do discurso o autor emprega essa “relativa” estabilidade entre eles, tendo em vista a complexidade dessa esfera de uso concreto da língua.

Fiorin (2022, p. 69) aponta que os gêneros estabelecem uma interconexão entre linguagem e vida social, logo “A linguagem penetra na vida por meio dos enunciados concretos e, ao mesmo tempo, pelos enunciados a vida introduz-se na linguagem”. Portanto, o enunciado é composto por três elementos que importam na forma como os enunciados refletirão suas condições e finalidades discursivas, constituindo o que o autor chama de todo do enunciado, a saber: conteúdo temático, estilo e construção composicional.

O autor explica a importância desses elementos dentro do enunciado. O conteúdo temático é o domínio de sentido no qual o gênero se insere, por exemplo cartas de amor pertencem às relações amorosas enquanto conteúdo temático. (Fiorin, 2022, p. 69). A construção composicional é o modo como se organiza e se estrutura o texto, retomando a carta como exemplo, essa se situa no tempo, espaço e na identificação com a presença do local, da data e da remetente/destinatário (Fiorin, 2022, p. 69). O estilo, por sua vez, seleciona os meios lexicais, fraseológicos, e gramaticais tendo em vista a finalidade do enunciado (Fiorin, 2022, p. 69).

Para fins didáticos Fiorin (2022, p. 77) distingue os gêneros em primários e secundários baseando-se na sua função social, os gêneros primários são em sua maioria da modalidade oral e participam da vida cotidiana, estando mais próximo do contexto imediato, já os gêneros secundários pertencem majoritariamente à modalidade escrita da língua e, portanto, ocupam-se de uma comunicação mais elaborada, não eximindo a possibilidade de eles se hibridizarem, pois, como toda interação social, não são fechados e completos.

Nesse sentido, a análise proposta tem como um de seus alicerces entender a finalidade de documentos oficiais como gêneros discursivos para a delimitação das políticas institucionais de importantes agências de cooperação do contexto *lusófono*. Como Sobral (2010) conceitua:

Gênero é forma-conteúdo e valorização/interpretação do mundo, necessariamente interessados (no sentido de advindos de uma dada maneira sócio-histórica de ver o mundo), elementos integrados nos termos de projetos enunciativos que vêm a existir no interior das esferas de atividade, esferas em que os gêneros são produzidos, circulam e são objeto de recepção – operações necessariamente ativas, valorativas, responsivas que mostram a amplitude do conceito de gênero discursivo. (Sobral, 2010, p. 27)

- **Cronotopo**

Como visto anteriormente, o dialogismo é caracterizado pelas relações estabelecidas entre os enunciados e o âmbito social, assim Machado (2021, p. 158) conceitua os gêneros discursivos como “manifestação da cultura”, logo, não se pode desconsiderar a orientação do espaço-tempo ou cronotopo. Ao considerar a existência cultural dos gêneros com a teoria do cronotopo, a autora aponta que Bakhtin buscava assimilar as relações estabelecidas espaço e temporalmente e sócio-historicamente. O espaço nessa relação seria social e o tempo histórico, posto que: “Os gêneros surgem dentro de algumas tradições com as quais se relacionam de algum modo, permitindo a reconstrução da imagem espaciotemporal da representação estética que orienta o uso da linguagem” (Machado, 2021, p. 159).

Assim, Machado (2021) elenca os principais pontos para compreender a concepção de *cronotopo* nos gêneros, dispostos abaixo:

- a) As obras, assim como todos os sistemas de cultura, são fenômenos marcados pela mobilidade no espaço e no tempo. (p.159)
- b) A cultura é uma unidade aberta, não um sistema fechado em suas possibilidades. (p. 160)
- c) Compreender um sistema cultural é dirigir a ele um olhar *extraposto*. (p. 160)
- d) As possibilidades discursivas num diálogo são tão infinitas quanto as possibilidades de uso da língua. Os gêneros discursivos criam elos entre os elementos heterogêneos culturais. (p. 161)

Amorim (2012, p. 105-106) aproxima os conceitos de cronotopo e exotopia importantes para teoria dialógica em que se estuda o enunciado, o sentido, o

discurso em relação ao meio social. A autora defende que no estudo de uma determinada produção discursiva sob a luz da análise do discurso ao se identificar o cronotopo pode-se inferir um determinado ponto de vista, assim para analisarmos esse conceito nas agências selecionadas prezaremos em reconstituir sócio historicamente sua gênese. O conceito de exotopia, por sua vez, retoma a alteridade dos sujeitos em Bakhtin considerando que a totalidade do ser só é alcançada através do outro, reforçando o caráter dialógico da teoria, como veremos a seguir.

- **Exotopia**

Os conceitos anteriores abordam em plano principal a relação dialógica entre os enunciados e o âmbito social. A exotopia, por sua vez, denota uma perspectiva do pesquisador enquanto analista dos dados de pesquisa e enquanto participante ativo das relações dialógicas a partir de suas análises. Um dos pontos destacados por Machado (2021) para se compreender a abordagem cronotópica dos gêneros discursivos foi a extraposição (letra c acima), sob a justificativa de que a cultura de outrem só seria compreendida em sua totalidade a partir de um ponto de vista exterior. Rohling (2014) caracteriza o pesquisador em posição exotópica como um “observador atencioso” (p. 47) o que não exime a perspectiva de que, enquanto participante emita uma análise responsiva ativa baseada em suas vivências, leituras e até no tempo e espaço e que se situa, como explica:

Na pesquisa dialógica, em todo momento, o pesquisador trava um diálogo entre essas duas facetas da responsabilidade, pois faz parte da posição de pesquisador objetificar os dados, conferindo-lhes sentidos validados no campo epistemológico (responsabilidade especial). Por outro lado, o pesquisador se coloca em um lugar ético-responsivo no ato de se fazer pesquisa, um lugar de não-álibi em que ele não pode não dizer/calar e, ao mesmo tempo, não pode fragilizar o campo e desqualificar ou silenciar os sujeitos implicados na pesquisa (responsabilidade moral). (Rohling, 2014, p. 48-49)

A autora reitera que a análise de discurso é realizada na língua como discurso, ou seja, em seu uso concreto e histórico. Assim, para além da análise socio historicamente situada, busca-se analisar como o discurso se materializa na língua por meio de marcas linguísticas, à nível frasal, lexical e por meio das escolhas feitas nos enunciados e é constituído por “uma análise semântica que leva em conta as relações extralinguísticas, históricas e concretas, que se materializam nos

enunciados, com vistas a construir compreensões sobre os sentidos promovidos no bojo das relações dialógicas.” (Rohling, 2014, p. 49)

4.4 A pesquisa documental em documentos oficiais

O bom desenvolvimento da pesquisa científica envolve uma escolha estratégica dos elementos que farão parte de sua análise, ou seja, envolve método. Assim, do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa envolve a análise de documentos oficiais de instituições cooperativas da chamada *lusofonia*. Contudo, cabe ressaltar os parâmetros considerados para (a) selecionar as instituições que fazem parte da análise, (b) selecionar os documentos a serem analisados e (c) selecionar a ferramenta teórico-metodológica a ser aplicada na análise. Assim, delinea-se o objetivo do presente subtópico.

4.4.1 As instituições selecionadas

As instituições a serem analisadas foram selecionadas com base no objetivo de cooperação internacional fomentada pela língua e pelo passado em comum. O movimento de análise em vista as relações de cooperação internacional estabelecidas no Sul Global, mais precisamente nos PALOPs. Nesse sentido, selecionamos quatro agências cooperativas da língua portuguesa como língua transnacional, a primeira delas é a CPLP, marco do projeto *lusófono*. A Comunidade portuguesa atualmente ultrapassa o viés de união pela língua compartilhada e está presente nos âmbitos social, político e econômico dos países que a constituem. O IILP, segunda instituição selecionada, é um Instituto da CPLP, voltado especificamente para os projetos de promoção e difusão da língua portuguesa, sendo assim importante para a análise do contato no cenário do multilinguismo em África, cerne da presente pesquisa.

As outras duas instituições, a AULP e a UNILAB, têm em comum a proposta de internacionalização do ensino superior. A Associação das Universidades de Língua Portuguesa garante a mobilidade acadêmica exclusivamente de estudantes dos países de língua oficial portuguesa e de Macau, vasto campo para a proposta de análise acerca do lugar do multilinguismo nessa cooperação. A UNILAB, por sua vez, é uma Universidade brasileira criada em meio a um projeto de internacionalização e de interiorização do ensino público superior brasileiro, com foco especialmente para

os PALOPs, mas que pode se estender para os demais países africanos, visando oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade.

4.4.2 Os documentos que compõem o *corpus*

A análise desenvolver-se-á por meio do gênero discursivo do âmbito jurídico *Estatuto*. A decisão por documentos oficiais é resultado da área em que a presente pesquisa se insere, assim, buscaram-se as fontes da gênese das políticas linguísticas com o objetivo de investigar o discurso difundido e a responsividade ativa do estatuto de importantes agências de cooperação internacional do chamado contexto “lusófono”. Ressalta-se, ainda, como parâmetro metodológico a uniformidade de pesquisa entre as agências na opção de analisá-las no mesmo gênero discursivo. Portanto, convém compreender sua natureza, composição interna, assim como o meio de circulação, sua produção, a quem se destina e sua finalidade discursiva enquanto uso concreto da língua.

O dicionário on-line Michaelis atribui a “estatuto” os significados de:

- 1 Conjunto de leis que formalizam os princípios que norteiam a organização de um Estado, sociedade ou associação.
- 2 JUR Conjunto de leis que regem as ações jurídicas.
- 3 Condição de um indivíduo numa hierarquia ou sociedade; status. (Michaelis, 2024)⁴²

Contudo, à luz da ADD, para além da significação da palavra, o enunciado possui sentido que varia de acordo com a esfera da comunicação a que se insere, como Bakhtin (1997) explica:

Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. (Bakhtin, 1997, p. 285)

Dessa forma, buscamos compreender, com base no gênero do discurso “estatuto”, os princípios norteadores que compõem as políticas linguísticas das instituições da *lusofonia* a partir dos documentos oficiais que as difundem. Assim, visando uma abordagem sobre esse gênero discursivo, analisaremos sua composição e os fatores que o cercam, assim como a forma pela qual o discurso se materializa na

⁴² Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estatuto/>
Acesso em mar. de 2024.

língua, seja pela linguagem empregada e estrutura interna, seja pelas omissões sintomáticas para o objeto de pesquisa da presente análise.

Por se tratar de um documento normativo, o estatuto deve apresentar linguagem simples, direta e objetiva. Como gênero da modalidade escrita da língua, expressa-se sob uma linguagem expositiva e injuntiva, ou seja, com vistas a exprimir o que deve ou não deve ser feito pelo leitor. Assim, disposto em títulos, capítulos e seções, o Art. 54 do Código Civil⁴³ elenca quais os itens que o estatuto das associações deve conter em sua composição.

Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:
I - a denominação, os fins e a sede da associação;
II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
III - os direitos e deveres dos associados;
IV - as fontes de recursos para sua manutenção;
V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; ([Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005](#))
VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.
VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. ([Incluído pela Lei nº 11.127, de 2005](#))

As informações dispostas são genéricas, mas devem estar presentes no estatuto das associações sob pena de nulidade jurídica, logo destaca-se a importância da especificidade de cada organização quanto à composição de seu estatuto. Veremos esses itens nos estatutos selecionados para análise.

Para conduzir o olhar investigativo do pesquisador, selecionamos cinco categorias de análise a serem identificadas no estatutos das agências de cooperação da *lusofonia*, são elas: as razões que subsidiam a criação da instituição; os objetivos da instituição; o status adquirido pela língua portuguesa no estatuto; o conceito de língua empregado pela agência e; o lugar do multilinguismo por meio da pesquisa dos termos “multilinguismo”, de forma direta, “línguas” uso do termo no plural em contrapartida a “língua” (monolinguismo), “autóctones” e “africanas” com o objetivo de empreender a investigação de como a heterogeneidade dos PALOPs é abordada e se é abordada. Ressalta-se ainda que a não identificação das categorias ainda assim é um dado relevante para a pesquisa, afinal, as ausências são sintomáticas para o silenciamento, invisibilização e apagamento de culturas, línguas e saberes de comunidades que foram colonizadas.

⁴³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm Acesso em fev. de 2024.

Assim, parte-se da perspectiva exotópica de um pesquisador brasileiro, constituído academicamente pelo ensino superior público federal, inserido na linha teórica das pesquisas em Políticas Linguísticas Críticas e tendo como proposta a interface entre essa e a ADD para difusão, ampliação e enriquecimento da área. A presente pesquisa se caracteriza metodologicamente pela análise dialógica de documentos normativos oficiais, a saber o Estatuto, de agências cooperativas da *lusofonia*, tendo como foco o lugar do multilinguismo, a partir de um movimento de análise das relações estabelecidas entre o Brasil e os PALOPs, tendo em vista o fortalecimento das relações Sul-Sul.

Para tanto, o corpus da pesquisa foi selecionado sob dois parâmetros basais, são eles: (a) o Estatuto disponível on-line nos sites oficiais da instituição, (b) seleção da versão mais recente desses documentos.

Logo, o corpus da pesquisa é composto da seguinte forma:

- Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) datado de 2 de Novembro de 2007, Lisboa.
- Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) com data de dezembro de 2005, Praia.
- Estatutos da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), com data de maio de 2005, Lisboa.
- Estatuto da Universidade da Integração Internacional da *Lusofonia* Afro-Brasileira (UNILAB), com data de 4 de dezembro de 2020, Brasil.

5. Análise dialógica de documentos oficiais e o mito da homogeneidade

Considerando o referencial histórico e teórico levantado, seguido dos pressupostos teórico-metodológicos selecionados, tem-se como objetivo compreender a atividade responsiva ativa que envolve a esfera jurídica no âmbito da cooperação internacional dos PALOPs. Os estatutos, como documentos legais que regem uma organização, são importante *corpus* para analisar o discurso e o posicionamento das devidas instituições selecionadas, tendo em vista a abordagem dos enunciados como uso concreto da língua. Assim, a análise tem como foco identificar o lugar destinado ao multilinguismo no discurso das instituições acerca do contexto multilíngue dos PALOPs, uma vez que elas objetivam a cooperação dos países que têm a língua portuguesa como língua oficial e, nessa perspectiva, o português assume o status de herança colonial em contextos marcadamente multilíngues.

A seguir apresentaremos a análise proposta a partir da interface entre as Políticas Linguísticas Críticas e a ADD, observando a organização que corresponde ao movimento empreendido na pesquisa, a saber: CPLP, IILP, AULP e UNILAB.

5.1 Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP

A primeira instituição a ser analisada será a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (doravante, CPLP), pois, em uma visão macro acerca da discussão sobre a língua portuguesa no mundo, a Comunidade exerce papel estratégico no que se refere à concepção dessa como herança histórica e na promoção e difusão da *lusofonia*. Dentre as diversas perspectivas pelas quais pode-se conceber o prisma da *lusofonia*, como a visão crítica anteriormente apresentada ou a visão ufanista, ressalta-se a relevância da Comunidade para, hoje, pensarmos em novas perspectivas, considerando a heterogeneidade dos países que a compõem. Sendo assim, o presente subtópico se ocupa de fazer conhecer o histórico de surgimento da Comunidade, seus anseios e objetivos, discussão atualizada acerca do papel exercido, seguido então de uma análise que dialoga com o seu estatuto enquanto uso concreto da língua, em um tempo e espaço socialmente situados, a partir de uma visão exotópica do pesquisador.

A década de 90 foi particularmente importante para a criação da Comunidade; entretanto, o propósito de unir os sete países de língua oficial portuguesa dispersos em território descontínuo, até então Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, data do início da década de 80, com proposta de Jaime Gama, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal (CPLP, 2024). Dados históricos do site institucional oficial da Comunidade registram o Primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa como os primórdios da criação da CPLP em 1989 em São Luiz do Maranhão, nordeste do Brasil, sob convite do Presidente brasileiro José Sarney. Apesar de marcar a data da gênese do que viria a ser a CPLP, da ocasião resultou a criação do IILP, hoje instituto da CPLP, que se dedica à promoção e difusão da língua portuguesa.

Em 1994, os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos então sete países propuseram uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, tendo como objetivo a consolidação do Ato Constitutivo da CPLP. Note-se que, até aqui, os ministros responsáveis pelos alicerces da Comunidade, são majoritariamente de áreas econômicas e relações internacionais, partindo de uma noção de “nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia” (CPLP, 2024), na qual a língua é um pretexto ou uma ferramenta para o fortalecimento político e econômico.

A CPLP, por meio do site institucional, salienta que para a institucionalização da Comunidade foram estudados pelo Grupo de Concertação Permanente a cooperação entre os países-membros no âmbito da concertação político-diplomática, a cooperação econômica e empresarial, a cooperação com organismos não governamentais e a entrada em funcionamento do IILP. Nesse contexto, em 17 de julho de 1996 foi criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, na realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo. Aos sete países, somaram-se dois, Timor-Leste em 2002 e Guiné-Equatorial em 2014. Logo, a Comunidade passou a contar com nove países-membros que a constituem até a atualidade, são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Além disso, desde 1998 a CPLP possui a categoria de Observador, passando em 2005, por meio do Conselho de Ministros da CPLP, a subdividi-la em Observador Associado e Observador Consultivo, visando expandir e difundir as discussões da

Comunidade. A primeira categoria impele que os Estados ou Organizações interessadas e seus programas compactuem dos princípios orientadores como promoção das práticas democráticas, boa governação e respeito dos direitos humanos, segundo o Estatuto da Organização (2007, p. 2). Sendo assim, em 2006 a categoria de Observador Associado foi atribuída à Guiné- Equatorial e à República da Ilha Maurícia. Em 2008 foi a vez de Senegal, seguido por Geórgia, República da Namíbia, República da Turquia e Japão em 2014 e Hungria, República Checa, República Eslovaca e República Oriental do Uruguai em 2016. Contando ainda com a inserção na categoria do Grão-Ducado de Luxemburgo, do Principado de Andorra, do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, da República da Argentina, da República do Chile, da República Francesa, da República Italiana, da República da Sérvia e da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) dois anos mais tarde. (CPLP, 2024)

As atribuições mais recentes à categoria datam de 2021 e 2023. O site institucional descreve a inserção do Canadá, do Estado do Qatar, dos Estados Unidos da América, da Irlanda, do Reino de Espanha, da República da Índia, da República da Costa do Marfim, da República do Peru, da República Helénica, da Roménia, do Conferência Ibero-Americana, do g7+ e da Organização Europeia de Direito Público (OEDP/EPLO) em 2021 e da República do Paraguai em 2023, quando foram aprovadas alterações no Regulamento dos Observadores Associados da CPLP. (CPPL, 2024). Dessa forma, os Estados Observadores Associados “assumiram um compromisso com os objetivos da Comunidade e os seus princípios orientadores, reforçando a possibilidade de aprofundar laços ao nível político, económico e cultural, podendo contribuir para prosseguir a promoção e difusão, ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.” (CPLP, 2021)⁴⁴.

A segunda categoria, de Observador Consultivo, envolve organizações da Sociedade Civil com vistas ao desenvolvimento da Comunidade, desde que, assim como a categoria de Observador Associado, compactuem dos objetivos da CPLP. Junto ao Secretariado Executivo foram estabelecidas Comissões Temáticas para os Observadores Consultivos da CPLP, a saber: Promoção e Difusão a Língua Portuguesa; Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional; Educação, Ciência e Tecnologia; Ambiente, Cidades e Territórios; Assuntos Culturais; Direito e Justiça.

⁴⁴ <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=9218&M=NewsV2&PID=10872> Acesso de fev. de 2024.

Assuntos do Trabalho; Economia, Empresariado e Investimento (CPLP, 2024). Somase a esses eixos a Infraestrutura dos Transportes, Qualidade de Vida e Bem-Estar das Populações, Energia, Tecnologia e Sociedade, Intercâmbio e Integração Digital, Economia Social e Cooperativismo e Assuntos do Mar, comissões temáticas constituídas em 2022.

Compreendendo como se estabelecem as relações externas à CPLP, cabe descrever seu funcionamento interno por meio de seus Órgãos de Direção e Executivo. O Estatuto da organização destaca a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, com reuniões a cada dois anos, é o órgão máximo da CPLP; O Conselho de Ministros, responsável por coordenar e supervisionar as atividades da CPLP; O Comité de Concertação Permanente, com a missão de acompanhar o cumprimento das orientações e; O Secretariado Executivo, protagonista do âmbito executivo da CPLP, responsável por implementar, planificar, organizar e acompanhar as iniciativas da Comunidade. Além da Assembleia Parlamentar, que congrega os representantes dos Estados membros, a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, responsável pela coordenação no âmbito de cooperação da CPLP, as Reuniões Ministeriais, responsável pelo âmbito governamental e o IILP, responsável pela promoção e difusão da língua portuguesa. (ESTATUTO CPLP, 2007)

Nesse sentido, a CPLP se caracteriza como entidade jurídica, que possui autonomia administrativa e financeira, com sede em Lisboa, Portugal. Assim, o Art. 3º do Estatuto faz conhecer os objetivos gerais da CPLP, dispostos abaixo:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa. (ESTATUTO CPLP, 2007)

Ademais, em 2021 em ocasião da XXVI Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ocorrida em Luanda, capital da Angola, decidiu-se implementar um novo objetivo geral à CPLP, que concerne a “Cooperação Económica”, segundo o Portal da Cooperação Económica da CPLP⁴⁵. O

⁴⁵ <https://coop-economica.cplp.org/cooperacao-economica-na-cplp/> Acesso em fev. de 2024.

portal retoma o quarto pilar como reiteração da Declaração Constitutiva da CPLP de 1996 que destaca:

- "Desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes; através da definição e concretização de projectos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral;"
- "Promover a coordenação das atividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza económica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus Países";
- "Incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a proteção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável". (Portal da Cooperação Económica da CPLP, 2024)

Assim, em 2022 na ocasião da I Reunião Conjunta de Ministros da Economia, Comércio e Finanças foi aprovada a “Agenda estratégica para a consolidação da cooperação económica na CPLP 2022-2027”. A agenda reforça o potencial económico dos Estados-Membros a partir de uma concepção geopolítica da CPLP, assim como sua relevância diplomática, cultural e económica no meio internacional, ressaltando o vasto interesse dos Observadores Associados, seus recursos naturais, a produção de petróleo, as reservas de água doce e a participação de seus Estados-Membro em diversos grupos económicos.

A pertença dos Estados-Membros a regiões distintas, em processos de integração económica [...] faz da nossa Comunidade uma plataforma estratégica de concertação pluricontinental, que se estende do Atlântico ao Pacífico, oferecendo valiosas oportunidades de cooperação apesar da descontinuidade territorial, pois expande os mercados potenciais de exposição das empresas e investimentos com origem ou destino nos países da CPLP. (Agenda estratégica para a consolidação da cooperação económica na CPLP 2022-2027, 2022)

Para tanto, visando cumprir a agenda proposta para o quinquênio a Organização estabelece sete eixos do Plano de Ação, são eles: Eixo 1. Promoção do comércio, Eixo 2. Promoção do investimento, Eixo 3 - Capacitação institucional e empresarial, Eixo 4 - Melhoria dos mecanismos de financiamento, Eixo 5 - Reforço da competitividade, Eixo 6 - Reforço dos sistemas nacionais de propriedade industrial e Eixo 7 – Desenvolvimento e consolidação das infraestruturas nacionais para a Qualidade

Nesse ponto, ao priorizar a cooperação económica, a Comunidade se beneficia do território descontínuo que a compõe. Por outro lado, considerar o multilinguismo dos países que a compõem exatamente pela descontinuidade do território é uma problemática, assim como reconhecer as variedades do português em contato com as

línguas nacionais. Compreendemos a visibilidade e as oportunidades que o foco na cooperação econômica pode suscitar para os países da Comunidade e seu potencial, contudo retoma-se a perspectiva da CPLP como um elo da herança colonial que permanece, ou seja, fortalecendo a ideia de superioridade e hegemonia de uma língua europeia ex-colonial sobre as demais.

A ideologia de que a colonização não se findou junto com a independência e a ideia de superioridade e hegemonia europeias ainda prevalecem. Reconhecemos os desafios de gerir uma Organização formada por uma heterogeneidade linguística tão diversa, mas, com o cenário que se mostra, com a língua portuguesa como língua oficial em todos os países, há o risco do apagamento do cenário do plurilinguismo e da diversidade etnolinguística que constitui especialmente os PALOPs. Assim a língua portuguesa passa a ser o idioma *pro forma*, mobilizado quando passa a importar para os objetivos e interesses socioeconômicos.

Nesse sentido, há um questionamento das ações da CPLP enquanto Comunidade de países unidos pela língua em comum. A inserção da Guiné-Equatorial na CPLP em 2014 trouxe alguns questionamentos. A pesquisadora brasileira Charlott Leviski (2015) problematiza a oficialização do português e a posterior adesão do país centro africano na CPLP. A autora explica que os dois fatores primordiais para a vinculação da Guiné Equatorial na Comunidade são controversos para com os próprios princípios fundadores dessa, são eles: a oficialização da língua portuguesa e a suspensão da pena de morte (Leviski, 2015, p. 63).

Leviski (2015, p. 68) destaca o contexto multilíngue do país e a oficialização da língua espanhola após a independência política da Espanha em 1968; contudo, o argumento mais favorável à adesão da Guiné Equatorial foi a oficialização da língua portuguesa. A justificativa que prevalece é de que a ilha de Ano Bom fora primeiramente “descoberta” pelos portugueses, originando um crioulo de base lexical portuguesa o fá d’ambô ou ainda falar de Ano Bom, configurando-se assim o elo necessário para compartilhar de um passado colonial português (p. 74). A integração da Guiné Equatorial na CPLP se deu em decorrência da X Cimeira da CPLP, ocorrida em 2014 na capital de Timor-Leste, Dili. Contudo, o país já era Observador Associado desde 2006.

Outro fator relevante e problemático abordado foi a abolição da pena de morte no país ao que a autora pontua uma “controvérsia entre a diplomacia cultural e os interesses econômicos identificada nos critérios usados pela CPLP ao agregar Guiné

Equatorial.” (p. 66), ou seja, uma incongruência para com a defesa da democracia e dos Direitos Humanos pregada pela Comunidade. Sob esse viés, Leviski (2015) argumenta que a adesão da Guiné Equatorial envolveu “manobras políticas de aproximação com blocos ou comunidades visando objetivos econômicos e de projeção internacional” (p. 79).

Em consonância, Faraco em entrevista ao Prof. André Conforte é bastante crítico sobre o novo Estado-membro:

Esse foi o momento da desmoralização total de um organismo que se diz baseado na cooperação, que tem vários posicionamentos a favor das políticas de direitos humanos, da democracia, da liberdade, da promoção da língua portuguesa, aí incorpora um país que não tem democracia e que não fala a língua portuguesa. (Conforte, 2022, p. 461)

Outro ponto alvo de contradições entre os princípios que regem a CPLP e as ações do chamado “mundo lusófono” foi a obrigatoriedade de estudantes dos PALOPs terem de passar pelo exame Celpe-Bras, a partir do Decreto Nº 7.948 de 2013, certificação de português como língua adicional. Tosatti (2021, p. 22) pontua que o exame era um instrumento de política linguística exigido desde o Decreto Nº 7.948, de 12 de março de 2013 para o ingresso no PEC-G e PEC-PG, que como vimos anteriormente tem um grande público de estudantes oriundos dos PALOPs.

A submissão desses estudantes ao Celpe-Bras como o cumprimento de uma exigência para o programa PEC-G, além de ter repercussões diplomáticas negativas, marca uma hierarquização da variedade do português praticado no Brasil frente às variedades dos PALOP (DINIZ e BIZON, 2015) e uma deslegitimação do processo de formação escolar desses estudantes. (Tosatti, 2021, p. 230)

Assim, a obrigatoriedade do exame de proficiência em língua portuguesa como língua adicional para estudantes dos PALOPs deslegitimava o principal alicerce da CPLP que é a língua em comum como herança histórica e torna claro uma série de invisibilizações que se dão no âmbito linguístico para com as variedades do português dispersas por uma comunidade tão heterogênea quanto a CPLP. Atualmente, o único certificado oficial de proficiência em português, é destinado a estrangeiros e brasileiros cuja língua materna não é a Língua Portuguesa, segundo o Portal do MEC (2019)⁴⁶.

Enquanto dentro da própria Comunidade a variedade do português é hierarquizada, a situação das línguas nacionais é ainda mais crítica. A reportagem em meio digital do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística

⁴⁶ <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74251-divulgado-o-edital-do-exame-provas-serao-realizadas-em-maio> Acesso em fev. de 2024.

(IPOL)⁴⁷, registra o posicionamento do ministro guineense Cirilo Djaló a favor da introdução do crioulo e das línguas nacionais no ensino durante seminário acerca da temática. A crítica à inexistência de políticas linguísticas para as línguas nacionais alcançou ainda a não aprovação do alfabeto crioulo, até então em 2023, e o status da língua europeia:

No plano jurídico apenas o português, língua oficial, é que possui um estatuto definido, sendo ao mesmo tempo língua do ensino, em todos os níveis escolares, língua de administração e da justiça, língua da imprensa escrita e principal língua do audiovisual. Porém, no plano sociológico, apesar do grande prestígio que lhe é conferido pela lei, o português repousa sobre bases sociais muito estreitas (IPOL, 2023)

Essa problemática é comum no contexto multilíngue africano em que a língua oficial e as línguas nacionais estabelecem relações assimétricas. Em contrapartida ao anseio de Guiné Bissau, segundo a pesquisadora moçambicana Ezra Nhampoca (2015), Moçambique introduziu o ensino bilíngue a partir de 2002. A autora ressalta, contudo, que o português e as línguas bantu moçambicanas adquiriram *status* diferentes, enquanto o primeiro é língua oficial, a segunda é patrimônio cultural (Nhampoca, 2015, p. 87). Assim, ainda que os moçambicanos façam uso das línguas nacionais como língua materna, a oficialização do português tornou-o língua instrucional, do ensino formal. A autora pontua ainda que o modelo transicional para o ensino não valoriza as línguas moçambicanas, uma vez que, esse modelo considera a primeira língua do falante apenas para conseguir compreender melhor a segunda língua, ou em termos técnicos, é um bilinguismo subtrativo e não, aditivo.

No entanto, a pesquisadora avalia positivamente:

De forma geral, reafirma-se que o Ensino Bilíngue em Moçambique trouxe mais inclusão tanto das línguas como dos sujeitos, seus falantes, pois usar as línguas dos indivíduos na sua educação e na educação de seus filhos, e permitir que esses sujeitos usem suas línguas até no meio formal, como na televisão, no rádio etc., são formas de "dar voz" a essas populações. Por isso, acreditamos e propomos que em Moçambique o EB seja encarado como um projeto sério e fundamental para resolver os problemas pedagógicos no sistema de educação (SITOE, 2014) e para a valorização das LB moçambicanas, seus falantes e os eventos sociais cotidianos destes. (Nhampoca, 2015, p. 98)

Assim, reafirma-se a heterogeneidade presente no contexto dos PALOPs, reconhecida, porém, não valorizada (Tosatti, 2020, p. 197). A língua portuguesa, além de herança da dominação colonial, ocupa o lugar de língua institucional e do meio

⁴⁷ <http://ipol.org.br/ministro-guineense-defende-introducao-do-crioulo-e-linguas-nacionais-no-ensino/> Acesso em fev. de 2024.

educacional formal, segregando e aliando ao seu conhecimento o acesso profissional e social. Logo, a língua portuguesa e as línguas nacionais constituem embates entre a língua oficializada e a língua de uso, posto que a oficialização não pressupõe identificação pelos falantes, acarretando prejuízos a noções de cooperação sob o pretexto de uma língua compartilhada em um contexto multilíngue. (Tosatti, 2020, p. 198)

Análise do Estatuto da CPLP

Sendo assim, empreenderemos a análise do Estatuto da CPLP a partir das categorias outrora mencionadas, a saber: As razões que subsidiam a criação da instituição; os objetivos da instituição; o status adquirido pela língua portuguesa no estatuto; O conceito de língua empreendido pela agência e; o lugar do multilinguismo, seguida de uma análise transdisciplinar com a ADD.

Organização: CPLP	
Categorias de análise	Enunciado selecionado
Razões	A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros. (CPLP, 2007)
Objetivos	b) A cooperação em todos os domínios , inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa , designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

<i>Status</i> da Língua Portuguesa	1. Para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial , poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.	
Conceito de língua	da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em <i>fora</i> internacionais.	
O lugar do multilinguismo	<ul style="list-style-type: none"> • Línguas (0)*; • Africanas (0); • Autóctones (0); • Multilinguismo (0); • Heterogeneidade (0). 	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação (14); • Concertação (29).

*Número de ocorrências no Estatuto

O estatuto, aqui analisado, é reconhecido como um enunciado concreto da língua e como tal, constituído do discurso e das posições valorativas, sociais e políticas dos enunciadores. Nesse caso, uma instituição que normatiza dentro de uma Comunidade os países que oficialmente têm a língua portuguesa como língua oficial, baseada na cooperação entre seus membros. Logo, teceremos algumas considerações acerca de como o discurso predominante se materializa na linguagem utilizada.

O estatuto como gênero discursivo do âmbito legislativo aborda em suas linhas e formato os preceitos que regem a instituição e para tal, a escolha do gênero não é neutra. Como documento oficial, ele se destina aos meios formais e institucionais, assim como a linguagem utilizada. Portanto, o primeiro enunciado selecionado versa sobre as razões que fundamentam tanto o presente documento como a instituição, notamos assim uma tendência à reenuniação constante acerca do objetivo de união entre os países que fazem parte da Comunidade, primeiramente pela sua definição como “foro multilateral”, termo designado pela Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE) de Portugal como “plataforma **privilegiada** para a discussão e **comparação** de políticas, **internas** e internacionais, procurando **solucionar problemas no relacionamento** entre os seus membros e contribuindo para uma

maior coordenação dessas políticas.” (DGAE, 2024, grifo nosso)⁴⁸. A própria conceituação vale a análise, temos as escolhas lexicais “privilegiada” e “comparação”, que estabelecem relação de antagonismo, principalmente quando se refere a discussão de políticas internas, logo se temos uma plataforma privilegiada, a comparação claramente já possui uma valoração intrínseca. Ressalta-se ainda, a resolução de problemas no relacionamento, instigando a rememorar, como foi discutido anteriormente, quando o multilinguístico era tido como um obstáculo para o nacionalismo e para as políticas linguísticas em sua gênese.

No que se refere aos termos “amizade mútua”, “concertação” e “cooperação” podemos inseri-los no mesmo grupo semântico, ou seja, tem como foco o princípio de união. Contudo, Faraco (2012, p. 41) critica a ausência de uma leitura crítica, que resulta no apagamento da dimensão da exploração colonial permeada pela escravização, exploração do continente africano, miséria social, econômica e cultural no pós-independência e folclorização da cultura devido a sua heterogeneidade. Assim, o questionamento que urge envolve os princípios sobre os quais essa “amizade mútua” busca se consolidar e qual roupagem contemporânea ela pode abranger.

Um fato interessante merece destaque, em pesquisa ao significado do termo “concertação” o dicionário online brasileiro *Michaelis*, não encontrou resultados, ao passo que no dicionário online português *Priberam* apresenta a seguinte definição: “1. Combinação ou entendimento entre pessoas ou entidades sobre algo; ato ou efeito de concertar ou conciliar (ex.: concertação de esforços; concertação de preços; concertação entre parceiros). = ACORDO, CONCERTO, PACTO” (PRIBERAM, 2024)⁴⁹, reafirmando a noção de união entre os membros da Comunidade, tendência que se estende por todo o documento como veremos.

A segunda categoria elencada aborda os objetivos da Instituição, apesar de já termos focado os objetivos durante a contextualização acerca da CPLP, aqui se destaca a primeira enunciação acerca da língua portuguesa enquanto meio de materialização da sua promoção e difusão, ponto que busca um elo entre os membros, e encarrega esse objetivo ao IILP, que será posteriormente analisado. Os objetivos destacam ainda que o domínio de cooperação abrange todos os domínios, apesar do fator linguístico ser o cerne do Instituto, estendendo-se ao âmbito internacional e à

⁴⁸ <https://www.dgae.gov.pt/servicos/comercio-internacional-e-relacoes-internacionais/multilaterais.aspx> Acesso em fev. de 2024.

⁴⁹ <https://dicionario.priberam.org/concerta%C3%A7%C3%A3o> Acesso em fev. de 2024.

“educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social”. Ressalta-se ainda que o quarto pilar abordado durante o texto ainda não está presente no Estatuto disponível para download no site institucional oficial da CPLP, datado de 2007, ou seja, anterior à discussão de inclusão de um quarto objetivo geral pensado frente as demandas da globalização e atualização dos objetivos da Comunidade⁵⁰. Porém, as informações podem ser acessadas na página institucional do Portal de Cooperação Econômica da CPLP⁵¹.

As três categorias seguintes se interrelacionam mutuamente, pois analisam o aspecto valorativo destinado ao português, que, por sua vez, recai sobre a invisibilização das línguas naturais e toda a heterogeneidade não só linguística, mas também cultural da Comunidade.

A terceira categoria, status da língua, abre dois precedentes abordados anteriormente na discussão, a oficialização da língua portuguesa pelas ex-colônias, tendo em vista, o desenvolvimento e ascensão social, o que não necessariamente significa uma identificação com a língua e o seu uso e aprendizado efetivo nos respectivos países (Tosatti; 2020, 2021) e a oficialização como ocorrida em Guiné Equatorial, justificada como vimos em Leviski (2015) pelos fatores políticos e econômicos.

A quarta categoria investiga o conceito de língua adotado pelos enunciadores. A partir do enunciado destacado podemos compreender o prestígio social atribuído à língua portuguesa como “veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais.” Sabemos que o contexto no qual se insere a CPLP é heterogêneo, logo vale problematizar a língua portuguesa como veículo de cultura quando os PALOPs, membros da Comunidade, historicamente conviveram com seus aspectos culturais, tradicionais e linguísticos sendo invisibilizados pela hegemonia da língua portuguesa. O enunciado reenuncia e rememora o período pós-independências, em que a língua portuguesa foi oficializada pelos PALOPs, sob a justificativa de alcance internacional e desenvolvimento, logo podemos analisar a incidência de forças centrípetas no discurso, buscando a homogeneização e a unificação. Como defende Faraco (2016):

⁵¹ Disponível em: <https://coop-economica.cplp.org/cooperacao-economica-na-cplp/> Acesso em fev. de 2024.

Assim, um dos grandes desafios presentes nos países africanos de língua oficial portuguesa é justamente garantir que o estatuto de língua oficial do português não redunde no silenciamento e no desaparecimento das línguas nacionais, o que exige que ele partilhe com estas seu espaço na educação, na comunicação social e nos demais contextos públicos e privados. E isso pressupõe que se abandone criticamente o jacobinismo linguístico, ou seja, o pressuposto de que só o monolingüismo garante a unidade nacional. (Faraco, 2016, p. 321)

A quinta e última categoria de análise aborda o lugar do multilingüismo no Estatuto da CPLP (2007). A análise se deu pela busca de termos que pudessem indicar o posicionamento assumido pelos enunciadores durante a produção do gênero situados em um tempo e espaço definidos. Para tanto, por meio do mecanismo de busca do leitor de PDF *Adobe Acrobat*, pesquisamos pelo termo “línguas”, no plural buscando analisar a presença da perspectiva multilíngue no documento oficial da Instituição, ao que resultou em zero ocorrências, ao passo que “língua” resultou em 15 ocorrências, 13 delas se referindo à “língua portuguesa”, 1 a “língua oficial” e 1 para “Língua e Cultura”.

Antes de tecer algumas considerações, contudo, daremos continuidade à análise dos termos. Os termos “Africanas” e “Autóctones” foram selecionados com o objetivo de identificar a abordagem do multilingüismo nos PALOPs, a busca também resultou em zero ocorrências. Partimos então, para uma análise mais direta buscando os termos “Multilingüismo” e “Heterogeneidade” que resultou em nenhuma ocorrência. Posteriormente à busca estritamente linguística, empreendemos a busca pelos termos dos objetivos da Comunidade, a saber: “Cooperação” e a “Concertação”, ao que o número de ocorrência foi bastante expressivo, resultando em 14 ocorrências para “Cooperação” e 29 ocorrências para “Concertação”, resultados sintomáticos para uma comunidade que preza pela cooperação e concertação, mas que ainda acolhe de forma frágil a heterogeneidade de a compõe. Assim, além de não haver a abordagem ao multilingüismo no Estatuto (2007), a visão de língua enunciada preza pelo monolingüismo a partir da língua portuguesa como elo de unidade nacional e, posteriormente, de identidade de todo um grupo heterogêneo.

Ressalta-se, entretanto, que a CPLP tem um Instituto exclusivamente responsável pela promoção e difusão da língua portuguesa, o IILP, que no seu Artigo 16º do Estatuto da CPLP (2007), detalha as competências do IILP, o que consta: [...] o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tomará em consideração a orientação geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a

diversidade cultural dos países que a constituem.” (CPLP, 2007, grifo nosso). Sendo assim, vislumbrando dar continuidade a pesquisa acerca da abordagem empregada ao multilinguismo nos documentos oficiais da *Iusofonia* o Instituto será analisado a seguir.

5.2 Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP

O IILP é um Instituto da CPLP com foco para a promoção e difusão da língua portuguesa, um dos objetivos da Comunidade. Apesar de hoje ser um Instituto da CPLP criada em 1996, sua criação oficial se deu em 1989, em ocasião do Primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa, motivo pelo qual Faraco (2016, p. 302) o considera “embrião” da CPLP e Oliveira (2019) o caracteriza como “um filho que nasceu antes da mãe” (p. 12). Contudo, segundo o autor, sua criação concreta ocorreu apenas em 1998 na Cimeira da Praia, capital de Cabo Verde, a qual será selecionada como sede do Instituto devido à um “equilíbrio estratégico”, sendo equidistante do Brasil e de Portugal e estando impossibilitados Angola e Moçambique devido à guerra civil, mas ao mesmo tempo, perto dos PALOPs como um todo. (Oliveira, 2019, p. 17)

O site oficial do Instituto disponibiliza o Estatuto de 2005, no qual no Artigo 1º consta que o IILP usufrui de personalidade jurídica e é dotado de autonomia científica, administrativa e patrimonial. Além disso, põe em prática as orientações das Conferências de Chefes de Estado e de Governo, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente tendo em vista os objetivos fundamentais:

O IILP tem por objetivos fundamentais a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fora internacionais. (IILP, 2005, p. 3)

O Instituto tem como órgãos o *Conselho Científico* e a *Direção Executiva*. O *Conselho Científico* constitui-se pelos Representantes Governamentais e/ou pelos Cooordenadores das Comissões Nacionais de cada Estado membro, segundo o Artigo 4º do Estatuto (2005), a que concerne apreciar os assuntos de interesse ao IILP, como Relatórios, Contas, Propostas, Programas e Projetos sob consenso entre os representantes dos Estados membro em reunião anual na sede ou em ocorrência de solicitação extraordinária. A presidência do Conselho Científico é rotativa e eleita para um mandato de dois anos podendo ser reeleito por igual período. O cargo é

incumbido de convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho e garantir o cumprimento e execução das definidas deliberações (IILP, 2005, p. 5). Atualmente, o cargo de Presidente do Conselho Científico é ocupado por Abigail Tiny Cosme de São Tomé e Príncipe (IILP, 2024)⁵².

A *Direção Executiva* compete ao Diretor Executivo, eleito pelo Conselho de Ministros para um mandato de dois anos, segundo o Artigo 6º do Estatuto (2005), a ele cabe gerir, chefiar e coordenar o IILP de acordo com os planos e programas aprovados pelo Conselho Científico e pelo Presidente; Submeter ao Conselho Científico o Relatório de Atividades e; Representar o IILP junto aos Governos e Organizações Internacionais, para citar algumas atribuições dispostas no Estatuto (2005, p. 6). O atual Diretor Executivo do IILP é o português José Laurentino Neves (IILP, 2024)⁵³.

As Comissões Nacionais, que compõem o Conselho Científico, são compostas por representantes de Instituições Governamentais e privadas de cada Estado membro, no que concerne ao âmbito de atuação do IILP (IILP, 2005, p. 7). Assim cabe a elas: apresentar e propor projetos e programas ao Conselho Científico; coordenar e prestar apoio ao Diretor Executivo no tocante a assunto de interesse comum e assegurar a execução dos projetos e atividades de acordo com o respectivo Estado membro (IILP, 2005, p. 7). O Instituto pode contar ainda com Escritórios Regionais, de acordo com o Artigo 8º do Estatuto, para cumprir funções técnico-científicas e de assessoria no correspondente Estado membro (IILP, 2005, p. 7).

Conhecendo a organização interna do Instituto, discutiremos as relações e as ações exteriores do IILP. O linguista brasileiro Gilvan Oliveira (2019), que foi Diretor Executivo do IILP entre 2010 e 2014, avalia positivamente a iniciativa:

O IILP é uma instituição original, caso único de uma grande língua internacional que dispõe de um modelo de gestão moderno, paritário, multilateral, claramente definido, internacionalizado, e com regras para a participação de cada Estado nas políticas da língua.

Pode-se dizer também que a visão de criação de tal órgão, em 1989, e sua instalação, na entrada do século XXI, foi visionária, e muito além da própria capacidade das elites diplomáticas dos Estados Membros em instrumentalizá-la, dada a concepção hegemônica de língua estar ainda fortemente comprometida com modelos do século XIX ou começo do século XX [...] (Oliveira, 2019, p. 14-15)

Nesse sentido, o autor segmenta didaticamente a história do IILP em quatro fases, são elas: 1. Concepção (1989-99), 2. Instalação (2000-05), 3. Consolidação

⁵² <https://iilp.cplp.org/conselho-cientifico/> Acesso em fev. de 2024.

⁵³ <https://iilp.cplp.org/director-executivo/> Acesso em fev. de 2024.

(2006-10) e 4. Expansão (a partir de 2011). Para a organização do presente subcapítulo seguiremos essa disposição cronológica para então analisarmos o lugar do multilinguismo no Estatuto do IILP à luz dos conceitos mobilizados da ADD. A primeira fase, proposta por Oliveira (2019), é fundamental para compreender o contexto da concepção do Instituto e necessária para visualizar as raízes e ideologias intrínsecas a criação deste. Vale recordar que o IILP foi criado oficialmente antes da CPLP em 1989, portanto Oliveira (2019, p. 15) o destaca como a “plataforma inicial de cooperação entre os países”.

O autor explica que a concepção do Instituto se localiza historicamente em meio a nova organização geopolítica mundial após a guerra fria, o próprio encontro que deu origem ao IILP ocorreu pouco tempo depois da queda do Muro de Berlim, marco do fim da Guerra Fria, em meio a uma valorização dos laços entre os países em antagonismo à polarização (Oliveira, 2019, p. 16). Sob esse viés, Oliveira (2019) constrói um panorama acerca do momento de cada país unido pelos laços históricos e linguísticos que formam a CPLP. Do contexto brasileiro ressalta-se a promulgação da Constituição Federal em 1988 e em Portugal destaca-se o início dos trâmites para sua integração à União Europeia em 1986 (Oliveira, 2019, p. 16). Partindo para os PALOPs, o autor destaca que Angola e Moçambique viam-se em meio a guerra civil que durou até 2002 e 1992, respectivamente. Já Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe estavam em meio ao processo de mudança do sistema de partido único para o multipartidário, findo em 1991. (Oliveira, 2019, p. 16-17) Timor Leste, por sua vez, segundo autor, ainda se mantinha sob poder da Indonésia.

A segunda fase destacada pelo linguista brasileiro é a fase de *Instalação*, assim explora como paulatinamente as ações dos representantes responsáveis construíram o IILP e enfrentaram os percalços organizacionais, técnicos e financeiros para sua efetiva instalação. Tendo como referência o primeiro mandato no cargo de Diretor Executivo do IILP, sob responsabilidade do cabo-verdiano Mário Fonseca em 1999, Oliveira (2019) ressalta a missão de constituir e estruturar o funcionamento do Instituto enfrentando as adversidades e refém do Conselho de Ministros da Educação e das Cimeiras dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP para as tomadas de decisões, o que inferia pouca agilidade no processo. (Oliveira, 2019, p. 18)

O autor destaca ainda nessa importante fase de Instalação o mandato da caboverdiana Ondina Ferreira entre os anos de 2001 e 2004, cujo objetivo foi sediar em local provisório a organização e criar o Conselho de Ministros, antiga Assembleia

Geral do Instituto. Contudo, foi apenas no mandato do santomense Manuel Brito-Semedo, Diretor Executivo do IILP de 2004 a 2006, que a sede definitiva do Instituto passa a se localizar na Casa Cor-de-Rosa, em Praia. (Oliveira, 2019, p. 19) Nesse ínterim, Oliveira (2019, p. 19) ressalta que por meio da X Reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores sediada em Luanda em 2005, o IILP é integrado à CPLP.

A terceira fase elencada por Oliveira (2019) é a de *Consolidação*, tendo em vista que as etapas anteriores se ocuparam de questões logísticas, organizacionais e documentais. O autor aponta, por exemplo, que o regimento do Instituto era realizado pela Assembleia Geral em detrimento de uma documentação voltada para as políticas linguísticas do português na CPLP, o que só irá se materializar no Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa resultado da I Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, em 2010, designando responsabilidades concretas ao IILP (Oliveira, 2019, p. 20-21). Nesse meio tempo, sob a Direção Executiva estava a linguista angolana Amélia Mingas no período de 2006 a 2010, importante por ter “defendido o estabelecimento de uma política linguística comum aos oito Estados que têm o português como língua oficial.” (IILP, 2014). Oliveira (2019, p. 21) realça que é no mandato da angolana que tem início a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90), além da aprovação e elaboração do Plano Estratégico do IILP, voltado para as discussões concernentes às políticas linguísticas.

Assim, o Instituto traçava os primeiros passos para consolidar-se como um órgão de política linguísticas interno à CPLP, concernente ao cumprimento de um dos pilares da Comunidade, a promoção e difusão da língua portuguesa. Contudo, o autor ressalta a crise financeira da qual o Instituto estava inserido devido descumprimento do pagamento das quotas obrigatórias e a ausência de uma documentação que abrangesse as políticas linguísticas (Oliveira, 2019, p. 23). Entretanto, Oliveira (2019, p. 23) destaca:

Apesar de todos os esforços instalou-se a ideia de que o IILP não funcionava, entre a esperança de que mudanças regimentais pudessem trazê-lo à vida e a ausência da fixação, em instâncias decisórias superiores, de metas político-linguísticas gerais por parte da CPLP, e que pudessem orientar efetivamente a ação do Instituto.

Nesse ínterim, surge a quarta e última fase elencada pelo linguista brasileiro nomeadamente a fase de *expansão*. A fase tem como marco a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (CIFLPSM),

ocorrida em Brasília em 2010 da qual decorre o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa (PAB), abordando as políticas linguísticas para a língua portuguesa na CPLP e valorizando o IILP por atribuir funções específicas ao Instituto. (Oliveira, 2019, p. 24)

Nesse período, o professor Gilvan Oliveira assumiu o cargo de Diretor Executivo do IILP, o qual ocupara até 2014. Nessa oportunidade mobiliza efetivamente projetos de incumbência do IILP apresentados no PAB, dos quais desenvolveu o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/ Língua Não Materna (PPPLE), o Vocabulário Comum da Língua Portuguesa (VOC) e a realização de quatro colóquios internacionais, em quatro diferentes países da CPLP para desenvolver questões concernentes às políticas linguísticas. (Oliveira, 2019, p. 24)

O site institucional do IILP apresenta quatro planos de ação que em maior ou menor grau foram importantes para o desenvolvimento e discussão das políticas linguísticas no IILP e, conseqüentemente, na CPLP. Os planos de ação são instrumentos que congregam o planejamento linguístico, as políticas linguísticas e ações concretas recomendadas em um determinado período, eixos temáticos e as entidades responsáveis pela sua execução, nos permitindo compreender a perspectiva pela qual a língua portuguesa é adotada. Sendo assim, a seguir apresentaremos de forma objetiva os eixos temáticos discutidos no Plano de Ação de Brasília (2010), no Plano de Ação de Lisboa (2013), no Plano de Ação de Díli (2016) e no Plano de Ação da Praia (2021).

- **Plano de Ação de Brasília (2010)**

Decorrente da I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (CIFLPSM), o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa se desenvolve a partir de seis eixos principais, a saber: I - Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; II - Estratégias de Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa; III - Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico; IV – Difusão pública da língua portuguesa; V – Importância da língua portuguesa nas diásporas e; VI – Participação da sociedade civil.

Do eixo II destinado às Estratégias de Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa, dispõem-se três categorias (i) Ensino da língua portuguesa no espaço da

CPLP, (ii) Fortalecimento do ensino de português como língua estrangeira (PLE) e (iii) Instrumentos. Assim visando cumprir os objetivos (i) e (ii) o PAB decide:

2. Atribuir ao IILP a tarefa de criar uma plataforma comum na Internet relativa ao ensino do português, contendo, entre outros recursos:
 - Rede virtual de professores de português para a partilha de experiências pedagógicas e recursos didáticos;
 - Acesso a recursos didáticos baseados nas tecnologias da informação e comunicação. (CPLP, 2010, p. 8)

Assim, é criado o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna (PPPLP) definido pelo seu site oficial como “uma plataforma on-line, que tem como objetivo central oferecer à comunidade de professores e interessados em geral, recursos e materiais para o ensino e a aprendizagem do português como língua estrangeira / língua não materna.” (PPPLE, 2024)⁵⁴. O Portal é desenvolvido de forma multilateral e se configura como um instrumento de cooperação linguístico-cultural do Estados Membros da CPLP e oportuniza a participação dos PALOPs e do Timor-Leste na contribuição de recursos didáticos e de ensino para o PLE (PPPLE, 2024).

Do eixo III do Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico que prevê a ratificação do novo acordo ortográfico para os Estados Membros, o PAB recomenda que:

6. É recomendável que os Estados Membros que ainda não possuem Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa desenvolvam a sua elaboração, edição e distribuição, de modo que se produza, posteriormente, em formato eletrônico, sob coordenação do IILP e com a participação de uma comissão de especialistas designados pelos Estados Membros, o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, que consolide tanto o léxico comum quanto as especificidades de cada país. (CPLP, 2010, p. 10)

O Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) é definido pelo site institucional como instrumento para a política da língua, construído de forma comum pelos países membros de língua oficial portuguesa e “o recurso oficial de referência para a escrita do português.” (Ferreira et al, 2017). O VOC é constituído pela Memória Lexicográfica do Português, pelo Vocabulário Ortográficos Nacionais (VON), pelo Vocabulário Toponímico e pelo Dicionário de Formas não Adaptadas, assim está em constante revisão e inclusão.

- **Plano de Ação de Lisboa (2013)**

A II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial abordou as temáticas relativas à língua portuguesa na ciência, inovação e

⁵⁴ <https://ppple.org/o-portal> Acesso em fev. de 2024.

economia criativa, além de ter aprofundado os temas abordados pela Conferência de Brasília (CPLP, 2013).

Nesse sentido, o Plano de Ação de Lisboa em seu eixo III. Plano de Ação de Lisboa aborda a língua portuguesa em subeixos, a saber: i. A língua portuguesa no desenvolvimento científico e na inovação; ii. A língua portuguesa no reforço do empreendedorismo e da economia criativa; iii. A língua portuguesa na cooperação entre países da CPLP e nas comunidades das diásporas; iv. A língua portuguesa nas organizações internacionais; v. O ensino da língua portuguesa a falantes de outras línguas.

- **Plano de Ação de Díli (2016)**

A III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial teve como foco a dimensão global e pluricêntrica da língua portuguesa, assim como o seu valor econômico, além de ter aprofundado os temas abordados pelas Conferências de Lisboa e de Brasília (CPLP, 2016)

Nesse sentido, aborda a língua portuguesa nos eixos: Eixo 1: português, língua pluricêntrica do século XXI; Eixo 2: ensino e formação em língua portuguesa em contextos multilingues; Eixo 3: o potencial econômico da língua portuguesa e; Eixo 4: português, língua de cultura, ciência e inovação.

- **Plano de Ação da Praia (2021)**

A IV Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Cabo verde teve como tema “Horizontes e Perspectivas da Língua Portuguesa”, assim como a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial retomou o pluricentrismo da língua portuguesa e destacou as Comissões Nacionais de cada Estado Membro como apoio ao IILP no seu objetivo. (CPLP, 2021)

Nesse sentido, desenvolveu os seguintes eixos de ação: Eixo 1 – Políticas públicas para a promoção da leitura; Eixo 2 – A diversidade na Escrita Literária em Língua Portuguesa; Eixo 3 – O Ensino da Língua Portuguesa em contexto de mobilidade; Eixo 4 – Ciência, investigação e inovação em língua portuguesa; Eixo 5 – Tecnologia e economias criativas: cenários emergentes em língua portuguesa.

Nesse sentido, considerando o panorama político linguístico explorado nos planos de ação, o Plano Operacional para a Promoção e Difusão da Língua

Portuguesa (2021 – 2026) (CPLP, 2021, p. 3-4) constituído pelos eixos abordados no PAB (2010), PALis (2013) e PADíli (2016) afirma que os avanços mais significativos estão nos âmbitos de “difusão do ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP” e de “difusão da língua portuguesa junto às diásporas”, ao passo que a “implantação da língua portuguesa nas Organizações Internacionais (OI) ou a participação da Sociedade Civil na promoção da língua portuguesa.” apresentam progressos ainda incipientes. Logo, o plano operacional para o quinquênio tem como metodologia estabelecer eixos de ação a partir dos âmbitos enfocados nos quatro Planos de Ação, configurando-os em: 1. Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa; 2. Português, Língua de Cultura e de Economia Criativa; 3. Português, Língua de Ciência e Inovação; 4. Internacionalização da Língua Portuguesa. (CPLP, 2021, p. 9)

Assim, considerando o papel do IILP como Instituto de política linguística, responsável pela execução de programas para a promoção e difusão da língua portuguesa, Oliveira (2019, p, 34) destaca sua força e sua fraqueza. A força do Instituto seria a interrelação com os Estados membros, promovendo ações de cunho multilateral e internacional, como o VOC, por exemplo. A fraqueza, por sua vez, seria a burocratização dos processos, o que torna objetivos primordiais para uma política linguística envoltos em procedimentos de negociação e consenso demasiadamente demorados.

O professor Carlos Alberto Faraco, em entrevista ao pesquisador André Conforte (2022, p. 466) contribui ao comentar algumas problemáticas para o estabelecimento do Instituto, o primeiro deles é acerca da sede estabelecer-se em Cabo Verde, pois os motivos logísticos superam as fundamentações “românticas” de escolha do país como sede do IILP, assim como os fatores orçamentários que cerceiam a implementação de projetos, Faraco contudo, reconhece o trabalho desenvolvido e o avanço em termos práticos da gestão do professor Gilvan Oliveira, que abordamos no decorrer do subtópico (Conforte, 2022, p. 466).

Análise do Estatuto do IILP

Dessa forma, após localizarmos o Instituto no cronotopo a que pertence, ou seja, o tempo e o espaço o qual se situa sua criação, partimos para a análise do gênero discursivo da modalidade escrita da língua, Estatuto, tendo em vista que a escolha do gênero pelo seus enunciadores não é neutra e requer responsividade ativa durante todo sua produção. Assim, a partir de uma visão exotópica do pesquisar, buscando

unir o cronotopo de produção do gênero e o cronotopo em que está inserido, objetivando compreender o discurso hegemônico em documentos oficiais da chamada *lusofonia* enquanto uso concreto da língua por meio de enunciados à luz da ADD.

Organização: IILP	
Categorias de análise	Enunciado selecionado
Razões	1- O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é uma Instituição da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia científica, administrativa e patrimonial. (IILP, 2005)
Objetivos	O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais. (CPLP, 2007)
Status da Língua Portuguesa	[...] Português como língua oficial [...] (CPLP, 2007)
Conceito de língua	[...] Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais. (CPLP, 2007)
O lugar do multilinguismo	<ul style="list-style-type: none"> • Línguas (0)*; • Africanas (0); • Autóctones (0); • Multilinguismo (0); • Heterogeneidade (0). <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade (1)

*Número de ocorrências no Estatuto

De acordo com as categorias de análise elencadas, selecionamos enunciados que nos permitem compreender a que elas se propõem. A primeira categoria envolve as motivações da agência. No caso do IILP, o enunciado reforça-o como instituição da CPLP. Vale lembrar que de acordo com Oliveira (2019, p. 19), o Estatuto do ano de

2005, aqui analisado, marca essa integração, alteração do Estatuto de 2001. Ressalta-se, contudo, que o presente Estatuto (2005) é o que se encontra disponível no site institucional do IILP, cumprindo assim um dos critérios de seleção do documento. Desse modo, a hipótese que se levanta é de que o Instituto seguirá a mesma proposta acerca do multilinguismo adotada pela CPLP, analisada anteriormente, tendo em vista a sua pertença à entidade maior. Por isso, alguns enunciados selecionados para análise do IILP foram retirados do Estatuto da CPLP (2007), buscando trazer uma visão mais atualizada perante o do IILP.

Na segunda categoria elencada, os objetivos da Instituição apresentados pelo Estatuto da CPLP (2007) são mais completos e, por isso, complexos quanto a sua definição. Para análise dessa categoria, nos interessa o enunciado “O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa [...]”, visto que o restante do excerto será analisado visando trazer à luz o conceito de língua abordado pelo Instituto.

Logo, a construção do enunciado reforça o Instituto como um instrumento de políticas linguísticas, tanto com o seu planejamento quanto para a execução dos projetos recomendados pelas políticas. Além disso, cabe às políticas linguísticas críticas analisar os estatutos das línguas em sua invenção como dispositivo colonial de dominação.

These colonial and post-colonial linguistic projects that are linked with processes of nation-building are informed by a particular instrumental conception of language as a ‘means of communication’ or the instrumental view of language that conceives of it as neutral (thus apolitical), singular (thus unvarying), fixed (thus unaffected by contextual usage) and strictly rule-governed (rather than partly chaotic). (Abdalhay; Makoni; Severo, 2020, p. 9)⁵⁵

E é exatamente essa perceptiva de língua neutra, singular, fixa e estritamente governada por regras que objetivamos desinventar com o auxílio teórico metodológico da ADD. Ora se o conceito de língua por meio dos quais as políticas linguísticas são instituídas prezam o monolinguismo europeu, as proposições por elas instituídas

⁵⁵ Esses projetos linguísticos coloniais e pós-coloniais ligados a processos de construção de nações são informados por uma concepção instrumental específica da linguagem como um "meio de comunicação" ou a visão instrumental da linguagem que a concebe como neutra (portanto, apolítica), singular (portanto, invariável), fixa (portanto, não afetada pelo uso contextual) e estritamente governada por regras (em vez de parcialmente caótica). (Abdalhay; Makoni; Severo, 2020, p. 9) (Tradução nossa)

também o fazem (Makoni; Pennycook, 2015, p. 22). Logo, o objetivo é de que “o acesso de pessoas à esfera pública e aos órgãos e instituições do Estado — saúde, educação, segurança —, bem como à informação, não deve ser obstruído por questões linguísticas, mas favorecido por uma política multilíngue, que agregue, inclusive, a as vozes locais e a perspectiva local do que conta como língua.” (Severo; Silveira, 2020, p. 39)

A terceira categoria elencada aborda o status da língua portuguesa no Estatuto. Enquanto órgão da CPLP, o enunciado selecionado segue a lógica de enunciação da CPLP, visto que foi retirado do Estatuto dessa. Assim como discutido anteriormente, essa definição reenuncia o discurso monolíngue e homogeneizante dentro da Comunidade. E como as três últimas categorias se interrelacionam mutuamente a problemática permanece em conceber a língua portuguesa “como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais” (CPLP, 2007) inserido em uma Comunidade multilíngue e multicultural, principalmente se enfocarmos os PALOPs, de modo que a atividade responsiva estabelecida entre CPLP e IILP é valorada em favor do prestígio à língua portuguesa não mais apenas como idioma, mas como instrumento geopolítico para união de uma Comunidade descontinuada não apenas no seu território, mas também nos seus ideais de promoção e defesa da riqueza multilinguística que a compõe nos seus documento normativos oficiais.

A última categoria elencada de cunho mais direto apresenta, no que se refere ao Estatuto, resultados semelhantes a CPLP. Coerente com a investigação realizada, observamos que nos estatutos da CPLP e do IILP o multilinguismo figura de forma pouco expressiva, em busca direta pelos termos “Línguas”, “Africanas”, “Autóctones”; “Multilinguismo”; “Heterogeneidade”, não foram registradas ocorrências. Assim podemos destacar duas perspectivas, por um lado esses dados já eram esperados, tendo em vista que o Instituto é um órgão da CPLP, e por outro, os dados são ainda mais alarmantes quando se localiza a análise em um Instituto voltado para a difusão e promoção da língua portuguesa. Dentre as ausências, observasse uma presença durante leitura do Artigo 16º que versa sobre as competências do IILP a ocorrência do vocábulo “diversidade” no seguinte enunciado:

Artigo 16º

- (Competências do Instituto Internacional de Língua Portuguesa)
1. Na prossecução dos seus objectivos, quer entre Estados membros, quer no plano internacional, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tomará em consideração a orientação geral da

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, **bem como a diversidade cultural** dos países que a constituem. (CPLP, 2007, grifo nosso)

Assim, o enunciado reenuncia o Instituto enquanto órgão da CPLP, visto que segue as orientações dessa e destina ao Instituto o trabalho com a diversidade, no caso cultural, dos países membros. A materialização do discurso no enunciado por meio das marcas linguísticas pode ser percebida com a locução “bem como” destacada. Desse modo, registra linguisticamente o lugar destinado à inclusão no discurso da diversidade que constitui a Comunidade, ainda que de forma genérica.

Esse discurso hegemônico difundido pelas regulamentações de instituições de cooperação internacional reenuncia o caráter monolíngue e valoriza o prestígio da língua portuguesa de fato como língua de cultura e conhecimento, contudo é importante destacar que essa perspectiva parte da “língua como invenção” (Makoni; Pennycook, 2015) em que a diversidade etnolinguística que compõe a Comunidade é silenciada, desde as variedades do português até as línguas africanas.

5.3 Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP

A terceira agência de cooperação selecionada para análise enfoca a internacionalização da língua portuguesa no ensino superior. A AULP é uma ONG internacional com 140 universidades-membros dos países de língua oficial portuguesa e Macau (RAEM) (AULP, 2024)⁵⁶. Logo, considerando que a criação da Associação precedeu a criação da CPLP em 10 anos, tem como membros os oito países de língua oficial portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste – e Macau (Região Administrativa Especial de Macau - RAEM). Logo, nota-se duas diferenças quanto a CPLP, por exemplo, em que a Guiné-Equatorial é membro, já na AULP o país passou a participar dos Encontros Anuais em 2015, mas apenas como membro observador. Além disso, a AULP considera em suas iniciativas a Região Administrativa Especial de Macau, China, na qual devido a colonização portuguesa no século XVI a língua oficial é o português.

A Associação foi criada em 1986 na cidade de Praia, Cabo Verde, contudo segundo Carvalho (2018)⁵⁷ em reportagem acerca da internacionalização precoce do

⁵⁶ <https://aulp.org/quem-somos/missao/> Acesso em jan. de 2024.

⁵⁷ <https://expressodasilhas.cv/opiniao/2018/05/20/recortes-no-tempo-a-internacionalizacao-precoce-do-ensino-superior/58128> Acesso em mar. de 2024.

ensino superior em Cabo Verde, ressalta que na época o país não dispunha de ensino superior, pois o sistema educacional se organizava em pré-escolar, escolar e extraescolar, no qual o primeiro era facultativo, o segundo se dividia em ensino básico elementar, o ensino básico complementar e o ensino secundário liceal e técnico. Existiam ainda instituições que não eram integradas a esse sistema de ensino, de nível pós-secundário, como o Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo (CENFA), o Centro de Formação Náutica (CFN) e o Instituto Amílcar Cabral (IAC). (Carvalho, 2018) Assim, a autora pontua que o ensino superior só foi instituído em 1990 e a universidade pública, por sua vez, só foi criada em 2006.

O contexto de criação da Associação encontra à época, final da década de 80, Brasil e Portugal com ensino superior consolidados, por meio das universidades, Angola e Moçambique possuíam uma universidade cada, herança do período colonial e os demais países tinham iniciativas incipientes para a criação de institutos de formação, porém ainda pouco característico do ensino superior (Guerreiro, 2016, p. 47). Com a criação da CPLP, em 1996, a expectativa era de que os objetivos de cooperação entre as universidades e instituições de investigação de língua portuguesa pudessem se consolidar, marcado efetivamente pelo Protocolo de Cooperação assinado em 2000, além disso o fim dos conflitos em Angola e Moçambique fortaleceram as iniciativas entre a CPLP e a AULP, como a criação de instituições de ensino superior privadas e o alargamento de relações no âmbito acadêmico. (Guerreiro, 2016, p. 48)

Contudo, segundo João Guerreiro (2016, p. 48), antigo Presidente da AULP no período de 2006-2007 e Vice-Presidente entre 2008 e 2013, um dos maiores desafios para a cooperação institucional entre os países se deu na adoção da Reforma de Bolonha, por Portugal, tendo em vista que as configurações acadêmicas se distanciavam das configurações das instituições dos outros países membro. Logo, iniciativas como a mobilidade foram muito atingidas, refletindo ainda no processo de creditação dos graus entre os países. Assim, visando superar os desafios, o autor estabelece a AULP como uma iniciativa em constante construção. (Guerreiro, 2016, p. 49)

O site institucional destaca a cooperação multilateral entre universidades e institutos superiores de países de expressão portuguesa, como objetivo. Nesse

sentido, destaca os principais desafios a serem enfrentados para consolidar sua missão, são eles:

- estimular a investigação no ensino superior;
- instigar a mobilidade de alunos e docentes nos domínios do ensino e da investigação científica;
- consolidar laços e promover ações conjuntas entre os seus membros;
- dinamização da rede de universidades de língua portuguesa;
- valorizar as diversas culturas lusófonas;
- ampliar o papel da língua portuguesa na difusão de conhecimento. (AULP, 2024)

Para tanto, a estrutura interna da AULP é composta pela Assembleia-Geral, pelo Conselho de Administração (CA) e pelo Conselho Fiscal (CF). A Assembleia-Geral, segundo o Estatuto (2005), é o órgão supremo da Associação e tem como função determinar a política geral, aprovar o plano de trabalho e, entre outras, zelar pelo bom funcionamento da Associação. O Conselho de Administração da AULP é responsável pela direção das atividades, a que compete cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia-Geral. (AULP, 2005, p. 7) O Conselho Fiscal, por sua vez, é responsável por examinar, elaborar e submeter relatório acerca das contas do ano anterior ao vigente à Assembleia-Geral via Conselho de Administração. (AULP, 2005, p. 8)

Nesse sentido, a Associação é constituída por membros titulares, associados e honorários. O Estatuto (2005) pontua que os *membros titulares* são as Universidades e demais Instituições de Ensino Superior de países e regiões de língua portuguesa, o site institucional⁵⁸ contabiliza 144 Instituições Membro, das quais 50 distribuem-se no Brasil, 41 em Portugal, 19 em Angola, 15 em Moçambique, 5 em Cabo Verde, 4 em Guiné-Bissau, 2 em São Tomé e Príncipe, 1 em Timor Leste e 6 em Macau SAR⁵⁹. (AULP, 2024) Os *membros associados*⁶⁰ são compostos por departamentos de estudos, ainda que não sendo de língua portuguesa, se identifiquem com a missão da Associação, além de demais organizações relacionadas ao Ensino Superior, Investigação e Cultura. Segundo site institucional, pode-se citar a Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, Portugal; a International Association of Universities – IAU, França; a Fundação Jorge Álvares,

⁵⁸ <https://aulp.org/instituicoes-membro/> Acesso em jan. de 2024.

⁵⁹ <https://aulp.org/instituicoes-membro/> Acesso em jan. de 2024.

⁶⁰ <https://aulp.org/membros-associados/> Acesso em jan. de 2024.

Portugal; o Instituto de Estudos Europeus de Macau, China e; a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, China. (AULP, 2024)

Os *membros honorários*⁶¹, por sua vez, são pessoas físicas ou morais que tenham prestado serviços relevantes à Associação (AULP, 2005, p. 2), a saber Rui Martins, Presidente da AULP entre os anos 2014 e 2017, Brazão Mazula, Presidente da AULP entre os anos 1999 e 2002, Manuel Coelho da Silva, primeiro Secretário-Geral da AULP desde 1986 até 2002, Maria Luísa Ribeiro, integrante dos membros Fundadores da AULP e Vasco Joaquim Rocha Vieira, que contribuiu financeiramente para a consolidação da sede da Associação (AULP, 2024). Além disso, o site institucional elenca 45 *entidades parceiras*, entre elas a Capes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a CPLP, a Comissão Fulbright e o Observatório da Língua Portuguesa (OLP), apenas para citar algumas delas⁶².

Assim, com o objetivo de consolidar sua missão em conjunto com os membros e instituições que fazem parte da Associação, são realizadas uma série de iniciativas que buscam congregar e difundir conhecimento acerca da língua portuguesa, promover a mobilidade acadêmica e docente e a celebração de Protocolos entre as entidades participantes. As principais atividades da Associação são: os Encontros Anuais; o Programa Mobilidade-AULP; a Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP); o Prémio Fernão Mendes Pinto; ser Observador consultivo da CPLP e; a publicação de Obras comemorativas. (AULP, 2024). Abordados a seguir.

O Encontro Anual é uma iniciativa que permite trocas científicas acerca de diversos âmbitos entre os membros da comunidade, tendo em vista sua descontinuidade territorial. Sarmiento e Guimarães (2016, p. 125) explicam que o primeiro encontro ocorreu no ano de 1989 na Universidade de Lisboa em Portugal e dada a necessidade de documentar as discussões debatidas no decorrer do evento, o Conselho de Administração decide criar a coleção de encontros da AULP, a partir do segundo encontro ocorrido em Évora, Portugal, em 1990. À época os encontros se davam a cada dois anos e devido ao estatuto estabelecer a sede da Associação em Portugal, os quatro primeiros encontros se deram no país europeu. (Sarmiento; Guimarães, 2016, p. 126) Assim, têm-se de acordo com o site institucional⁶³ a seguinte

⁶¹ <https://aulp.org/membros-honorarios/> Acesso em jan. de 2024.

⁶² Para saber mais acesse: <https://aulp.org/entidades-parceiras/>

⁶³ Para acompanhar a listagem completa acesse: <https://aulp.org/quem-somos/encontros-aulp/listagem-dos-encontros-aulp/>

organização e descrição temática: I Encontro – 1989 (Lisboa, Portugal); II Encontro – 1990 (Évora, Portugal) sob o tema “Ciência e Tecnologia nos Processos de Desenvolvimento”; III Encontro – 1992 (Estoril, Portugal) com o tema “Ciência e Tecnologia nos Processos de Desenvolvimento: os Recursos e as Infraestruturas” e; IV Encontro – 1994 (Estoril, Portugal) discutindo a “Gestão dos recursos humanos no ensino superior, os recursos naturais, as infraestruturas e o desenvolvimento bem como o turismo como factor de desenvolvimento” (AULP, 2024).

Posterior a essa centralização em Portugal, o quinto encontro ocorreu no Brasil em 1995, na cidade de Recife com o tema “Sistema de Ensino no Processo de Desenvolvimento”. O país sediou ainda o VII Encontro em 1997, no Rio de Janeiro, cuja temática não foi especificada pelo portal digital; o XIV em 2004, em São Paulo sob a temática “Espaço Lusófono do Conhecimento”; o XVIII Encontro em 2008, em Brasília, com o tema “Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento”; o XXIII Encontro no ano de 2013, em Minas Gerais, discutindo a “Cooperação e desenvolvimento nos países de língua portuguesa – o papel das universidades” e; o último encontro realizado no Brasil foi o XXVII Encontro em Campinas, São Paulo, discutindo a temática “Confluências de culturas no mundo lusófono. Trocas. Discursos. Transformações. Rotas.”. (AULP, 2024) Além disso, a Reunião do Conselho de Administração da AULP, ocorrida em fevereiro de 2024, aborda a Universidade Federal do Rio de Janeiro como sede do encontro de 2024⁶⁴.

Sendo assim, pode-se estabelecer o seguinte panorama de acordo com dados disponibilizados no site institucional da AULP, ao todo até o ano de 2023 foram realizados 32 Encontros Anuais, tendo em vista três fatores a se considerar, o primeiro encontro só se deu em 1989, três anos após a criação da Associação, o terceiro, quarto e quinto encontros eram bianuais e não houve encontro no ano de 2020. Sendo assim, Portugal lidera contabilizando 11 Encontros, Brasil e Macau contabilizam 6 encontros cada, nos PALOPS os números são mais reduzidos, totalizando 3 encontros em Angola, 2 em Moçambique, assim como 2 em Cabo Verde, 1 em São Tomé e Príncipe e nenhum em Guiné Bissau, Timor Leste, por sua vez, contabiliza 1 encontro. (AULP, 2024) Discutindo temas como mobilidade acadêmica, investigação científica, ensino superior, internacionalização, globalização, confluência de culturas, meio ambiente, cultura e língua.

⁶⁴ <https://aulp.org/category/noticias/> Acesso em fev. de 2024.

O Programa Mobilidade AULP é um programa pioneiro no âmbito da mobilidade acadêmica, pois compreende apenas o intercâmbio de estudantes de instituições dos países de língua oficial portuguesa e Macau (RAEM). Assim, tem como objetivos: Promover a Mobilidade Académica no Espaço Lusófono; Fomentar Protocolos de Cooperação entre Universidades e Politécnicos dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Macau (RAEM); Internacionalizar o Ensino Superior; Melhorar o Sistema de Equivalência de Créditos no Espaço Lusófono; Impulsionar Currículos Flexíveis; Difundir a Cultura Lusófona; Aumentar o interesse pelo Ensino nos Países de Língua Oficial Portuguesa e Macau (RAEM); Fomentar a Comunicação Global, suspendendo barreiras linguísticas; Fomentar a Comunicação Global, suspendendo barreiras linguísticas e; Mobilizar Ciência e Conhecimento. (AULP, 2024)⁶⁵

A associação que traz em seu logotipo a frase em latim “EX UNITATE VIS”, que significa “A força está na nossa união”, tem como lema do programa “Mais do que pessoas, mobilizamos conhecimento” (AULP, 2024). Assim, dados estatísticos disponibilizados pela instituição mostram a congregação de nove países, por meio de 87 instituições de ensino superior, que mobilizam mais de 400 projetos, resultando em 259 estudantes em mobilidade unidos pela língua portuguesa, como idioma em comum. (AULP, 2024)⁶⁶

Dando continuidade as iniciativas da AULP, a Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP) apresenta grandes contribuições científicas. O primeiro número da revista é lançado em 1989 e a iniciativa tem como objetivo “aproximar as culturas que na língua portuguesa encontram expressão, ou que a moldam para se exprimirem, e se este é o destino do português, não é mais do que a continuação da sua própria história em que esse destino – como todos os destinos – já estava contido.” (AULP, 2024), assim, desde então, já são 44 números editados até 2023, disponíveis para acesso no site institucional abordando os mais variados temas desde a agricultura, a segurança alimentar, saúde e desenvolvimento até turismo, cultura, educação e políticas linguísticas. A RILP possui grande relevância no meio acadêmico, estando indexada em plataformas renomadas como catálogo SciELO Portugal, Latindex, Qualis/CAPES, European Reference Index for The Humanities and Social Sciences (ERIH PLUS), Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP),

⁶⁵ <https://mobilidade-aulp.org/objetivos/#contacto> Acesso em jan. de 2024.

⁶⁶ <https://mobilidade-aulp.org/> Acesso em jan. de 2024.

Scientific Journal Impact Factor (SJIF), Revistas de livre acesso (Livre) e Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB). Além de estar inscrita no Google Scholar e ser membro oficial e autorizado do Crossref para registrar o DOI dos artigos publicados na revista. (AULP, 2024)⁶⁷

Outra iniciativa que busca valorizar as contribuições aos países de língua oficial portuguesa é o Prêmio Fernão Mendes Pinto, no qual é premiada uma dissertação ou tese que promova a busca pela aproximação desses países. Assim, o site institucional⁶⁸ destaca as produções acadêmicas premiadas desde 2008, a iniciativa é uma parceria da AULP com a CPLP, que premia o autor em 8.000€, ficando a cargo do Instituto Camões a publicação da produção acadêmica. Como a premiação considera trabalhos produzidos no ano imediatamente anterior, ainda não está disponível o vencedor de 2023, contudo o PFMP 2022 premiou Mário João Lázaro Vicente, autor da dissertação de mestrado intitulada “Os sobas e a construção de Angola nos séculos XVI e XVII”, da Universidade Nova de Lisboa, Portugal⁶⁹. (AULP, 2024)

Além dessas iniciativas, a AULP é Observador consultivo da CPLP e, portanto, pode intervir e áreas temáticas e assumir a assessoria científica. Soma-se às iniciativas da Associação a reedição de Obras Comemorativas. Desde 2007, a AULP reedita obras inacessíveis de valor científico e de importante contribuição não só para as instituições membro, mas para a comunidade, ao todo o site institucional⁷⁰ dispõe de 23 obras acerca de temáticas históricas e culturais dos países de língua oficial portuguesa.

Assim, compreende-se a dimensão da Associação com iniciativas em âmbitos diversos para o fortalecimento do ensino superior em língua portuguesa e da língua portuguesa como promotora de conhecimento e fator de união entre os países e regiões que fazem parte da AULP. A associação dispõe ainda de protocolos celebrados entre instituições, a citar: o Protocolo AULP – Conexão Lusófona, celebrado em 2014, objetivando o desenvolvimento da *lusofonia* dentro da CPLP no âmbito do ensino superior; o Protocolo com o Observatório da Língua Portuguesa, assinado em 2013, tendo em vista a participação em ações de cooperação para a

⁶⁷ Para saber mais acesse: <https://aulp.org/publicacoes/revista-cientifica-rilp/>

⁶⁸ Para saber mais acesse: <https://aulp.org/premio-fernao-mendes-pinto/>

⁶⁹ <https://aulp.org/premio-fernao-mendes-pinto-edicao-2022/> Acesso em jan. de 2024.

⁷⁰ Para saber mais acesse: <https://aulp.org/publicacoes/obras-comemorativas/>

promoção da língua portuguesa e produção e divulgação de recursos para disponibilização on-line e; o Protocolo de Cooperação com a CPLP, em 2000, visando o fortalecimento de ações de defesa da língua portuguesa, preservação das culturas dos países membro da CPLP e formação para investigação e desenvolvimento científico, apenas para citar algumas iniciativas da AULP. (AULP, 2024)⁷¹

Análise do Estatuto da AULP

Conhecendo o contexto de concepção, a organização interna e as iniciativas da AULP, analisaremos o Estatuto vigente, do ano de 2005, observando o lugar do multilinguismo em documentos normativos da chamada *lusofonia*, enquanto uso concreto da língua, à luz da ADD.

Organização: AULP	
Categorias de análise	Enunciado selecionado
Razões	A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (A.U.L.P.) visa promover a cooperação entre as Universidades e Instituições de Ensino Superior e de Investigação que dela sejam membros.
Objetivos	a) Promover e apoiar iniciativas que visem o desenvolvimento da Língua Portuguesa ; b) Receber e apoiar o contributo de todos os que, em Universidades e Instituições de Ensino Superior de diferentes idiomas, estudam a Língua Portuguesa e as culturas nela veiculada ; c) Promover projectos de investigação científica e tecnológica conjuntos nas áreas ou temas de interesse dos associados, estimulando o conhecimento da realidade , a cooperação entre os povos e o desenvolvimento de cada um dos Países ;

⁷¹ <https://aulp.org/protocolos/> Acesso em jan. de 2024.

<i>Status</i> da Língua Portuguesa	São membros titulares as Universidades e outras Instituições de Ensino Superior e de Investigação dos Países e Regiões de Língua Portuguesa .	
Conceito de língua	Reconhecendo a importância e utilidade da Língua Portuguesa como vector de difusão e promoção das aquisições e conquistas da ciência, cultura e tecnologia contemporâneas em cada uma das nossas instituições associadas e nas comunidades em que se inserem,	
O lugar do multilinguismo	<ul style="list-style-type: none"> • Línguas (0)*; • Africanas (0); • Autóctones (0); • Multilinguismo (0); • Heterogeneidade (0). 	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação (4)

*Número de ocorrências no Estatuto

Dados os enunciados destacados para análise à luz da ADD, iniciamos com a primeira categoria elencada. Seguindo os critérios metodológicos de escolha das instituições a serem analisadas, a presente Associação tem como um dos objetivos promover a cooperação, não apenas das Universidades, mas também dos Institutos de ensino superior dos países que a compõem. O âmbito do Ensino Superior é importante na produção e difusão de conhecimento científico, nesse sentido o foco da Associação nos países de língua oficial portuguesa se baseia no fator linguístico como fator comum entre os países membro, logo o discurso se volta para a homogeneidade do português. Essa hipótese é confirmada pelo primeiro objetivo destacado na segunda categoria elencada. O desenvolvimento da língua portuguesa em uma Associação constituída por países distribuídos em território descontínuo, infere uma grande variedade sócio-histórica e etnolinguística, ainda que oficialmente se regule o uso português, ou ainda, os países o empreguem em maior ou menor grau a depender de seu contexto. O enunciado elucubra para o fortalecimento da ação de forças centrípetas no discurso, relegando a margem a papel que as línguas africanas e as variedades do português exercem dentro dos países que compõem a AULP.

O segundo objetivo selecionado, ainda na segunda categoria, amplia a abordagem interessante à Associação acerca da língua portuguesa e sua cultura. Nesse ponto, pode-se destacar criticamente duas perspectivas. Por um lado, as contribuições de Universidades e Instituições de outros idiomas permitem a aporte de outras perspectivas e compartilhamento de experiências positivas que podem vir a ser importantes para os estudos empreendidos nos países de língua oficial portuguesa em diversos âmbitos, por outro enfocando especificamente a área linguística, abordada na presente pesquisa, pode incorrer na sobreposição da visão real do enunciadores dessas línguas como vem ocorrendo historicamente. O desenvolvimento de estudos á nível superior é o âmbito de construção de conhecimentos, logo essa cooperação tem de ser vista com cautela priorizando o fortalecimento epistemológico da cooperação Sul-Sul a partir de uma visão crítica e decolonial desde seus enunciadores.

O terceiro enunciado destacado, ainda na segunda categoria elencada, fornece os incipientes indícios de compreensão do mosaico que constitui a Associação. Assim, destacamos o estímulo ao conhecimento da realidade de cada um dos países, como característica do gênero observam-se objetivos genéricos e amplos do ponto de vista linguístico, contudo buscando não esquecer o foco da presente análise, destaca-se a ausência da menção a realidade multilíngue em uma Associação que busca sua união exatamente pela língua, reenunciando assim o discurso monolíngue intrínseco em suas linhas, a perspectiva por nós defendida envolve a língua portuguesa como meio de conhecimento, reconhecimento e valorização da riqueza multilíngue e multicultural englobada pelo português enquanto língua transnacional e suas agências de cooperação.

A terceira categoria elencada aborda o status da língua portuguesa, assim, destacamos a descrição dos membros titulares da Associação, que engloba Universidades e Instituições de países e regiões de língua portuguesa. O site institucional descreve “Somos mais de 130 membros dos oito países de língua oficial portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste – e Macau (RAEM).” (AULP, 2024). Assim, a AULP amplia seus membros para regiões de língua português, como a Região Administrativa Especial de Macau, por exemplo, com a qual celebra desde 1998 Protocolos de cooperação como com a Fundação Escola Portuguesa de Macau, objetivando a

defesa da língua portuguesa no Oriente. (AULP, 2024)⁷². Ao mesmo tempo, não se pode deixar de notar que a AULP considera oito países de língua oficial portuguesa, enquanto a CPLP contabiliza nove, excluindo assim a integração mais recente, Guiné Equatorial, logo não é membro da Associação.

A quarta categoria elencada aborda o conceito de língua adotado pelo discurso da Associação. Destacamos aqui a “Língua Portuguesa como vector de difusão e promoção das aquisições e conquistas da ciência, cultura e tecnologia contemporâneas” (AULP, 2005), a qual retomamos a questão da atual, assim como histórica, hegemonia da língua portuguesa perante as variedades do mosaico cultural que a compõe. Negar o multilinguismo perante a rica contribuição de países multilíngues é negar a identidade, a história e os saberes de indivíduos silenciados historicamente pelo ideal monolíngue e hegemonia da língua de herança colonial.

A quinta e última categoria elencada, envolve a busca lexical direta acerca do lugar do multilinguismo no Estatuto da AULP, enquanto uso concreto da língua. A busca pelo termo “línguas” não encontrou ocorrências, ao passo que “língua”, no singular, encontrou 13 resultados para a busca, entretanto todos eles relacionados à língua portuguesa. Igualmente ao termo “línguas”, os termos “africanas”, “autóctones”, “multilinguismo” e “heterogeneidade” não apresentaram ocorrências no Estatuto da Associação composta por países dispersos em quatro continentes, com processos histórico-constitutivos variados e com contato linguístico com diversas línguas durante esse. Já o termo “cooperação” apresenta quatro ocorrências, sintomas a se ter cautela ao se considerar os objetivos da Associação e a valorização dos países e regiões que a compõe.

5.4 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dando continuidade ao movimento de análise, partimos para a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (doravante UNILAB) a partir de uma perspectiva brasileira de política linguística para a *lusofonia*, especialmente no que diz respeito aos PALOPs. A UNILAB é uma entidade de cooperação internacional com foco no Sul Global, sua criação teve como pilares a expansão do ensino superior brasileiro, a partir da internacionalização e da interiorização. Sendo assim,

⁷² <https://aulp.org/protocolos/> Acesso em jan. de 2024.

discutiremos o contexto de sua gênese, compreenderemos sua organização interna enquanto instituição pública de ensino superior e analisaremos o lugar ocupado pelo multilinguismo, característico dos PALOPs, em seu Estatuto concebido como uso concreto da língua à luz da ADD.

O início das atividades da Universidade data de 25 de maio de 2011, significativa por marcar o Dia da África, em alusão a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA), contudo o seu processo de criação é bem anterior. (UNILAB, 2013, p. 36) A Lei Nº 12.289 de criação da Universidade é sancionada pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em 20 de julho de 2010, na qual constam como objetivos:

Art. 2º A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

Assim, nos bastidores de sua criação insere-se a Comissão de Implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ainda em outubro de 2008, visando a expansão do ensino superior no Brasil. Logo, com o intuito de interiorizá-lo a instituição é instalada em Redenção, no Ceará, mais especificamente na região do Maciço de Baturité, composta por 13 municípios. Além da sede administrativa em Redenção, a UNILAB se distribui em quatro campi, o Campus da Liberdade, em Redenção (CE); Campus dos Palmares, em Acarape (CE); Campus de Auroras (CE) e Campus dos Malês, em São Francisco do Conde (BA). Nesse sentido, a sede em Redenção tem grande significado, tendo em vista que foi a primeira a abolir a escravatura no Brasil em 1883, soma-se a isso o desenvolvimento acadêmico e científico da região e seu entorno. (UNILAB, 2013, p. 18)

De acordo com o Portal do Ministério da Educação, o então presidente Lula durante evento de sanção da lei de criação da Universidade declarou que a UNILAB “É uma forma de o Brasil, aos poucos, pagar a dívida com os povos africanos, que não pode ser mensurada em dinheiro, mas em parceria, em solidariedade.” (Yonekawa, 2010)⁷³. A projeção à época era de que a Universidade atendesse 5.000

73

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/unilab#:~:text=Pela%20lei%20que%20criou%20a,institui%C3%A7%C3%A3o%20C3%A9%20a%20Guin%C3%A9%20Bissau>. Acesso em jan. de 2024.

estudantes de graduação, vagas divididas igualmente por estudantes brasileiros e de países africanos. De início, a universidade priorizou cinco áreas, a saber: energia e tecnologias; gestão pública; saúde pública; educação pública e agricultura.

Atualmente, por meio da disponibilização de dados “UNILAB em números”⁷⁴, do site institucional, sabe-se que são 25 cursos de graduação presencial, que somam 4.280 estudantes matriculados, dos quais 2.963 são brasileiros e 1.317 são estrangeiros, apesar da nacionalidade não ser especificada. A graduação EAD se constitui de 3 cursos, que dos 322 estudantes matriculados, 321 são brasileiros e 1 é estrangeiro. Ainda no ensino superior, a Pós-Graduação *Strictu Sensu* conta com 9 cursos totalizando 351 estudantes matriculados, dos quais 321 são brasileiros e 14 estrangeiros. Vale ressaltar que o processo seletivo difere para estudantes nacionais e internacionais, desses últimos são solicitados visto temporário, termo de responsabilidade financeira e comprovação de conclusão do Ensino Secundário, por exemplo, para trâmites com a Embaixada brasileira.

O contexto de criação da UNILAB engloba ainda o processo de internacionalização do ensino superior do Brasil. O pesquisador brasileiro Maurício Heleno (2014, p. 113) analisa que a implantação da instituição é representativa nesse movimento juntamente com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), posto que a UNILA e a UNILAB possuem a política de garantir metade de suas vagas disponíveis para estudantes estrangeiros. O autor aponta a estratégia brasileira de projeção internacional fortalecida no âmbito educacional no que concerne à África Lusófona, o Mercosul e a região Amazônica, contudo avalia a cooperação internacional brasileira para com a África por duas óticas:

A diplomacia brasileira apresenta duas facetas em relação à África: uma cooperativa, materializada em diversos programas de transferência de conhecimentos, e outra dominadora, revelada pelo interesse brasileiro em expandir sua influência política e pela ação predatória de empresas brasileiras em países africanos. (Heleno, 2014, p. 111)

Malomalo, Lourau e Souza (2018) analisam a cooperação internacional entre Brasil e África a partir da UNILAB no período de 2003 a 2018. Apesar de o funcionamento da Universidade ter se dado durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), os autores sustentam que o governo Lula (2003 - 2010) foi importante

⁷⁴ Disponível em: https://unilab.edu.br/unilab-em-numeros/?_ga=2.17041017.1563786343.1708625975-1204853580.1700748497&_gl=1*100t0g0*_ga*MTlwNDg1MzU4MC4xNzAwNzQ4NDk3*_ga_622E2NCDRK*MTcwODc2MDE4Mi4xMC4wLjE3MDg3NjAxODluMC4wLjA. Acesso em jan. de 2024.

para a implementação de políticas públicas que consolidassem sua criação enquanto política externa brasileira de cooperação Sul-Sul. (Malomalo; Lourau; Souza, 2018, p. 529)

Os autores pontuam que o contexto de integração com a América Latina e a África, com destaque para os PALOPs, se deu durante o governo Lula, tendo em vista o crescimento econômico mundial. Assim, os países africanos foram importantes na busca pela consolidação da imagem brasileira para com o comércio e a política exterior (Malomalo; Lourau; Souza, 2018, p. 530). Logo, aliado a fundamentos históricos e de cooperação solidária, Malomalo, Lourau e Souza (2018, p. 533) apontam que o movimento de cooperação no eixo Sul consolidou-se como uma ampliação de parcerias, não resultando em um abandono de aliados do eixo Norte. Nesse sentido, os autores avaliam:

É evidente que esta cooperação tem trazido benefícios para países africanos, mas, numa lógica perversa, tem beneficiado muito mais as empresas brasileiras instaladas nestes países. Essa relação vertical estabelecida pelos governos brasileiros, inclusive os petistas, tem como consequências drásticas: o mau funcionamento das relações que são estabelecidas a partir destes acordos, como é o caso da UNILAB. (Malomalo; Lourau; Souza, 2018, p. 535)

Em entrevista a Santos (2018), o intelectual africano Bas'lele Malomalo que se autodescreve como “renascido na diáspora africana contemporânea brasileira” (p.1) discorre acerca dos principais desafios da UNILAB. O entrevistado se situa como docente do curso de Bacharelado em Humanidades e no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras da UNILAB e ter trabalhado na Pró-reitora de Relações Institucionais e Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Estudantes, além de conviver e investigar o contexto a ser discutido. Ao ser arguido acerca dos maiores desafios da UNILAB, Malomalo (2018) responde.

Dentro da minha avaliação, os desafios enfrentados pela UNILAB, que ao serem enunciados comportam os germes de suas soluções, podem se traduzir nessas linhas: o maior desafio é encontrar dirigentes e servidores/as comprometidos/as com o projeto original. (Santos, 2018, p. 6)

O intelectual africano explica que após três gestões *pro-tempore* os interesses políticos se sobrepunham aos interesses de desenvolvimento e consolidação da UNILAB, ao que Malomalo, Lourau e Souza (2018, p. 536) apontam como “manobra feita pela reitoria da universidade junto com a cumplicidade do MEC em não publicar o Estatuto da UNILAB, retardando o processo da democratização interna desta instituição internacional”. De fato, o site institucional da Universidade disponibiliza a

1º versão do Estatuto que data de 2013, lembrando que ela deu início às suas atividades em 2011.

O entrevistado continua pontuando questões estruturais e internas à instituição, como o investimento financeiro mal aproveitado nas construções prediais e o pouco zelo com a perspectiva intercultural nos processos seletivos via concurso público de profissionais, docentes e TAEs. (Santos, 2018, p. 7) Além de desafios de implementação, valorização e gestão. Malomalo destaca como desafio as políticas preventivas de implementação da UNILAB, como a carência de planejamento urbano das cidades que receberiam campus da Instituição, além da necessidade de políticas no âmbito de mobilidade urbana, segurança pública, infraestrutura e mais precisamente políticas de diversidade étnico-racial e de gênero. Soma-se a isso, segundo o africano, a pouca valorização dos professores negros e africanos em cargos de gestão e durante os processos seletivos, senão constrói-se “uma universidade internacional com cabeças-pensantes nacionais.” (Santos, 2018, p. 7). Por fim, destaca como desafio a gestão entre Ceará e Bahia, permeados pela falta de comunicação, investimentos e diálogo.

Em suma, há a inexistência de uma cultura de se trabalhar num ambiente internacional, intercultural e inter-regional. Uma universidade como a UNILAB exige a prática de uma outra gestão pública. Não se trata de pautar a sua ação nos cortes. É preciso responsabilidade e compromisso com essas novas realidades que só a UNILAB tem: o internacional *no* interior. (Santos, 2018, p. 7)

A partir da concepção da UNILAB como política educacional de internacionalização, assim como intercultural e inter-regional apontado acima, Silveira, Leviski e Balsalobre (2022) revelam a necessidade de se pensar criticamente a *lusofonia* como integração, perante os desafios da heterogeneidade cultural que a constitui. Assim, ao se discutir a internacionalização da língua portuguesa, como fator comum que une as nações lusófonas, os autores defendem a discussão de uma política linguística que valorize e reconheça as línguas locais, desmistificando o multilinguismo como empecilho ou obstáculo (Silveira, Leviski e Balsalobre, 2022, p. 7314-7315). Como Universidade multicultural, os autores apontam que além do seu contexto de criação focar a internacionalização e a interiorização, o projeto político pedagógico que rege suas abordagens educacionais também, tendo em vista que na Universidade da integração é possível reunir em uma mesma sala de aula estudantes brasileiros, quilombolas e indígenas, seja de áreas rurais ou urbanas, além dos

que a Universidade é regida pelo presente Estatuto, além da legislação federal pertinente; do Regimento Geral; das Resoluções de seus órgãos colegiados de deliberação superior e; por regimentos específicos (UNILAB, 2020, p. 7).

A organização institucional interna é constituída pelos seguintes órgãos dispostos no art. 12º: I - de deliberação superior, o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe); II - de fiscalização econômico-financeira, o Conselho de Curadores; III - de administração superior, a Reitoria com seus órgãos auxiliares e o Conselho Administrativo; IV - de ensino, pesquisa e extensão, as Unidades Acadêmicas, as Unidades Especiais e os órgãos suplementares e complementares; V - de consulta, os Conselhos de Integração Comunitária e o Conselho de Integração Internacional; VI - de controle, a Corregedoria e a Ouvidoria. (UNILAB, 2020, p. 10) Soma-se a esses os órgãos suplementares, o Sistema de Bibliotecas da UNILAB (Sibiuni) e o Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e das Diásporas (Ceíáfrica), além do órgão complementar a Fazenda Experimental Piroás, vinculada ao Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR). (UNILAB, 2020).

Análise do Estatuto da UNILAB

Conhecendo o Estatuto enquanto gênero discursivo, partiremos para a análise dos enunciados selecionados nas devidas categorias elencadas.

Organização: UNILAB	
Categorias de análise	Enunciado selecionado
Razões	I - ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) , bem como promover

	o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional;	
Objetivos	<p>III - promover o estudo das problemáticas sociais, econômicas, políticas, culturais, científicas, tecnológicas e ambientais, visando à equidade e à justiça social na CPLP;</p> <p>VI - propor soluções para problemas comuns ao Brasil e os demais países da CPLP, com ênfase nos países africanos, com base na pluralidade de temáticas e enfoques, por meio da produção do conhecimento e do acesso livre ao conhecimento produzido;</p> <p>Parágrafo único. A Unilab poderá ampliar seus projetos de integração internacional, estendendo suas ações, de forma gradativa, aos demais países, especialmente os do continente africano.</p>	
Status da Língua Portuguesa	<p>Art. 4º A Unilab, universidade pública federal brasileira, de caráter laico, é vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania, o pluralismo, a tolerância e a democracia nas sociedades, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos.</p>	
Conceito de língua	<p>IV - atuar em áreas estratégicas de interesse das regiões e comunidades de língua portuguesa, em especial dos países africanos, de modo a possibilitar a produção de conhecimentos comprometida com a integração solidária, fundada no reconhecimento mútuo e na equidade;</p>	
O lugar do multilinguismo	<ul style="list-style-type: none"> • Línguas (0)*; 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração (36)

	<ul style="list-style-type: none"> • Africanas (0); • Autóctones (0); • Multilinguismo (0); • Heterogeneidade (0). 	
--	--	--

*Número de ocorrências no Estatuto

A primeira categoria tem como objetivo apresentar uma noção geral da Instituição a ser analisada e o enunciado selecionado apresenta informações significativas no que diz respeito ao discurso enunciado por essa. O enunciado se ocupa da missão institucional específica da UNILAB, da qual destacamos “formar recursos humanos”. A Universidade em seu nome intitula a integração, foco reforçado no decorrer dos Capítulos, Títulos e Seções do presente Estatuto, entretanto o trecho por nós destacado materializa na língua a função da instituição brasileira enquanto formadora, ao passo que a integração em si demanda uma formação interrelacionada, ou seja, de colaboração, parceria e diálogo entre ambas as partes. Em consonância com o que expõem Malomalo, Laurau e Souza (2018):

A política externa brasileira, a sociedade e a gestão da UNILAB compartilham a ideia de que os/as estudantes africanos/as e timorenses vêm ao Brasil apenas para “consumir” conhecimento. Como se não pudessem contribuir, de maneira igualmente rica, com o desenvolvimento local e da sociedade brasileira. (Malomalo; Lourau; Souza, 2018, p. 535)

Essa perspectiva é reenunciada na continuidade do inciso I, no qual o objetivo da formação de recursos humanos é contribuir para a integração entre o Brasil e a CPLP, mais especificamente os PALOPs. Leia-se aqui que a contribuição não se estabelece no sentido de colaboração dialogada como requerida pelos autores na citação acima, mas assiste à integração que tem o Brasil em primeiro plano, segundo a própria organização frasal. Além disso, nesse enunciado temos o primeiro contato com um posicionamento que se perpetua durante todo o gênero discursivo, a constante reenuniação de que apesar da cooperação se estabelecer com os países membro da CPLP, o foco da UNILAB são os PALOPs, demarcado pelo advérbio “especialmente”, encontrado também na forma de “com ênfase”, como veremos nos objetivos.

A segunda categoria elencada aborda os objetivos. Assim o Estatuto (2020) apresenta quatorze incisos, dos quais selecionamos três, dentre eles um Parágrafo único, que melhor representam os critérios metodológicos de pesquisa e análise.

Encabeçados todos por verbos no infinitivo os incisos apresentam noções gerais e amplas acerca dos objetivos, motivo pelo qual talvez a perspectiva linguística, foco do presente trabalho, não seja abrangida nesses termos, uma hipótese é de que esse âmbito possa estar incluído em termos como cultura, por exemplo, a depender do conceito de língua apreendido. Contudo, o inciso III, ao abordar as problemáticas, exclui e invisibiliza o conflito linguístico interno à CPLP perante a hegemonia de uma língua única enquanto elo de herança colonial em um contexto tanto multicultural como multilíngue. Logo, há de se superar a ideologia de que o multilinguismo é um problema para uma comunidade e em seu lugar problematizar a sua ausência.

Ainda discutindo os objetivos selecionados, o inciso VI aborda um dos pilares da cooperação, a troca de experiências entre países em desenvolvimento. Ressalta-se aqui a importância de considerar e valorizar a realidade local no planejamento e execução de políticas públicas, pois ao se deslocar (literalmente) experiências positivas ou aprendizados de experiências negativas pode-se provocar a subjacência de traços étnico-culturais intrínsecos culturalmente. Nota-se aqui novamente o reforço à cooperação com os PALOPs, marcado linguisticamente pela expressão “com ênfase”. O parágrafo único, por sua vez, finalizando os objetivos selecionados, reenuncia o caráter internacional da instituição e amplia o foco para além dos PALOPs, para o continente africano como um todo.

Como vimos anteriormente, o então presidente Lula no ato de promulgação da Lei de Criação da UNILAB em 2010 declara que “É uma forma de o Brasil, aos poucos, pagar a dívida com os povos africanos, que não pode ser mensurada em dinheiro, mas em parceria, em solidariedade.”⁷⁶, nesse excerto o presidente já englobava o continente africano, contudo Malomalo, Laurau e Souza (2018, p. 533) avaliam-no criticamente, pois “seu discurso evoca mais uma relação de obrigação, uma vez que o Brasil participou ativamente na escravidão de negros/as da África. Mais que isso, percebe-se, também, a necessidade de mostrar um Brasil que busca cooperar com os PALOPs como se não houvesse nenhuma relação de troca.”.

A terceira e a quarta categorias de análise, o status e o conceito de língua portuguesa no documento normativo da *lusofonia*, se interrelacionam mutuamente. No art. 4º é possível analisar discursivamente o status da língua portuguesa,

⁷⁶ <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/15689-lula-sanciona-lei-que-cria-a-universidade-luso-afro-brasileira> Acesso em jan. de 2024.

primeiramente compreende-se a proximidade com a CPLP, tendo em vista as diversas citações da Comunidade objetivando a cooperação e a integração no decorrer do Estatuto (2020), assim observa-se a perspectiva de língua portuguesa como língua oficial. Essa visão é reforçada na reenunção da universidade como “vocacionada para a cooperação internacional”, nesse sentido retomamos a ótica de Ponso (2018), outrora empreendida: “Se através da CPLP concretizam-se políticas para a promoção da língua portuguesa (sua homogeneidade, sua integração, sua hegemonia), toda a articulação e esforços em torno dessas políticas tiram do foco o caráter multilíngue, contatual, heterogêneo e conflitivo herdeiro do passado colonial.” (p. 196). Ou seja, um espaço de difusão internacional do português aponta para um espaço de homogeneização, assim a Instituição enquanto cooperação internacional aponta se não para a homogeneização, ao menos para o prestígio de uma variedade perante as demais.

Nesse sentido, o conceito de língua apesar de sustentar, igualmente à categoria anterior, a hipótese de aproximação ao conceito da CPLP, destaca no inciso IV as “comunidades de língua portuguesa” podendo-se compreender a língua portuguesa como língua materna, língua de contato, língua de substrato, língua segunda ou ainda variedades locais da língua portuguesa pautada na “integração solidária”, dois termos que tanto juntos quanto separados estiveram muito presentes no Estatuto (2020). A UNILAB é concebida como um projeto de reparação histórica (Silveira, Levski e Balsalobre, 2022, p. 7316) e retomando a fala do então presidente trazida acima, uma forma de pagar uma dívida com solidariedade, assim a “Unilab ajuda a fortalecer os laços de “dádiva”, adensando a imagem brasileira de país solidário e “diferente” dos demais. Contribui também para integrar os países parceiros em sua área de influência, aprofundando a posição do Brasil no sistema internacional.” (Helena, 2014, p. 124)

A categoria “o lugar do multilinguismo”, por sua vez, em busca de marcas linguísticas dos discursos enunciados no Estatuto (2020) realiza pesquisa lexical pela ferramenta de pesquisa do leitor de PDF Adobe, aos termos “Africanas”, “Autóctones”, “Multilinguismo” e “Heterogeneidade”, resultando em ausência de ocorrências, ao passo que “integração” apresentou 36 ocorrências. Dados sintomáticos, visto que os termos ausentes são importantes quando se tem tão claro o objetivo de integrar os PALOPs. O termo “língua”, pesquisado com o intuito de observar como o multilinguismo dos países africanos de língua oficial portuguesa foi abordado no Estatuto, apresentou 5 ocorrências, contudo, todas se referem à língua portuguesa,

reforçando o caráter homogeneizador difundido pela lógica colonial e promovido pelo discurso lusófono.

Assim, não podemos esquecer que o gênero analisado se insere num determinado espaço e tempo definidos e que analisando-o podemos inferir uma perspectiva de funcionamento da sociedade, sempre mantendo a postura exotópica do pesquisador. O estatuto analisado, apesar de recente (2020), é fruto de uma série de versões provenientes desde o início de funcionamento da instituição, logo por se tratar de um gênero normativo apresenta em suas linhas, ou entre elas muitas vezes, valores, perspectivas e noções de um determinado âmbito social, este por sua vez majoritariamente difere do âmbito para o qual é produzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazendo à tona a historicidade do continente africano e como ele foi retratado pelos historiadores ocidentais, observa-se que a exploração colonial esvaziou historicamente sua narrativa, a oralidade, as línguas nativas. A partir de Blommaert (1999), Said (1985), Homi Bhabha (1994) e Benedict Anderson (1983), Makoni e Pennycook (2015, p. 12-14) defendem que a “descoberta” trouxe consigo a “invenção” de categorias portadoras de civilização e assimilação aos povos, desde sua língua, instrução, conhecimento até sua religião e cultura. Assim, a história em África, enquanto continente, foi contada pelo discurso de outrem, ao passo que os sujeitos inseridos no próprio contexto tiveram de presenciar suas terras sendo palco para a construção e o fortalecimento de um discurso europeu ufanista e homogeneizante. Nesse sentido, a “desinvenção” proposta pelos autores tem como base a proposição de alternativas viáveis por meio do planejamento linguístico.

A ideologia da invenção opera como uma crítica da imposição linguística ou do imperialismo linguístico, não no sentido de que línguas dominantes são impostas a grupos minoritários, mas no sentido de que a imposição reside nas maneiras como as formas linguísticas são constituídas/construídas como línguas, e na maneira como definições particulares daquilo que conta como língua são constituídas e impostas. (Makoni; Pennycook, 2015, p. 15-16)

Assim, com foco para os PALOPs, colônias de exploração portuguesa, tivemos como objetivo neste trabalho investigar o discurso difundido pelas instituições de cooperação internacional, por meio de seus documentos jurídico-normativos oficiais, buscando o lugar destinado ao reconhecimento, valorização e proteção ao multilinguismo característico dos PALOPs em sua relação com as variedades do português, as línguas africanas e seus falantes socio-historicamente constituídos, tendo em vista a promoção da “cidadania linguística”, que de acordo com Severo e Nhampoca (2022, p. 32) valida e reconhece os atos linguísticos de sujeitos multilíngues e epistemologias linguísticas com base no multilinguismo.

Para tanto, propusemos uma interface com a ADD na pesquisa bibliográfica e documental, com vistas a visualizar o objeto de pesquisa por meio de uma ótica que possibilitasse compreender além do texto, o intuito discursivo (Bakhtin, 1997, p. 301) e suscitar reflexões pertinentes ao estudo das políticas linguísticas críticas no Sul Global (Souza Santos, 2018). Dessa forma, mobilizamos os conceitos de *gêneros discursivos*, *cronotopo* e *exotopia* bakhtinianos de modo que possibilitassem contribuir

para um novo olhar sobre os documentos oficiais, sobre o que já está posto e sobre o que já foi difundido por meio deles para concretizar a análise em Políticas Linguísticas Críticas. A teoria do Círculo desempenhou relevante papel teórico-metodológico de análise dos documentos oficiais enquanto enunciados por meio do uso concreto da língua materializado por um gênero discursivo, logo tendo em vista que se situam em um espaço e tempo específicos e que como enunciados são passíveis de responsividade, propôs-se uma análise exotópica do pesquisador.

Assim, analisamos os Estatutos de quatro agências de cooperação internacional que têm como objetivo, cada qual a seu âmbito, a união pelo passado em comum e pela língua compartilhada, são elas: CPLP, IILP, AUL e UNILAB. Selecionamos o gênero Estatuto enquanto gênero discursivo e como importante documento normativo oficial que formaliza juridicamente os princípios de uma organização (Michaelis, 2024). Logo, analisar o Estatuto de uma instituição possibilita compreender suas motivações inegociáveis, além de sua organização interna e funcionamento, sendo, portanto, de grande valor para a análise do multilinguismo como uma das principais características do contexto africano em instituições de cooperação da chamada *lusofonia*.

Ademais, objetivou-se que a própria interface aqui proposta se constituísse como um diálogo e para tanto as considerações elencadas são oriundas de uma posição de responsividade ativa do pesquisador socio e historicamente situado. Nesse sentido, a análise foi realizada sob a concepção de categorias, são elas: Razões; Objetivos; Status da Língua Portuguesa; Conceito de língua e; O lugar do multilinguismo, buscando respeitar a igualdade entre as análises. Dito isso, podemos apresentar algumas considerações.

Durante as análises um dos pontos que mais chamou a atenção foi a hegemonia de um discurso homogeneizante, sob a ação de forças centrípetas, ou seja, que buscam a unificação. Assim, os Estatutos prezam pela cooperação e difusão da língua portuguesa, nesses termos, excluindo as diferenças nas variedades do português e as línguas africanas (abaixo elencados). Dados relevantes, tendo em vista que são instituições juridicamente importantes no âmbito da cooperação de países dispersos geograficamente e em território descontínuo.

- i) 1. Para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o **Português como língua oficial**, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos. (CPLP, 2007)

- ii) São membros titulares as Universidades e outras Instituições de Ensino Superior e de Investigação dos **Países e Regiões de Língua Portuguesa**. (AULP, 2005)

Esse discurso homogeneizante difundido possibilita ainda compreender o Status da língua portuguesa, concebida e aceita como língua oficial, reenunciando o monolinguismo discutido durante a pesquisa, desde ferramenta opressora de colonização linguística, até o ideal europeu de união nacional. Segundo Severo e Nhampoca (2022, p. 33), nesse contexto há uma hierarquização dos valores entre a língua oficial, europeia e escrita perante as práticas orais das línguas nacionais africanas, as autoras definem que essa postura parte do âmbito governamental e institucional, ou seja, como produto de uma política linguística.

Outras ideologias linguísticas reforçadas pelas instâncias governamentais e institucionais dos estados nacionais incluem a ideia de que as sociedades e as pessoas seriam naturalmente monolíngues, sendo que multilinguismo seria visto como um obstáculo para a mobilidade social, com exceção das línguas de prestígio, como o inglês; ou que certos níveis de proficiência nas línguas de prestígio seriam necessários para favorecer a mobilidade social dos sujeitos (BLOMMAERT, 2014). (Severo; Nhampoca, 2022, p. 33)

O prestígio à língua portuguesa estende-se ao conceito de língua, por meio dessa categoria buscamos concatenar as discussões empreendidas acerca da “invenção” de língua. Ora se o ideal monolíngue e a modalidade escrita da língua são centrais nos discursos dos Estatutos, a língua portuguesa parece se posicionar como a única língua possível de conhecimento de acordo com os Estatutos, invisibilizando as práticas de linguagem oral, as práticas de culturas e transmissão de conhecimentos e crenças fora do âmbito formal escolar e uma série de categorias impostas que não se encaixam a realidade multilíngue. Logo, “Compreendemos que a realidade africana multilíngue deve ser vista a partir de abordagens que sejam sensíveis à complexidade local, evitando aplicar teorias e perspectivas monolíngues para definir o multilinguismo, como se o multilinguismo compreendesse um somatório de monolinguismos.” (Severo; Nhampoca, 2022, p. 34). Abaixo destacamos o privilégio à língua portuguesa em diversas categorias de difusão do conhecimento, retirado dos Estatutos:

- i) da Língua Portuguesa como **veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais**. (CPLP, 2007)

- ii) Reconhecendo a importância e utilidade da **Língua Portuguesa como vector de difusão e promoção das aquisições e conquistas da ciência, cultura e tecnologia contemporâneas** em cada uma das nossas instituições associadas e nas comunidades em que se inserem (AULP, 2005)

Visando atingir o objetivo geral da pesquisa de forma mais direta, selecionamos como metodologia a busca lexical, assim elegemos os vocábulos Língua(s), Africanas, Autóctones, Multilinguismo e Heterogeneidade. Esse grupo de palavras organizado de modo estratégico anseia por investigar o multilinguismo além do próprio termo, inserindo na busca o termo “línguas” no plural, “africanas” e “autóctones” na pesquisa sobre as línguas locais e nacionais africanas e “heterogeneidade”, ainda na investigação do contexto multilíngue. Os dados são a resposta que embasam essa pesquisa, o multilinguismo não ocupa lugar de destaque nos Estatutos de instituições cooperativas da *lusofonia*. E as ausências são tão ou mais significativas quanto as presenças constatadas, pois o grupo lexical que possui presença massiva é composto por “cooperação”, “concertação” e “integração”, reforçando a ação de forças centrípetas no discurso difundido.

Compreendemos que não é a inclusão de um termo ou de uma pauta acerca do multilinguismo que resolveria essa ausência, pois mesmo quando há a presença oficial, ainda assim as leis podem não se cumprir. E é nesse ponto que a interface com a ADD foi tão positiva na presente pesquisa, possibilitando a leitura para além do texto, desinventando e investigando termos difundidos a partir de uma postura crítica e decolonial (Capítulo 1), considerando todo o panorama sócio-histórico e educacional dos PALOPs (Capítulo 2), compreendendo as estratégias de políticas de cooperação internacionais (Capítulo 3) e questionando o já-dito para enfim alcançar o intuito discursivo por meio da responsividade ativa do pesquisador.

A ausência de uma das características mais representativas dos PALOPs em documentos oficiais normativos de instituições de cooperação internacional entre países de língua oficial portuguesa posiciona-se como uma escolha baseada no ideal monolíngue, no ideograma língua/nação, na herança da colonização linguísticas e na presença até os dias de hoje da hegemonia do português em contextos transnacionais.

A perspectiva por nós defendida é a importância de uma Política Linguística que reconheça e valorize o multilinguismo como riqueza da Comunidade, contribuindo

para a justiça social e para a própria discussão acerca do conceito de língua, buscando desinventá-lo (Severo; Silveira, 2020; Makoni; Pennycook, 2015). Assim, a partir de Políticas Linguísticas pensadas para a realidade multilíngue poderemos transformar “ausências em presenças” (Souza Santos, 2018).

Retomando as motivações pessoais que suscitaram essa escrita, o posicionamento exotópico permitiu analisar a trajetória de construção do pesquisador, partindo de uma produção científica ainda envolta inicialmente em contextos eurocêntricos e a importância do estudo das políticas linguísticas críticas para a construção de uma pesquisa que se propõe decolonial. Logo, concluímos que a presente pesquisa pode contribuir para os estudos da área, especialmente em seu viés crítico, na interface proposta com a ADD empregada e na reflexão acerca dos próximos passos para a valorização e reconhecimento do multilinguismo a partir de Políticas Linguísticas críticas e decoloniais.

REFERÊNCIAS

- ABDELHAY, A. MAKONI, S. B. SEVERO, C. G. Language Planning and Policy: The Discursive Landscaping of Modernity. In: ABDELHAY, A. MAKONI, S. B. SEVERO, C. G. (ed.) **Language Planning and Policy: Ideologies, Ethnicities, and Semiotic Spaces of Power**. Cambridge Scholars Publishing: Newcastle upon Tyne, 2020. p. 1-21.
- ABDULA, Rajabo. Políticas e desafios em torno do ensino das línguas nacionais em Moçambique. **Anais do II Congresso Internacional Línguas Culturas e Literaturas em Diálogo: identidades silenciadas**. Brasília: Editora IFB, 2018. p. 186-198.
- AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 95-114.
- ALVES, L. P. A cooperação técnica triangular e o papel do Inmetro. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 2, n. 4, jul-dez 2013. Disponível em: seer.ufrgs.br/austral/article/download/40498/26974.
- ARAÚJO, G. A. Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe?. In: SOUZA, S.; OLMO, F. C. (orgs.). **Línguas em português: A Lusofonia numa visão crítica**. Porto: Universidade do Porto Press, 2020, p. 173-197.
- AUGEL, J. O crioulo da Guiné-Bissau. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 19-20, 1997. DOI: 10.9771/aa.v0i19-20.20957. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20957>.
- BA KA KHOSA, Ungulani. Memórias perdidas, identidades sem cidadania. Coimbra: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 106, Maio, 2015, p. 127-132.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal** [tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. — 2' cd. —São Paulo Martins Fontes, 1997.
- BALDUÍNO, Amanda Macedo; BANDEIRA, Manuele; FREITAS, Shirley. A língua portuguesa de São Tomé e Príncipe. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19. n. 3. p. 8125 – 8143, jul./set. 2022.
- BANDEIRA, Manuele. **Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné**. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2017.tde-05042017-134159.
- BANZA, Ana Paula. O Português em Angola: uma questão de política linguística. In Fiéis, Alexandra, Maria Lobo & Ana Madeira (orgs.) **O Universal e o Particular. Uma vida a comparar**. Homenagem a Maria Francisca Xavier. Lisboa: Edições Colibri, 2014. p. 29-38.
- BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. **Gragoatá**, v. 11, n. 20, 30 jun. 2006.
- BRAIT, B. NUNES, J. A. Documentos oficiais em diálogo. **Eutomia**, Recife, 21(1): 144-168, Jul. 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. 532 pp.

CÁ, Virgínia José Batista. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau**. 2015. 176. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CALOSSA, Bernardino Valente; ANTÓNIO, Queneth José Pires. O FUTURO DO PORTUGUÊS EM ANGOLA: QUE CONCEÇÕES?. **Caderno Seminal**, [S. l.], n. 42, 2022. DOI: 10.12957/seminal.2022.64706. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/64706>.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística: uma introdução crítica**. Trad. MARCIONILO, Marcos. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CALVET, Louis- Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CÂMARA, Crisófia Langa da; TIMBANE, Alexandre António (Orgs.). **Estudos linguísticos e literários sobre Moçambique**. Itapiranga: Schreiben, 2022. 324 p. ISBN 9786589963745.

CANIATO, Benilde Justo. Língua portuguesa e línguas crioulas nos países africanos. **Via Atlântica**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 127–139, 2002. DOI: 10.11606/va.v0i5.49726. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49726>.

CONFORTE, André Nemi. ENTREVISTA COM CARLOS ALBERTO FARACO. **Caderno Seminal**, [S. l.], n. 42, 2022. DOI: 10.12957/seminal.2022.68695. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/68695>. Acesso em: 12 mai. 2023.

DJALÓ, Mamadú Saliu. **Plenitude e funcionalidade da língua guineense: um estudo sociolinguístico sob a perspectiva dos usuários**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 139. 2023.

EMBALÓ, Filomena (2008). O Crioulo da Guiné-Bissau: Língua Nacional e Factor de Identidade Nacional. In **PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, 18, pp. 101-107.

FARACO, C. A. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., e RIBEIRO, S. (orgs.) **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 31-50. ISBN 978-85-232-1230-8. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16749>>.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. 400 p.

FERNANDES, Esmael do Nascimento Patrício. **Dificuldades do ensino e aprendizagem da língua portuguesa no 1º e 2º ciclos do Ensino Básico em São Tomé e Príncipe: um estudo de caso**. Tese (Programa de Doutorado em Linguística) – Universidade de Évora – Instituto de Investigação e Formação Avançada, Évora, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/35279>

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

FIRMINO, G. Diversidade linguística e desenvolvimento nacional: questões sobre política linguística em Moçambique. **Revista Científica da UEM: Série Letras e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1. p. 118-129. 2015.

FIRMINO, G. D. Ascensão de uma norma endógena do Português em Moçambique: Desafios e perspectivas. **Gragoatá**, v. 26, n. 54, p. 163-192, 20 fev. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, P. **Lusofonia em Moçambique com ou sem glotofagia?** Comunicação apresentada no 2º Congresso Internacional de Linguística Histórica. São Paulo: USP (07-/02/2012).

GONÇALVES, Perpétua. Lusofonia em Moçambique: com ou sem glotofagia? In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA**, 2., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo, 2012.

GONÇALVES, R. M. G.; HAGEMEIJER, T. O Português num contexto multilíngue: O caso de São Tomé e Príncipe. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**, Moçambique, v. 1, n. 1, p. 87-107, 2015.

GUERREIRO, J. DA EUROPA: os esforços portugueses (1989 a 1994): João Guerreiro. RILP - **Revista Internacional em Língua Portuguesa**. n. 30. 2016. p. 47–49. DOI: 10.31492/2184-2043.RILP2016.30/pp.47-49. Disponível em: <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/190>.

GUSMÃO, N. M. M. África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados. COOPEDU - **Livro de Actas do Congresso Portugal e os Palop**. Cooperação na área da Educação., v. p. 283 - 299, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. África, Portugal e Brasil: um novo triângulo das Bermudas?. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 51–62, 2012. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v23i2p51-62. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/56877..>

HAGEMEIJER, Tjerk. “As línguas de São Tomé e Príncipe”. **Revista de crioulos de base lexical portuguesa e espanhola**, v.1, n.1, p. 1-27, 2009.

HELENO, M. G. B. O lugar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na política externa do governo Lula (2003-2010). **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 12, n. 23 jan.jun, p. 109–127, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2688>.

LEVISKI, C. E. A política da língua portuguesa em Guiné Equatorial. **WORKING PAPERS EM LINGUÍSTICA (ONLINE)**, v. 16, p. 62-81, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2015v16n2p62>

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I., orgs. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 41-73. ISBN 978-85- 232-0875-2.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: Beth Brait. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-166.

MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de língua. In: MOITA LOPES, L. P. da. (Org.). **Por uma linguística aplicada (in)disciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. Desinventando e (re)constituindo línguas. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 9-34, dez. 2015. Tradução por Cristine Severo.

MAKONI, S. B. Da linguística humana ao sistema "d" e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2018. DOI: 10.25189/rabralin.v17i2.511. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/511>.

MALOMALO, B.; LOURAU, J.; SOUZA, O. R. A UNILAB NA PERSPECTIVA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DECOLONIAL AFRICANA. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S. l.], n. 245, p. 517–552, 2018. DOI: 10.25247/2447-861X.2018.n245.p496-531. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/454>.

MALOMALO, Bas'llele. **UNILAB e os desafios futuros** – entrevista de Samuel Santos. **SURES**, n. 11 – 2018, p. 1-8. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/issue/view/55>.

MANÉ, Baticã Braima Ença. **Descrição e análise dos processos de formação de palavras por reduplicação no crioulo guineense (Guiné-Bissau)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.8.2021.tde-03052022-135318.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica** – 8. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

MARGARIDO, Alfredo. **A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000. 89 p.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística**. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

MENDES, Leonel Vicente. **Poemas, colonialismo, neocolonialismo e luta anticolonial numa perspectiva histórica em Amílcar Cabral**. 2022. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Interdisciplinar em Literatura Africana de Língua Portuguesa) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

MILANI, C. R. S.; CONCEIÇÃO, F. C.; M'BUNDE, T. S. Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-PALOP. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 13-32, Jan./Abr. 2016.

MILANI, C. R. S. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. 1a. edição - Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017, 224 p.

MONTALVÃO SARMENTO, C. .; GUIMARÃES, P. A história e registo dos encontros da AULP: Atas. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, [S. l.], n. 30, p. 125–

138, 2016. DOI: 10.31492/2184-2043.RILP2016.30/pp.125-138. Disponível em: <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/195>.

NAMONE, Dabana. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional**. 2014. 120 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

NASCIMENTO, Augusto. Lusofonia, que perspectivas culturais?. **Ciclo de conferências “Encontros com a história”**. Maputo, 2009. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10071/9656> >

NHAMPOCA, Ezra Chambal. Ensino Bilingue em Moçambique: introdução e percursos. **Work. Pap. Linguíst.**, 16 (2): 82-100, Florianópolis, ago/dez, 2015.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016.

OLIVEIRA, G. O Instituto internacional da língua portuguesa da CPLP - Aspectos da gestão de uma organização político-linguística original. **Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 32, n. 2, p. 11-36, maio-ago. 2019.

PEREIRA, Analúcia; MEDEIROS, Klei. O PRELÚDIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **1 Seminário Internacional de Ciência Política**. Porto Alegre. Setembro de 2015.

PONSO, Leticia Cao. **“As línguas não ocupam espaço dentro de nós”: práticas, atitudes e identidades linguísticas entre jovens moçambicanos plurilíngues**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: UFF, 2014.

PONSO, L. C. Situação minoritária, população minorizada, língua menor: uma reflexão sobre a valoração do estatuto das línguas na situação de contato linguístico. **Gragoatá**, 22(42), p. 184-207. 2017. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v22i42.33468>

PONSO, L. Transnacionalidade da Língua Portuguesa, política linguística externa e cooperação acadêmica Sul-Sul nos governos Lula da Silva-Dilma Rousseff (2003 – 2016). **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 26 jun. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROHLING, Nívea. A PESQUISA QUALITATIVA E ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO: CAMINHOS POSSÍVEIS. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 44–60, 2014. DOI: 10.26512/les.v15i2.7561. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7561>.

RONCARATI, C., SILVA, D. B. da, & PONSO, L. C. (2012). Um olhar crítico sobre a sociometria da língua portuguesa. **Gragoatá**, 17(32). <https://doi.org/10.22409/gragoata.2012n32a33033>

SANTIAGO, A. M., & AGOSTINHO, A. L. (2020). Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. **A Cor Das Letras**, 21(1), 39–61. <https://doi.org/10.13102/cl.v21i1.4970>

SASSUCO, Daniel Peres. Línguas atuais faladas em Angola: Entrevista com Daniel Sassuco. **Cadernos Textos de Debates**, NUER, n. 13, 2015.

SASSUCO, Daniel Peres; "Pistas essenciais para um português de Angola", p. 199 - 218. In: **Kadila: culturas e ambientes** - Diálogos Brasil-Angola. São Paulo: Blucher, 2016. ISBN: 9788580392111, DOI 10.5151/9788580392111-13

SEMEDO, Victor Manuel Eugénia; MARTINS, Aracy Alves; GOMES, Maria Amélia Rodrigues de Carvalho. CAMINHOS HISTÓRICOS DA OFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA CABO-VERDIANA. (Dossiê:As fontes para a História da África). **e-hum**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 62-76, abr. 2016. ISSN 1984-767X. Disponível em: <<https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/1558>>.

SEVERO, Cristine Gorski. Lusofonia, colonialismo e globalização. **Fórum linguistic.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 1321 – 1333, jul./set. 2016.

SEVERO, C. G.; SASSUCO, D. P. .; BERNARDO, E. P. J. . Português e línguas bantu na educação angolana: da diversidade como “problema”. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 43, p. 290–307, 2019. DOI: 10.20396/lil.v0i43.8658374. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8658374>.

SEVERO, Cristine Gorski; SILVEIRA, A. C. Lusofonia revisitada e a crítica da celebração. In: Sweder Souza; Francisco Calvo del Olmo. (Org.). **Línguas em português: A Lusofonia numa visão Crítica**. Lisboa: Porto, 2020, v. 1, p. 25-42.

SEVERO, Cristine Gorski; NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal. Políticas linguísticas educacionais em contextos multilingues africanos. **Revista Letras**, n. 105, p. 29-44, 2022.

SEVERO, C. G. MULTILINGUISMOS AFRICANOS: POTÊNCIAS E DESAFIOS EM CENÁRIOS PÓS-COLONIAIS. In: NHAMPOCA, E. A. C. LANGA, D. A. S. TIMBANE, A. A. (orgs.) **Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais**. Belém: Home, 2022.

SILVA, Diego Barbosa da. **De Flor do Lácio à Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. 2011. 283 f. Dissertação (Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; Língua Portuguesa; Ling) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, E. R. A PESQUISA EM POLÍTICA LINGUÍSTICA: HISTÓRICO, DESENVOLVIMENTO E PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 52, n. 2, p. 289–320, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645376>.

SILVEIRA, Alexandre C.; LEVISKI, Charlott E.; BALSALOBRE, Sabrina . (Des)lusofonias e (des)ensinos: por outras políticas linguísticas. **Fórum Linguístico**, v. 19, p. 7311-7323, 2022.

SOBRAL, Adail. Texto, discurso, gênero: alguns elementos teóricos e práticos. Nonada: **Letras em Revista**, Porto Alegre, v. 2, n. 15, p. 9-29, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512451677002>

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 10, n. 3, p. 1076–1094, 2016. DOI: 10.14393/DL23-v10n3a2016-15. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/33006>.

SOUSA SANTOS, B. Construindo as Epistemologias do Sul. vol. I. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **ReVEL**, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez.

SUCUMA, Arnaldo. Breve histórico sobre a construção do Estado da Guiné-Bissau. **Cadernos De História UFPE**, Recife, v. 9, n. 9, p. 129-144, 2012.

SWAAN, A. Words of the World: The Global Language System. Cambridge: Polity Press, 2001.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

TORQUATO, Clóris Porto. Políticas linguísticas, linguagem e interação social. *Revista Escrita*. n.11, p.1-29, 2010.

TORQUATO, Clóris Porto. As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-Independência: a construção da nação. **Letras**, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 151-184, jan./jun. 2011a.

TORQUATO, Clóris Porto. Políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde. **ESTUDOS LINGUÍSTICOS**, São Paulo, 40 (2): p. 1045-1059, mai-ago 2011b.

TOSATTI, N. M. O complexo mosaico da Língua Portuguesa nos países membros da CPLP: um breve panorama. **Revista Gatilho**, v. 19, p. 187-202, 2020.

TOSATTI, Natalia Moreira. O complexo mosaico da Língua Portuguesa nos países membros da CPLP: um breve panorama. **Gatilho**, Minas Gerais, v. 19, n. 02, p. 187-199, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/gatilho/article/view/27677>>.

UNILAB : Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul (organizado por Camila Gomes Diógenes e José Reginaldo Aguiar). Redenção: UNILAB, 2013. 120 p.

VEIGA, Manuel. Cabo Verde: da Diglossia à Construção do Bilinguismo. **PAPIA**, São Paulo, 25(2), p. 177-187, Jul/Dez 2015.

VILARINHO, R. F. N. Entre congruências e incongruências do metatermo lusofonia. **Cadernos de Pós -Graduação em Letras**, v. 21, n. 1, p. 248-260, jan./abr. 2021. doi: 10.5935/cadernosletras.v21n1p248-260

YURNA, Albate. **Português na Guiné-Bissau: sobre o estatuto da língua, seu ensino e a formação docente**. 2018. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto de de Linguagens e Literatura – III (ceará), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2018.

DOCUMENTOS

A Cooperação Educacional e Científica Brasileira em foco: relatório Cobradi 2021. Brasília: IPEA, 2022b.

Associação das Universidades de Língua Portuguesa. AULP (2005). Estatutos da Associação das Universidade de Língua Portuguesa. Lisboa, maio de 2005. Disponível em: https://aulp.org/wp-content/uploads/2018/09/AULP_Estatutos2005.pdf. Acesso em: 27 de fev. de 2023.

BRASIL, Lei nº 12.289/2010 de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm

Comunidade dos Países de Língua portuguesa. CPLP (2007). Estatutos da Comunidade dos Países de Língua portuguesa. Revisão de Lisboa, 2 de novembro de 2007. Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLI_S07.pdf. Acesso em: 19 de fev. de 2023.

Comunidade dos Países de Língua portuguesa. CPLP (2010). Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua portuguesa. VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Luanda, 23 de julho de 2010. Disponível em: https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fCCEG%2fVIII_CCEG%2fPDFs%2fDocs+ finais+cimeira%2fPAB.pdf

Comunidade dos Países de Língua portuguesa. CPLP (2014). Resolução sobre o Plano de Ação de Lisboa. XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua portuguesa. Maputo, 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf.

Comunidade dos Países de Língua portuguesa. CPLP (2017). Resolução sobre o Plano de Ação de Díli. XXII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua portuguesa. Brasília, 20 de julho de 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/es/media/cplp-09.pdf>

Comunidade dos Países de Língua portuguesa. CPLP (2021). Resolução sobre o Plano de Ação da Praia. XXVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Luanda, 16 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=9226&M=NewsV2&PID=10872>.

Comunidade dos Países de Língua portuguesa. CPLP (2021). Secretariado Executivo. Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa. Plano Operacional para a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa (2021 – 2026). Lisboa: 2021. Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Filer/1_CPLP/Lingua/Livro-Plano-Operacional-Lingua-Portuguesa-vfinal.pdf.

Comunidade dos Países de Língua portuguesa. CPLP (2022). Agenda estratégica para a consolidação da cooperação económica na CPLP 2022-2027. I Reunião Conjunta de Ministros da Economia, Comércio e Finanças. Abril de 2022. Disponível em: <https://coop-economica.cplp.org/media/jkidj20a/agenda-estrategica-para-a>

[consolidacao-da-cooperacao-economica-da-cplp_aprovada-2.pdf?File=%2FFiles%2FFiler%2F1_CPLP%2FEconomia%2FIMinEcoComFin%2FAGenda-Estrategica-para-a-consolidacao-da-cooperacao-economica-da-CPLP_aprovada-.pdf](#)

Constituição da República de Angola. Angola, 2010.

Constituição da República de Cabo Verde. Cabo Verde, 2010.

Cooperação internacional em tempos de pandemia: relatório Cobradi 2019 - 2020 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: IPEA : 2022b. 188 p.

Decreto-Lei n° 39.668, de 20 de Maio de 1954. Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7523.pdf> Acesso em nov. de 2023

Instituto Internacional da Língua Portuguesa. IILP (2005). Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Luanda, 20 de julho de 2005. Disponível em: <https://iilp.cplp.org/wp-content/uploads/2024/03/Estatutos-do-IILP-2005.pdf>. Acesso em: 20 de fev. de 2023.

Lei n° 2/2010 - Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE) – I SÉRIE — N° 17 SUP. «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 7 DE MAIO DE 2010. Disponível em: <https://www.ares.cv/assets/documentos/enquadramento/Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20Educativo.pdf>

Recenseamento geral da população e da habitação (RGPH – 2021) – Estado e estrutura da população. **Instituto Nacional de Estatística** - Cabo Verde. Praia, 2022.

Recenseamento geral da população e habitação 2017 - resultados definitivos Moçambique. **Instituto Nacional de Estatística** – Moçambique. Maputo, 2019.

Recenseamento Geral da População e Habitação de 2009 (RGPH - 2009) – Educação e a escolarização. **Instituto Nacional de Estatística** – Guiné-Bissau. Bissau, 2009.

Resolução n° 32/2015 do Conselho de Ministros. Disponível em: <http://alupec.kauberdi.org/pdf/resolucao-32-2015.pdf>. Acesso em mar. de 2024.

Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014. **Instituto Nacional de Estatística**. Luanda, Angola, 2016.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. UNILAB (2020). Estatuto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Resolução complementar CONSUNI N° 3, de 4 de dezembro de 2020. Brasil, 04 de dez. de 2020. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/Estatuto-Unilab-Dez.2020.pdf>. Acesso em: 09 de fev. de 2023.

LINKS E SITES

1º Fórum Lusófono da Governança da Internet debateu múltiplas interações da língua portuguesa na rede. CGI, 2023. Disponível em: <https://www.cgi.br/noticia/notas/1-forum-lusofono-da-governanca-da-internet-debateu-multiplas-interacoes-da-lingua-portuguesa-na-rede/> Acesso em: 20 de nov. de 2023

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Histórico, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/cooperacao-tecnica/historico> Acesso em: 23 de nov. de 2023.

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Modalidades de Cooperação Técnica, 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/ModalidadesCooperacaoTecnica>. Acesso em: 23 de nov. de 2023.

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O Brasil e a Cooperação Técnica Internacional, 2012. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileaCooperacao>. Acesso em: 23 de nov. de 2023.

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Instituições Membro. Disponível em: <https://aulp.org/instituicoes-membro/> Acesso em: jan. de 2024.

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Membros Associados. Disponível em: <https://aulp.org/membros-associados/> Acesso em: jan. de 2024.

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Membros Honorários. Disponível em: <https://aulp.org/membros-honorarios/> Acesso em: jan. de 2024.

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Missão. Disponível em: <https://aulp.org/quem-somos/missao/> Acesso em: jan. de 2024.

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Mobilidade AULP. Missões. Disponível em: <https://mobilidade-aulp.org/objetivos/#contacto> Acesso em: jan. de 2024.

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Mobilidade AULP. Disponível em: <https://mobilidade-aulp.org/> Acesso em: jan. de 2024.

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Notícia em 09 de fev. de 2024. Reunião Conselho de Administração AULP – 6 fevereiro 2024. Disponível em: <https://aulp.org/category/noticias/> Acesso em: fev. de 2024.

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Prémio Fernão Mendes Pinto (Edição 2022). Disponível em: <https://aulp.org/premio-fernao-mendes-pinto-edicao-2022/> Acesso em: jan. de 2024.

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). Protocolos. Disponível em: <https://aulp.org/protocolos/> Acesso em: jan. de 2024.

BRASIL, LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. CAPÍTULO II - DAS ASSOCIAÇÕES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: fev. 2024.

CARVALHO, Adriana. Expresso das ilhas. Opinião. [Re]cortes no Tempo: A internacionalização precoce do ensino superior. Em 20 de maio de 2018. Disponível

em: <https://expressodasilhas.cv/opiniao/2018/05/20/recortes-no-tempo-a-internacionalizacao-precoce-do-ensino-superior/58128> Acesso em: fev. de 2024.

Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI). 1º Fórum Lusófono da Governança da Internet debateu múltiplas interações da língua portuguesa na rede. 20 de set. de 2023. Disponível em: <https://www.cgi.br/noticia/notas/1-forum-lusofono-da-governanca-da-internet-debateu-multiplas-interacoes-da-lingua-portuguesa-na-rede/> Acesso em: 17 de nov. de 2023.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Notícia, 21 de julho de 2021. CPLP com novos Observadores Associados. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=9218&M=NewsV2&PID=10872> Acesso em: fev. de 2024.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Portal da Cooperação Económica. Disponível em: <https://coop-economica.cplp.org/cooperacao-economica-na-cplp/> Acesso em: fev. de 2024.

CONCERTAÇÃO. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/concerta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: fev. de 2024.

Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE). Serviços. Comércio Internacional e Relações Internacionais. Multilaterais <https://www.dgae.gov.pt/servicos/comercio-internacional-e-relacoes-internacionais/multilaterais.aspx> Acesso em: fev. de 2024.

ESTATUTO. In.: MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2023. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estatuto/> Acesso em mar. de 2024.

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Catálogo de teses e dissertações. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em: fev. de 2024.

Geografia. Governo.cv, 2023. Disponível em: <https://www.governo.cv/o-arquipelago/geografia/> Acesso em: ago. de 2023

Guiné-Bissau. UNILAB, 2023. Disponível em: <https://unilab.edu.br/guine-bissau-2/> Acesso em nov. de 2024.

História. Governo.cv, 2023. Disponível em: <https://www.governo.cv/o-arquipelago/historia/> Acesso em: ago. de 2023.

Histórico – Como surgiu? **CPLP**, 2023. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx> Acesso em set. de 2023.

IILP, 2023. Disponível em: <https://iilp.cplp.org/> Acesso em set. de 2023.

Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas (IPOL). Notícia em 03 de abril de 2023. Ministro guineense defende introdução do crioulo e línguas nacionais no ensino. Disponível em: <http://ipol.org.br/ministro-guineense-defende-introducao-do-crioulo-e-linguas-nacionais-no-ensino/> Acesso em: fev. de 2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Especialistas discutem papel da tecnologia no período Pós-Pandemia, 2020. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2201-especialistas-discutem-papel-da-tecnologia-no-periodo-pos-pandemia>. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Conselho Científico. 2024. Disponível em: <https://iilp.cplp.org/conselho-cientifico/> Acesso em: fev. de 2024.

Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Direção Executiva. 2024. Disponível em: <https://iilp.cplp.org/director-executivo/> Acesso em: fev. de 2024.

International Monetary Fund (IMF). What is the IMF?, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/IMF-at-a-Glance> Acesso em: 12 de nov. de 2023.

Ministério da Educação (MEC). Notícias, 15 de março de 2019. CELPE-BRAS: Divulgado o edital do exame; provas serão realizadas em maio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74251-divulgado-o-edital-do-exame-provas-serao-realizadas-em-maio> Acesso em: fev. de 2024.

Ministério das Relações Exteriores (MRE). Cooperação educacional, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cooperacao-internacional/cooperacao-educacional> Acesso em: 27 de nov. de 2023.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Linha do tempo da Cooperação Sul-Sul e Triangular. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/temas/south-south/WCMS_660558/lang--pt/index.htm Acesso em: 06 de nov. de 2023.

PARLAMENTO PT. ULTIMATO BRITÂNICO (1890). 2011. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Ultimatobritanico.aspx#:~:text=Em%2011%20de%20janeiro%20de,o%20apoio%20do%20rei%20D> Acesso em mar. de 2024.

Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE). O que é o Portal. Disponível em: <https://ppple.org/o-portal> Acesso em: fev. de 2024.

QUIMERA. In.: **MICHAELIS**. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=quimera> Acesso em set. de 2024.

The World Bank. Explore history, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/archive/history#> Acesso em: 12 de nov. de 2023.

United Nation (UN). History of the United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un> Acesso em: 12 de nov. de 2023.

United Nations (UN). About South-South and Triangular Cooperation. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/> Acesso em: 15 de nov. de 2023.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Unilab em números. 2024. Disponível em: https://unilab.edu.br/unilabemnumeros/?_ga=2.17041017.1563786343.1708625975-1204853580.1700748497&_gl=1*100t0g0*_ga*MTlwNDg1MzU4MC4xNzAwNzQ4NDk3*_ga_622E2NCDRK*MTcwODc2MDE4Mi4xMC4wLjE3MDg3NjAxODluMC4wLjA Acesso em: jan. de 2024.

UTOPIA. In.: **MICHAELIS**. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=utopia>. Acesso em set. de 2024.

YONEKAWA, Luciana. Lula sanciona lei que cria a Universidade Luso-Afro-Brasileira. Ministério da Educação (MEC). Em 21 de julho de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/unilab#:~:text=Pela%20lei%20que%20criou%20a,institui%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20a%20Guin%C3%A9%2DBissau>. Acesso em jan. de 2024.